



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

MATEUS MONTEIRO LOBATO

MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: PELOS CAMINHOS DO MIGRANTE ATÉ
MARABÁ-PA

Belém
2012

MATEUS MONTEIRO LOBATO

**MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: PELOS CAMINHOS DO MIGRANTE ATÉ
MARABÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marília Ferreira Emmi.

**Belém
2012**

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFFPA)

Lobato, Mateus Monteiro

Migração na fronteira: pelos caminhos do migrante até Marabá-Pa / Mateus Monteiro Lobato; Orientadora, Marília Ferreira Emmi. – 2012.

139 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2012.

1- Migração interna – Marabá (PA). 2. Fronteiras e pioneiros – Marabá (PA). 3. Colonização – Marabá (PA). 4. Geografia humana – Marabá (PA). I. Emmi, Marília Ferreira, orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 304.298115

MATEUS MONTEIRO LOBATO

**MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: PELOS CAMINHOS DO MIGRANTE ATÉ
MARABÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Data da aprovação:

Banca examinadora:

Prof^ª: Dr^a Marília Ferreira Emmi

Orientadora – UFPA/NAEA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Aragón

Examinador Interno – UFPA/NAEA

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva

Examinador externo – UFPA/IFCH

Aos personagens que vão ditar a transformação desse nosso mundo: as mulheres. O momento é delas, pois quatro já mudaram o meu: Raimunda (mãe), Juliana (irmã), Diana (namorada) e Marília (orientadora).

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos destoando um pouquinho do que comumente se vê em trabalhos acadêmicos. O normal nesse momento é reservar a redação a uma sucinta homenagem àquelas pessoas que foram importantes para a elaboração do trabalho acadêmico.

Neste caso, os agradecimentos irão me servir como um preâmbulo, ou seja, ele servirá para eu contar um pouquinho da história de como eu cheguei a esta dissertação. Portanto, conforme irei citando os personagens farei a contextualização na história. Quem sabe assim esse “agradecimentos” não fica tão bom ao ponto de eu poder publicá-lo?! Então, vamos lá!

Nós seres humanos somos também uma consequência das relações e ações de nossos antepassados. Portanto, um sincero agradecimento aos meus: avós e avôs, tios e tias, primos e primas que não vivem mais. São pessoas importantes, que construíram as condições para a nossa existência atual.

No quesito formação e estrutura básica estão pai e mãe. Minha mãe (Raimunda) foi essencial para minha formação intelectual, espiritual e material. Intelectual quando me incentivou a chegar até aqui, espiritual quando me sugeria rezar na hora que eu travava para escrever... e quem vocês acham que me sustentou esse tempo todo?!

Meu pai (Roberto) contribuiu para minha formação moral, pois com os conselhos dele que estou escrevendo uma dissertação com a consciência de que fiz o que era mais adequado.

Aos meus irmãos: Bruce e Juliana, pude ter o aprendizado da paciência. Pois apenas com muita paciência para escrever, reescrever e, ainda, desescrever que consegui terminar essa dissertação.

Aos meus tios, tias, primos e primas que ajudaram em algum ponto ou algum momento, direta ou indiretamente.

Especialmente agradeço à Diana Kobayashi. Sem ela isso tudo não seria possível, pois eu desistira de continuar meu curso de graduação em geografia na UFPA. Agradeço também a Graça, Romão e Lilian pelo carinho e atenção.

À minha orientadora: Marília Emmi, por ter paciência, determinação e perspicácia de auxiliar o meu imaturo intelecto a escrever este difícil capítulo da minha vida.

Aos professores: Thomas Hurtienne, Edna Castro, Lígia Simonian, Luis Aragón, Nírvia Ravena, Índio Campos, Saint-Clair Junior, Juarez Pezzuti, Josep Vidal, Claudio Szlafsztein, Fábio Carlos, Francisco Costa, Simaia Mercês e Tereza Ximenes. Esses foram meus professores durante o curso, e por isso o que escrevi teve alguma contribuição deles.

Aos meus companheiros de pós-graduação: Fauze, Feijão, Cleiton, Brenda, Fabíola, Stella, Auda, Luiz Junior, Vânia, Virginia, Glórgia, Juan, Viviane, Hélio, Luciano, Taty, Rosa Cunha, Josy, Cecília... Todos contribuíram, teoricamente ou metodologicamente com a composição da dissertação.

Um agradecimento especial ao professor João Márcio Palheta, pois com as contribuições dele pude amadurecer meu pensamento de geógrafo. Também agradeço a valiosa ajuda do professor João Nahum.

Duas pessoas foram fundamentais para que essa dissertação fosse feita: Jovenildo e Clay Anderson. Eles foram as duas pessoas que me ajudaram a entrar no curso de mestrado. Então, sem a valiosa contribuição de ambos eu não estaria fazendo esse trabalho.

Aos meus amigos de agremiação Unigeo: Frank, Daniel, Sidney, Ebersson, Fernando, Gilson, Diego, Walter e Himerson. Como eles são todos geógrafos, pude amadurecer algumas discussões após as nossas peladas. A biblioteca setorial do NAEA e suas funcionárias: Rosângela, Ruth e Ana mando um agradecimento especial por me ajudar a construir a forma dessa dissertação.

Aos meus amigos de trabalho. Aline Valente e Sergio Dantas (diretora e quase-ex-diretor). Às técnicas companheiras: Margareth, Hulda Iza, Leonice, Amália e Nazaré. Aos professores companheiros: Wilderson, Antônio Ricardo, Rosemary, Marcus, Gilber e os outros. Com exceção do Gilber, nenhum deles me ajudou diretamente a escrever, porém, eles responderam quando faltei, ou porque estava escrevendo ou pesquisando.

Logicamente uma pesquisa de porte de um curso de mestrado se desenrola além dos circuitos acadêmicos. Pesquisa documental, pesquisa de campo, entrevistas... Nesse momento contei com valiosas ajudas, que permitiram-me avançar no desenvolvimento da dissertação.

Uma ajuda valiosa foi dada pelo Pedro (Pedrão) em Marabá. Este amigo (tomei a liberdade de classificá-lo assim pela importância da ajuda) sem me conhecer me recebeu em sua casa, me levou nos lugares para fazer levantamento de campo, me auxiliou nas discussões sobre a cidade e ainda abriu as portas da casa para que eu pudesse me instalar.

Gostaria de agradecer as pessoas as quais entrevistei: Gabriela, Alexandra, Viviane, Pedro, Augusto e Eleutério. A contribuição dessas pessoas está diretamente incluída nas páginas do trabalho.

Aos meus amigos de garagem náutica (Gustavo, Alex, Lobato e etc), onde desenvolvo minhas atividades físicas diárias. Alegria, brincadeiras, exercícios, encarnações, remadas e musculação, fazem parte do meu dia a dia como atleta.

Além deles, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me ajudaram em algum ponto. Mesmo que não seja relacionado ao meu curso de mestrado, no trabalho, na escola ou na vida real. A todo o momento somos ajudados por pessoas que nem conhecemos ou mesmo nem sabemos que elas existem e não nos damos conta: na rua, no ônibus, no trânsito, nas viagens... A essas pessoas só precisamos agradecer!!!

Guarda isso aqui, porque tu podes
precisar [...] Pra dar uma aula [...]

(LUCIANO ROCHA DA PENHA, 2008)

RESUMO

Marabá é uma cidade importante para a rede urbana amazônica e esta importância foi forjada ao longo da sua formação histórica, criando uma forte centralidade urbana na região. Um elemento importante na composição dessa formação histórica são os fluxos migratórios. Logo, este trabalho tem por objetivo entender de que forma as migrações se inserem na formação histórica de Marabá analisando principalmente o perfil do migrante que chegou à cidade recentemente. Como Marabá está situada numa área de fronteira, sua formação é dada por diferentes fases de ocupação com diferentes elementos de estruturação socioespaciais. Por isso, um dos principais argumentos deste trabalho é que esses fluxos migratórios são diferentes em cada um desses períodos de ocupação, pois dentro de cada período existe um elemento de estruturação espacial que determina as características dos fluxos migratórios. Recentemente, esses fluxos migratórios são definidos pela nova inserção que a fronteira vem tendo dentro da Divisão Territorial do Trabalho, fazendo com que os quatro elementos definidores das configurações do território: produção mineral, cultura de grãos, atividade madeireira e criação de gado, as modernas *commodities*, sejam os pilares da ocupação atual.

Palavras-chave: Migração; Fronteira; Amazônia; *Commodities*; Rede Urbana.

ABSTRACT

Marabá is one of the cities important for the urban network's of Amazon and this importance was built in the historical formation, creating a strong centrality in the region. One element important in this composition that historical formation is the migrations. So, this work aims understand how this migrations change the urban space, analyzing the profile's migrations which arrive recently. As Marabá is in the area of border, its formation was made for different phases of occupation with different elements the spatial structure. Therefore, the main argument of this work is that for each phases of occupation of Marabá, the migrations flows are different, because in the each phase there is one element the spatial structure for determine the profile's migrations. Recently these migrations flows are defined by the new insertion of the border in the Territorial Division of Labor, doing there are four elements defining the settings of territory: mineral production, plantation seeds, logging and bovine farms, the modern commodities.

Keywords: Migration; Border; Amazônia; Commodities; Urban Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Amazônia segundo seus estágios de ocupação.....	33
Fotografia 1 –	Núcleo pioneiro nos períodos dos rios, na estiagem e na cheia.....	54
Quadro 1 –	Periodização da migração para Marabá desde o final do século XIX até atualmente.....	72
Fotografia 2 –	Área possivelmente destinada a ALPA, a margem esquerda do rio Tocantins.....	91
Fotografia 3 –	Condomínio de alto padrão em construção na área de expansão de Marabá	100
Figura 2 –	Desenho esquemático de como será o condomínio.....	100
Fotografia 4 –	Terreno da Infraero ocupado a partir de janeiro de 2011.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	–	Mapa de localização de Marabá e sua área de influência.....	18
Mapa 2	–	Complexo de Serras do Sul do Pará.....	53
Mapa 3	–	Localização aproximada do Burgo Itacayuna.....	57
Mapa 4	–	Municípios do sudeste paraense até a década de 1980.....	66
Mapa 5	–	Municípios do sudeste paraense atualmente.....	67
Mapa 6	–	Área de instalação da ALPA.....	69
Mapa 7	–	Rede de drenagem com os principais rios.....	76
Mapa 8	–	Principais Rodovias de Marabá.....	82
Mapa 9	–	Localização do Condomínio e da Ocupação.....	99
Mapa 10	–	Localização de algumas construções importantes em Marabá.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Origem dos migrantes de Marabá por estados.....	91
Tabela 2 – Número de empregos das seis maiores cidades do Pará.....	103
Tabela 3 – Evolução dos vínculos empregatícios das maiores cidades do Pará (2000-2010).....	104
Tabela 4 – Admissões e Demissões em Marabá no ano de 2003.....	105
Tabela 5 – Admissões e Demissões em Marabá no ano de 2010.....	106
Tabela 6 – Vínculos Empregatícios por Escolaridade 1970-1991.....	107
Tabela 7 – População marabaense por escolaridade 2000-2010.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPA Aços Laminados do Pará
AMSA Amazônia Mineração S/A
ANTF Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários
CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNT Confederação Nacional do Transporte
CVRD Companhia Vale do Rio Doce
DTT Divisão Territorial do Trabalho
DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral
EFC Estrada de Ferro Carajás
FBC Fundação Brasil Central
FPM Fundo de Participação dos Municípios
GPS Sistema de Posicionamento Global
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP Instituto de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental do Pará
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
EFC Estrada de Ferro Carajás
ELETROBRAS Centrais Elétricas do Brasileiras
ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
ONU Organização das Nações Unidas
PA Projetos de Assentamentos
PDUM Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá
PGC Projeto Grande Carajás
PIB Produto Interno Bruto
SEDURB Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional
SERFHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SPVEA Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UHE Usina Hidrelétrica de Tucuruí

USS Steel United States Steel Corporation

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	AS LEITURAS DE FRONTEIRA E MIGRAÇÃO: UM RETORNO A “DIFÍCIL” CONTROVÉRSIA TEÓRICA PARA EXPLICAR MARABÁ.....	28
2.1	AS VÁRIAS IDENTIDADES DA FRONTEIRA.....	30
2.2	O CONTEXTO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO PARA MARABÁ.....	41
2.2.1	LEITURAS DE MIGRAÇÃO NA BÚSCA DA INTERPRETAÇÃO DO TERRITÓRIO MARABAENSE.....	43
2.3	MIGRAÇÃO E FRONTEIRA: OS DESAFIOS ATUAIS NA INTERPRETAÇÃO DE MARABÁ.....	48
3	OLHANDO PARA TRÁS: VIAJANDO EM CEM ANOS DE FORMAÇÃO DE MARABÁ.....	51
3.1	O ALVORECER DA FRONTEIRA E AS PRIMEIRAS FRENTE DE OCUPAÇÃO.....	55
3.2	MARABÁ "PIONEIRA" DO CAPITAL.....	60
4	MIGRAÇÃO EM MARABÁ: DO PASSADO AO PRESENTE.....	71
5	MIGRAÇÃO: FATOR INTERVENIENTE NA DINÂMICA URBANA DE MARABÁ?.....	93
5.1	O “RETRATO” DA POPULAÇÃO MARABAENSE.....	93
5.2	ELEMENTOS DA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MARABÁ.....	96
5.3	O CENÁRIO ECONÔMICO DE MARABÁ.....	101
6	MIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CONFLITO EM MARABÁ.....	109
6.2	OS ECOS DA AVENTURA (DES)HUMANA.....	111
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Dentro do nosso cotidiano, a ideia que temos de tempo é aquela correspondente a uma sucessão de eventos aleatórios. Essa sucessão dos eventos permite percebermos o fluxo do tempo (WITROW, 2005).

Porém, quando agrupamos esses eventos segundo um determinado tema, estamos falando da história. Aparentemente, a história de um lugar seria a mera sucessão de eventos relacionados a essa determinada porção espacial. A recomposição da história desse lugar é a busca ou a reconstrução desses eventos ocorridos, que se relacionam direta ou indiretamente.

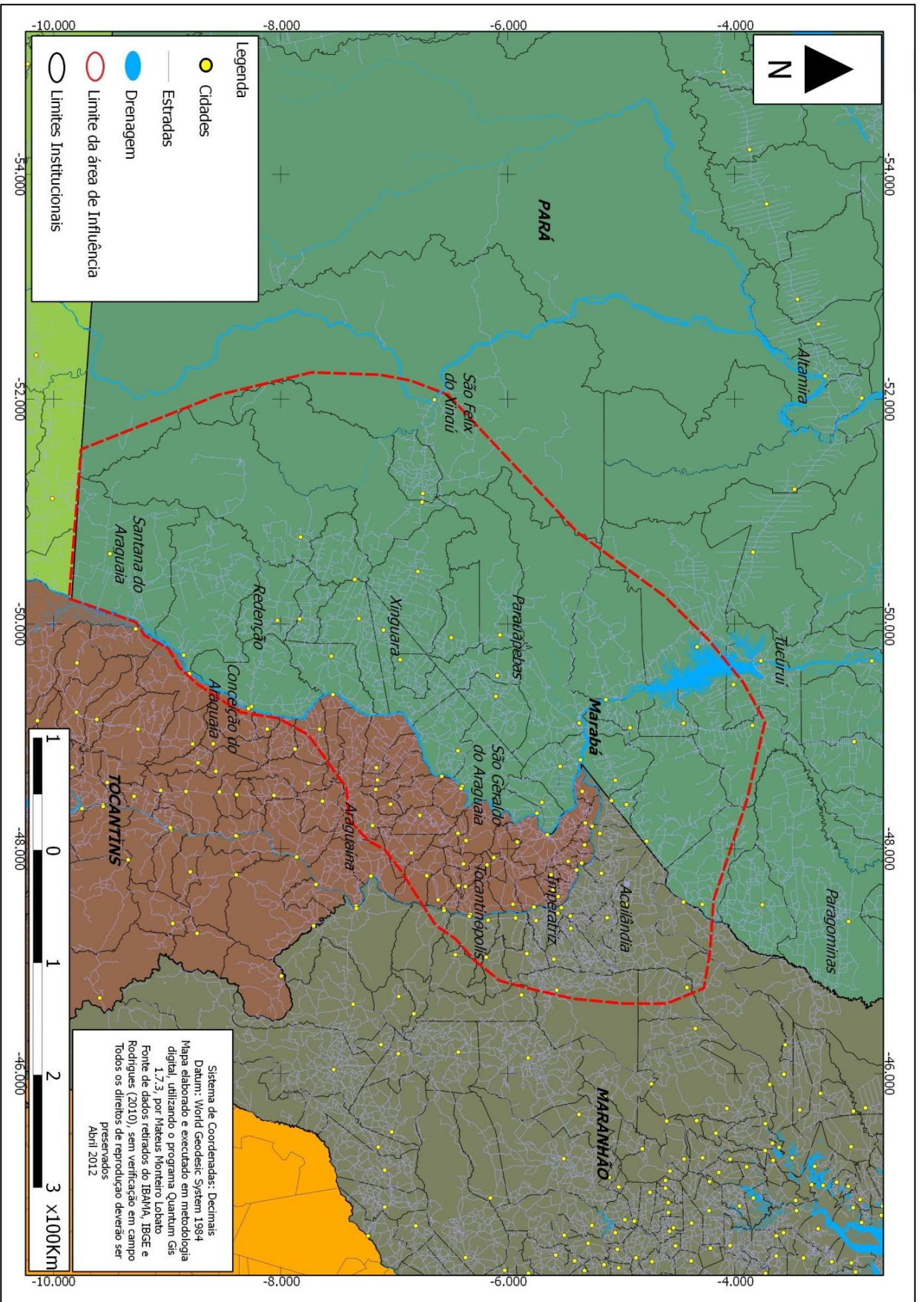
A preocupação da ciência então é como se pode realizar essa recomposição histórica de forma mais objetiva possível. Buscando elementos que possam indicar os traços marcantes ao longo da trajetória. Mas, essa trajetória não é linear. Antes, constituiu um processo que as relações são determinantes nas mudanças e permanências que ocorreram ao longo do tempo e espaço.

Marabá tem a sua história formada por uma sucessão de momentos onde as relações socioespaciais foram diversificadas. Dentro da média de tempo de formação de alguns municípios tão ou mais importantes quanto Marabá, sua história é relativamente recente. Entretanto, a trajetória histórica da cidade foi construída com relações socioespaciais altamente imbricadas, mostrando que a idade de formação não é fundamental para a composição da importância da cidade. Sendo uma cidade média e de porte médio, ela apresenta-se como um ponto convergente da política, da economia, da cultura e, principalmente, dos conflitos sociais ocorridos na região, pois exerce uma centralidade no contexto regional amazônico (RODRIGUES, 2010).

Marabá outrora, fora palco de renhidas lutas pela “posse da terra” (EMMI, 1999, p. 13), onde estavam em cena uma oligarquia local/regional castanheira, novos grupos capitalistas e sujeitos sociais de origem humilde e marginalizados. Justamente porque Marabá viu o auge e o declínio da economia da castanha, que também marcou a trajetória de uma oligarquia castanheira, importante agente social local e regional.

O surto de crescimento socioeconômico experimentado por Marabá dentro do período áureo da castanha imprimiu grandes marcas no território, pois foi desse momento em diante que Marabá começou a construir uma forte centralidade dentro do contexto do sudeste paraense (Mapa 1).

Mapa 1 – Mapa de localização de Marabá e sua área de influência



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)/RODRIGUES (2010)

Essa centralidade pode ser vista dentro da região sudeste paraense em cidades como São João do Araguaia, Parauapebas, Xinguara, Dom Eliseu, Rio Maria no Pará e até mesmo do estado do Maranhão (Imperatriz e Açailândia) e do Tocantins (Araguaína e Tocantinópolis). Essa centralidade é materializada a partir das relações sociais (RODRIGUES, 2010).

Da década de 1960 em diante, a fronteira da qual Marabá faz parte passa por nova reconfiguração socioespacial. O antigo padrão de ocupação do espaço predominante até por volta de 1960, baseado no leito dos rios, deixa de ser referência com a construção de eixos rodoviários. “As redes dos rios ditavam o tempo do transporte e das relações de deslocamento e de troca com outros mercados, além de constituir-se em *locus* de reprodução do modo de vida ribeirinho” (RODRIGUES, 2010, p. 83-84). Isso porque toda a rede produtiva, tanto do caucho quanto da castanha, estava conectada pelas principais vias de circulação amazônicas – os rios. Esta “estrada” ditava o modo de vida dos ribeirinhos.

A intensificação do processo de globalização vai marcar um novo estágio na fronteira. É quando a nova Divisão Internacional do Trabalho entra em cena. Nesse novo estágio da ocupação da fronteira o mundo se volta para a fronteira enquanto fornecedora de *commodities*. Produtos como a madeira, a soja, os minérios e o gado são os grandes destaques da economia da fronteira (NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2008; LOUREIRO, 2009).

Nesse novo período de ocupação da fronteira, onde o capital internacional é um importante indutor das transformações dentro do território, alguns elementos que pareciam estar perdendo força ganham um novo fôlego. Nesse caso, destacam-se os fluxos migratórios. Pois, o anúncio dos grandes investimentos pode fazer retomar algumas tendências migratórias em direção à fronteira, logicamente que esses fluxos não são idênticos aos que foram vistos há pouco tempo atrás. Fluxos migratórios estão presentes na formação econômica e social de Marabá, desde a formação do Burgo¹, no final do século XIX, até atualmente. Por isso, a migração é entendida como sendo o traço marcante nessa trajetória histórica da cidade de Marabá.

Sendo assim, com a perspectiva desse cenário apresentado, debruçei-me a procura de elementos que possam mostrar qual a tendência migratória que se mostra atualmente. Este trabalho pretende buscar alguns elementos para a discussão acerca da ocupação da fronteira.

¹ O emprego do termo Burgo na realidade Amazônia se configura como uma arbitrariedade, pois ele contém uma trajetória semântica concreta a partir do seu surgimento na Europa nos períodos medievais. A operação de simplesmente importá-lo para a nossa região o deixará fora de contextualização. No capítulo da história de formação de Marabá farei algumas considerações sobre esse termo.

Para tal, a cidade de Marabá será o recorte territorial escolhido, justamente por ser uma cidade média paraense e apresentar uma forte centralidade dentro do contexto espacial do sudeste paraense. A cidade, além disso, também está dentro dos planos de desenvolvimento do capital nacional e internacional, pois ela receberá algumas obras de infraestrutura de grande porte, como a Aços Laminados do Pará, a construção de *shoppings*, a duplicação de uma rodovia federal e também da duplicação da estrada de ferro Carajás.

Essas reflexões sobre a história de Marabá em que os fluxos migratórios sempre estiveram presentes, sugere a seguinte questão: qual o perfil do migrante que chegou na cidade de Marabá no período de 2000 - 2010? Essa pergunta é instigante na medida em que se constata que a migração faz parte da formação da cidade. Destarte, a busca é por desvendar as características desses fluxos migratórios recentes que aportam em Marabá.

Mas, este é o núcleo da problemática proposta, para nortear essa busca pelo entendimento do questionamento principal, perguntas secundárias são propostas, como: qual a origem desses migrantes? O que mudou no perfil social desses migrantes? Quais os locais na cidade de Marabá que esses migrantes se instalam?

O ponto de partida do trabalho está dado a partir do entendimento de que esses migrantes atuais, ou seja, que chegaram de 2000 até 2010, tem o perfil ditado por essa reconfiguração socioespacial imposta à fronteira. São pessoas que buscam a inserção na dinâmica socioespacial de franco crescimento de Marabá.

Para responder essa problemática proposta, procurei traçar um caminho metodológico próprio, mas apoiado em experiências de outros trabalhos. Assim, essa metodologia foi construída ao longo da pesquisa, conforme o avanço dos estudos e o contato com o objeto de estudo. O primeiro estágio metodológico é dado pelo amadurecimento das categorias de análise, ou seja, o amadurecimento no método de interpretação.

Método de interpretação é aquele de amplitude mais geral e estruturante da pesquisa, ou seja, aquela parte em que se revela o elemento teórico da pesquisa. Para Lakatos; Marconi (1985, p. 102) o método de interpretação “[...] se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade [...]”.

O nível de amplitude dado pelo método de interpretação é, portanto, onde se revelam as raízes teóricas das categorias de análise, que varia conforme o escopo da pesquisa. Para este trabalho, a escolha sobre as fontes e autores disponíveis se constitui para responder as perguntas da problemática proposta.

A problemática se volta para um estudo da fronteira e da migração, com recorte espacial em Marabá, que neste caso, é dado pelo peso desta cidade na rede urbana da região sudeste paraense. A cidade além de ser o centro político e econômico do sul e sudeste paraense participou ativamente da reconfiguração do espaço dessa região (RODRIGUES, 2010).

Retomando a problemática, ela orbita em torno de duas categorias principais que compõe o eixo principal do trabalho: fronteira e migração. Por isso elas mereceram um tratamento mais aprofundado durante o primeiro capítulo da dissertação.

Para fronteira busquei elencar as diversas visões sobre essa categoria, mas que tiveram como base empírica a região Amazônica. Autores clássicos foram consultados, como: Velho (1981), Becker (2001, 2004), Albagli (2003), Martins (1997), Margulis (2003) e Loureiro (2009). Em um dado momento da literatura acadêmica essas fontes criaram um referencial teórico para a discussão sobre fronteira, inclusive, alguns ainda são muito difundidos e trabalhados. Por isso eles mereceram uma leitura mais crítica, identificando alguns pressupostos que norteiam essas ideias.

A obra de Lagenest (1958), Velho (1981) e de Emmi (1999) estão presentes na dissertação pela sua relevância histórica, já que essas obras tem informações que ajudam a recomposição histórica da formação econômica e social dessa região. Lagenest (1958) fez talvez o primeiro relatório social minucioso de Marabá na década de 1950. Velho tem importância porque seu livro refez o percurso de ocupação e consolidação do povoamento dessa região. E Emmi (1999) é o trabalho de referência sobre as dimensões social, política e a econômica da região.

Becker (2001, 2004), Albagli (2003) e Loureiro (2009) são usados para mostrar que a Amazônia, enquanto fronteira, faz parte de uma rede internacional de poder, onde questões estratégicas de geopolítica são um importante elemento estruturante da realidade regional dentro do modo de produção atual.

Já Martins (1997) está apoiando a visão de fronteira como um espaço de reprodução social através do conflito, o choque de diferentes temporalidades. Borges (2001), Margulis (2003), Bunker (2003) e Nepstad; Stickler; Almeida (2008) foram usados para entender elementos produtivos importantes dentro do sul e sudeste paraense, que são: a pecuária, a cultura de soja, a atividade madeireira e a mineração. Essas atividades econômicas ganham mais evidência pelo peso que exercem na economia regional e sua estreita relação com as

questões ambientais e, além disso, são elementos que influenciam bastante na dinâmica territorial regional.

Para balizar as discussões sobre o contexto atual de fronteira, busquei ir além e estendi a discussão até os níveis globais usando Santos (2008). Essa extensão teórica foi necessária porque os agentes presentes na fronteira fogem ao âmbito local/regional, logo, é fundamental balizar a conjuntura mundial de intenso processo de integração dos territórios. Para o território a concepção é dada a partir de Haesbaert (2004), que entende essa categoria por uma perspectiva integradora, de um território multidimensional.

Além disso, o processo de mundialização da fronteira já foi visto e discutido anteriormente por Monbeig (1984). Por esse motivo procurei avaliar como esse autor clássico trabalhou o caso de São Paulo no início do século XX para buscar algumas semelhanças na realidade atual da Amazônia.

Na parte sobre a categoria migração o esforço foi para mostrar como esse fenômeno é apreendido e trabalhado ao longo da dissertação. O apoio teórico principal foi encontrado em autores que discutiram as várias facetas que essa categoria foi incorporando ao longo do tempo: Peixoto (2004), Patarra, (2006), Rocha-Trindade (2007) e Castiglioni (2009). A essas contribuições foram acrescentadas as reflexões de Sayad (1998), que vê na migração um fato social completo. Para um relacionamento mais setorizado entre o fenômeno migratório e suas implicações na cultura usei as reflexões de Silva (2006).

Sobre a questão do crescimento demográfico amazônico meus fundamentos teóricos saíram de Hogan; D'Atona; Carmo (2008), que entendem que o crescimento vivenciado pela Amazônia de um modo geral, e mais restritamente a cidade de Marabá, são frutos principalmente de uma dinâmica migratória interna, e que essa dinâmica foi mais representativa a partir do século XX. Por isso, para o entendimento das migrações procurei apoiar minhas reflexões em Singer (1980) e Rocha (2005).

Para situar a relação entre sociedade e natureza vigente na Amazônia procurei apoiar minhas reflexões nas leituras do geógrafo Ab'Saber (2003; 2004), pois ele faz a relação entre a produção do espaço com as características climáticas, geomorfológicas, geológicas e hidrográficas presentes na Amazônia.

Por fim, dentro dos parâmetros teóricos usei Rodrigues (2010) e Almeida (2008) com contribuições distintas, mas focadas na realidade local e regional, esses autores me ajudaram a entender e situar no contexto do sul e sudeste paraense as influências de Marabá enquanto uma cidade média e de porte médio dentro da rede urbana amazônica e como foi o processo

de implantação do novo núcleo urbano na cidade e quais as consequências desse processo para a dinâmica urbana de Marabá.

Essas são as fontes teóricas da dissertação. Na outra ponta da metodologia está o método de análise e interpretação dos dados. Neste nível vincula-se a praticidade de construção e tratamento das fontes no trabalho, pois “seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratos [...]” (LAKATOS; MARCONI 1985, p. 102).

O método de análise vai então em busca de evidências que corroborem os fatos levantados pela etapa anterior. No caso presente, as evidências apontadas foram para mostrar que há uma dinâmica socioespacial na cidade de Marabá que funciona como polo de atração populacional.

Escolhi buscar as evidências nos dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece a origem desses migrantes e o perfil social deles. Outra fonte que disponibiliza dados para compor o perfil dos migrantes é o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). Esses dados serviram para compor um cenário socioeconômico da região e de Marabá divididos por grupos de informação conforme a conveniência do trabalho.

Para as quatro grandes atividades da fronteira, primeiramente usei os dados do Censo Agropecuário para mostrar como está a produção da soja, a atividade madeireira e pecuária. Para a mineração optei por buscar as informações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), porque são mais precisas e especializadas.

Como relação ao fenômeno migratório de forma ampla, os dados usados foram do IBGE, que tem informações sobre a origem dos migrantes, a situação do domicílio (urbana ou rural), o gênero e a escolaridade. Usei as informações de origem para mostrar de onde vem os migrantes que a Marabá chegam.

A situação de domicílio serviu para mostrar que esses migrantes que chegam tem como destino prioritário as áreas urbanas, já que verifiquei o crescimento dos domicílios urbanos bem maior que os da zona rural. E as informações de gênero foram interessantes para compor o perfil desses migrantes.

Fui buscar informações na página da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) para mostrar que houve um crescimento significativo dos embarques e desembarques no aeroporto de Marabá. Por limitações, não consegui encontrar

dados conclusivos sobre quantas pessoas desembarcaram de fato na cidade, apenas inferi que houve crescimento de desembarque na série histórica.

Para a montagem do cenário econômico de Marabá, usei as informações do IBGE, IDESP e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Do IBGE usei as informações sobre a escolaridade dos postos de trabalho, essas informações foram úteis para mostrar que os empregos gerados durante vários anos foram principalmente nos níveis educacionais mais baixos.

Do cadastro do IDESP vieram as informações sobre como está sendo empregada a mão de obra em Marabá. Complementei essas informações com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTE, que fornece o cenário de demissões e admissões durante o período considerado. Esse cruzamento serviu para mostrar que a setor econômico em Marabá se encontra em momento de dinamismo.

Para reforçar as informações secundárias, fiz algumas visitas ao campo para colher algumas informações que pudessem convergir com as informações estatísticas trabalhadas. Portanto, essas informações colhidas no campo foram trabalhadas para ratificar as informações secundárias.

Usando uma metodologia cartográfica, elaborei mapas (especialmente para os quatro últimos capítulos da dissertação) que mostram espacialmente a localização de alguns elementos importantes para o entendimento do processo de ocupação e expansão do povoamento da fronteira. Os mapas foram elaborados em metodologia digital, usando o programa de edição de mapas *Quantum Gis 1.7.3.*, a versão mais recente desse programa de distribuição livre.

São ao todo dez mapas, que trabalham em conjunto com o texto escrito. O primeiro é um mapa localizando a área de estudo e sua área de influência urbana direta e indireta. O segundo foi elaborado para mostrar a geomorfologia do sul e sudeste paraense. O terceiro mostra a localização aproximada de onde foi fundado o núcleo que deu origem a Marabá. O quarto e o quinto mostra o processo de fragmentação institucional do sul e sudeste paraense. O mapa seguinte localiza a área onde será instalada a ALPA. O sétimo e oitavo são mapas que relacionam as vias de acesso a cidade de Marabá. O nono é uma indicação de alguns locais em Marabá onde os migrantes se instalam. E o último espacializa as principais construções do período de expansão do capitalismo na fronteira.

As bases cartográficas usadas vieram principalmente dos bancos de dados do IBGE e do IBAMA. Para algumas informações adicionais usei o Plano Diretor do município e pontos

coletados no momento da visita de campo com um aparelho de posicionamento por satélite (GPS) de marca *Garmin*.

A partir dessas informações foi traçado um perfil dos fluxos migratórios direcionados para Marabá, discriminando a origem, a idade, a época em que houve o deslocamento e os postos de trabalho ocupados, tracei o perfil demográfico dos migrantes que chegaram a Marabá neste último período da ocupação da fronteira.

Para a última parte da dissertação, em que foram trabalhadas informações sobre a sociedade marabaense, os procedimentos tiveram como balizador as observações de campo e as entrevistas. A quantidade e o critério de escolha usado para as entrevistas obedeceu ao direcionamento dado a pesquisa. Logo, como o estudo é tido por um caráter quanti-qualitativo, as entrevistas serviram apenas como suporte das informações levantadas na fase destinada a essa finalidade. Portanto, a escolha das pessoas foi feita usando o critério de relação com o fenômeno a ser estudado. A quantidade é corroborada pela função das entrevistas dentro do trabalho, ou seja, de suporte aos dados das informações secundárias colhidas na fase de levantamento bibliográfico.

São dois grupos de pessoas entrevistadas que no total somam cinco pessoas. O primeiro grupo de pessoas são aquelas envolvidas nos aspectos econômico e estrutural. A primeira pessoa entrevistada é um jornalista chefe do principal da região (Correio do Tocantins) e a segunda é responsável pela gerência geral da SEDURB. O segundo grupo está relacionado à construção das trajetórias sociais dos migrantes de Marabá. São três pessoas que passaram em um concurso público, portanto são funcionários que tem estabilidade social e profissional.

Essas observações diretas e as entrevistas permitiram então concluir que existem trajetórias sociais diferentes, que causam uma diferenciação dentro do espaço intraurbano da cidade.

O desenvolvimento desta dissertação se fará por seis capítulos sequenciais, onde procurei desenvolver o perfil da migração e do migrante em Marabá a partir do ano de 2000 até 2010.

No primeiro capítulo está uma revisão crítica das categorias mais importantes na dissertação: migração e fronteira e a relação entre elas. Essa parte busca balizar os rumos teóricos seguidos no trabalho, mostrando quais as fontes teóricas e metodológicas seguidas. Neste capítulo está um preâmbulo teórico para inserir as reflexões sobre a fronteira no

contexto atual de integração mundial, ou seja, foi dada uma rápida passagem pelas bases socioespaciais do meio técnico-científico-informacional.

Para a categoria de fronteira, ficaram as reflexões restritas aos autores que trataram a questão da Amazônia enquanto fronteira, dentre tais, foram escolhidos os de contribuição mais recentes e também mais significativos.

Dando continuidade ao primeiro capítulo, foi desenvolvida uma reflexão sobre o fenômeno migratório. O entendimento nesse momento ficou direcionado para a abordagem da migração enquanto consequência das transformações desencadeadas nas quatro escalas espaciais: local, regional, nacional e global.

No capítulo seguinte, busquei mostrar como se deu a formação econômica e social do município de Marabá, onde foi dado ênfase principalmente nos seus núcleos urbanos importantes: Velha Marabá, Cidade Nova e Nova Marabá. Essa reconstrução da trajetória histórica do município de Marabá constituiu um requisito importante para o capítulo precedente, pois neste capítulo mostro os elementos estruturantes da formação econômica e social de Marabá.

Uma viagem pelos primórdios da formação da cidade, ainda enquanto era conhecida apenas como sendo um “burgo”, passando pela fase áurea de coleta e comercialização do caucho e da castanha, que deu lugar a fase de integração nacional através dos grandes projetos e culminando na fase atual de produção de *commodities* visando principalmente o mercado externo. Em cada período, procurei enfatizar o que foi de marcante na configuração socioespacial do município durante cada um destes períodos do tempo, já que essas reviravoltas são os condicionantes principais dos fluxos migratórios direcionados à cidade. Neste capítulo também está a análise da relação entre sociedade e natureza em âmbito local e regional.

No terceiro capítulo, encontram-se as discussões sobre esses condicionantes e o perfil da migração aportada para a cidade de Marabá desde sua formação até os dias mais recentes. Procurei mostrar que em cada período da história de Marabá o perfil da migração se modificava visivelmente de alguma forma. A construção, (re)organização e consolidação da cidade de Marabá foi feita a partir contínuos fluxos migratórios. Por isso, o entendimento dessa dinâmica atual passa necessariamente pelo entendimento desses fluxos migratórios históricos e seus condicionantes.

A leitura desse terceiro capítulo é feita em conjunto com o capítulo precedente, pois o perfil das correntes migratórias dirigidas à Marabá não pode ser compreendida sem que haja o

claro entendimento dos elementos estruturantes da formação econômica e social de Marabá apresentadas no capítulo precedente, pois procurei deixar evidente no primeiro capítulo que será uma abordagem a partir da força de trabalho.

No quarto capítulo está a discussão sobre as características dos fluxos migratórios dos primeiros períodos de formação de Marabá. Neste capítulo também busquei montar o contexto econômico e social de Marabá, mostrando que existe na região um desnível socioespacial, colocando Marabá como um polo de atração de migrantes.

No penúltimo capítulo da dissertação está uma discussão do contexto socioespacial atual da cidade relacionado com a migração. Procurei mostrar onde e como são essas implicações socioespaciais dos fluxos migratórios para Marabá desencadeadas pelo processo histórico de intensa migração.

O sexto e último capítulo é um esforço de abordagem que preza pelo entendimento do migrante enquanto possuidor de uma trajetória social. Nessa parte procurei mostrar como essas trajetórias diferentes se manifestaram ao longo do tempo em Marabá

O esforço desse último capítulo é ir além da abordagem genérica do migrante apenas como força de trabalho. Mais que isso, procurei mostrar que cada pessoa ou grupo forja uma trajetória social no lugar de origem e ela ou eles carregam essa trajetória para o destino. Esse contato cria variadas situações dentro do território.

2 AS LEITURAS DE FRONTEIRA E MIGRAÇÃO: UM RETORNO À “DIFÍCIL” CONTROVÉRSIA TEÓRICA PARA EXPLICAR MARABÁ

A discussão que se levanta aqui neste primeiro momento está baseada na força imposta pelas transformações atuais de alcance global. Aliás, muito do que se está debatendo em âmbito local/regional sobre essas transformações se remete ao processo de globalização deflagrado com o fim da II Grande Guerra, o qual se intensificou com a revolução nas telecomunicações a partir da década de 1990 (SANTOS, 2008).

Esse geógrafo considera o meio atual composto de três vetores: a técnica, a ciência e a informação.

O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 2008, p. 41).

Além dessa nova cara do espaço ao qual chama atenção Milton Santos, ainda temos a redefinição da Divisão Territorial do Trabalho vigente em escala mundial. Isso porque o que se apresenta é simplesmente uma instantaneidade dos acontecimentos, ou seja, tudo acontecendo ao mesmo tempo em todas as partes do globo. O período atual é assim sintetizado:

Nesta nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática (SANTOS, 2008, p. 117).

No bojo desse contexto de globalização e da consequente redefinição da Divisão Territorial do Trabalho é que pretendo inserir então as discussões acerca da fronteira ao qual apresento mais à frente. E no caso de um debate específico sobre a fronteira amazônica, incorpora-se um complemento mais diferenciado nas discussões por causa da biodiversidade presente na região (ALBAGLI, 2001).

O fundamento dessas discussões está voltado para a redefinição que o processo de globalização vem imprimindo nos e aos territórios. Os territórios são chamados para desempenhar funções específicas, determinadas por instâncias mais distantes e globais.

[...] Há uma especialização extrema de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema dessas produções. Trata-se de uma especialização cada vez mais capitalista [...] (SANTOS, 2008, p. 72).

O geógrafo continua discutindo como o território é subordinado no processo de globalização da seguinte forma:

[...] O território é, hoje, possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a motores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional. De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia no nível mundial, que é, em última análise, responsável, direta ou indireta, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexos financeiro e conduz a uma reformulação do espaço em escala mundial (SANTOS, 2008, p. 137).

Uma das facetas dessa reformulação do espaço mundial, a qual Milton Santos chama atenção, está sem dúvida nenhuma ligada à redefinição da produção. O que certamente pode ser compreendido como uma redefinição da Divisão Territorial do Trabalho. Logo, surge a necessidade de inquirir sobre a realidade amazônica a partir do que se apresenta e se impõe aos territórios, são questionamentos como: O que é fronteira? Até aonde vai a fronteira? Qual o lugar da fronteira nessa nova Divisão Territorial do Trabalho? São perguntas que buscam colocar em evidência o futuro da região, através da análise crítica do passado e do presente.

Então, o esforço aqui neste capítulo é de buscar a “identidade” atual da fronteira dentro dessa nova Divisão Territorial do Trabalho a partir de uma cidade de grande destaque regional que é Marabá. E isso lógico, sem perder de vista o cenário que se apresenta hoje.

Marabá é a cidade escolhida porque exerce uma centralidade importante dentro da rede urbana amazônica. Centralidade política, cultural, econômica e social. Isso por si só, já põe em evidência o território marabaense, que vai ser moldado segundo algumas diretrizes

dadas por essas dimensões. Em se falando de globalização essa característica vai ser determinante nos acontecimentos locais/regionais.

Dada essa nova conjuntura mundial, de intensas transformações, o perfil da fronteira vem se modificando. Neste caso, o que mais chama atenção é o fato de Marabá, assim como fora outrora, ser um ponto convergente de muitos discursos, modificações no espaço e fluxos migratórios.

Sendo assim, inicio fazendo um balizamento de duas categorias importantes para a construção do trabalho: fronteira e migração. Apesar de serem duas categorias que tem um longo cabedal de discussão teórica, o trabalho se restringe à análise crítica das fontes que relacionam essas duas categorias com a Amazônia. Então, o alcance das teorias discutidas nesse trabalho tem como âmbito de atuação a fronteira amazônica.

2.1 AS VÁRIAS “IDENTIDADES” DA FRONTEIRA

Ao longo dos anos, o conceito de fronteira vem sendo rediscutido e redefinido paulatinamente, pois as ciências sempre vem buscando deixá-lo condizente com as transformações e redefinições sociais. Ainda mais se tratando de uma região como a amazônica, que em determinados momentos desperta fascínio e aguça a cobiça de sociedades nacionais e internacionais.

Seria impossível revisitar todas as nuances pela qual passou o conceito de fronteira ao longo de vários anos de debate científico, desde os primeiros relatos de viajantes até hoje. Mas, um retorno aos caminhos trilhados pelas discussões a partir do debate regional recente pode indicar algumas evidências para a discussão atual.

Nesse caso, a primeira concepção é uma das mais básicas, baseada na dinâmica populacional. Talvez quando nos remetemos à ideia de fronteira essa concepção estava, ou ainda se encontra latente. Isso porque na Amazônia a: “[...] densidade demográfica permanece ainda em níveis típicos de fronteira, com valores médios em 2000 que atingiram 4,1 e 1,3 habitantes/km² para a população total e rural, respectivamente” (MARGULIS, 2003, p. 38).

No entanto, essa concepção é tratada muito mais como ponto de partida para uma análise mais aprofundada da realidade da fronteira, pois não indica muito mais do que a dispersão da população sobre o território e não a ocupação de determinado território por um grupo social. O que é pior dessa orientação teórica é que ela forma uma visão deformada e

ideológica vigente nas décadas de 1960/70 de “vazio demográfico”, que invisibilizou muitos aspectos regionais específicos.

Porém, dentro de uma perspectiva mais elaborada, existem duas concepções de fronteira que datam da mesma década de 1960/70, quando da chegada de uma nova lógica de apropriação e uso do solo na Amazônia, a chamada integração da Amazônia ao contexto nacional. Essa integração ocorreu a partir da segunda metade do século XX, e fez surgir uma corrida em direção aos espaços “vazios” existentes na região. Essa expansão da “civilização” confrontou culturas diferentes, ou seja, notabilizou o confronto principalmente entre colonos e fazendeiros com tribos indígenas amazônicas. Esse primeiro momento da fronteira foi chamado por Darcy Ribeiro de frente de expansão agrícola (LOUREIRO, 2009).

A outra vertente foi desenvolvida por Velho (1981), que não estava preocupado em enfatizar o contato entre civilizações, como fez Darcy Ribeiro, ele procurou focar a ocupação da fronteira a partir do modo de produção capitalista, onde a terra passa a ser uma mercadoria – daí porque temos uma nova lógica de uso e apropriação do solo na Amazônia. Essa modificação do uso e apropriação da terra para ele caracteriza a frente pioneira.

Já Martins (1997) entende que não existe uniformidade de tempos históricos, existem tempos criados por relações sociais antigas ou tempos criados por relações mais modernas. Portanto, existe o tempo do local, do espaço restrito, ditado por relações sociais de âmbito local ou regional e aquele tempo que é supranacional, isto é, a temporalidade do capital. Esses tempos históricos criam, ainda segundo ele, suas próprias temporalidades, ou seja, relações sociais atreladas a esses tempos históricos.

Por isso, José de Souza Martins observa além da dualidade frente de expansão e frente pioneira dentro da fronteira. Para ele, a fronteira é o lugar da alteridade, o lugar onde o confronto é o signo. Esses conflitos são decorrentes do encontro – e também desencontros – de tempos históricos diferentes (MARTINS, 1997).

Decerto que neste espaço é que esses tempos e temporalidades se encontram – a fronteira. Na fronteira é que esses tempos históricos se fazem presentes com mais profusão. Ao se encontrarem na fronteira, eles formam um cenário de conflito social, pois esse encontro é carregado de preconceito, de aversão. Um encontro desigual, onde normalmente é visto como o encontro entre uma temporalidade irracional ou atrasada e uma temporalidade do futuro, salvadora, moderna e iluminada pela luz do progresso. Um encontro em que lógicas divergentes entram em contato. Relações travadas conflituosamente entre personagens que

tem a formação de seu tempo histórico constituído por elementos totalmente divergente. Este é o verdadeiro signo da fronteira: o conflito (MARTINS, 1997).

Outros enfoques, a partir da geopolítica estão presentes em algumas correntes de pensamento da fronteira. Esse prisma teórico é adotado por Becker (2001, 2004) e Albagli (2001). Para estas autoras, na fronteira Amazônia está a possibilidade de construção de um futuro sustentável, explorando os recursos naturais de forma racional e equitativamente. Sobre a geopolítica de ocupação da Amazônia, Becker (2004, p. 71) explica que para garantir a posse e o controle, e assim afastar as ameaças de outros países europeus, Portugal usou estratégias de controle do território. Assim ele garantiu o domínio sobre a nova colônia e ainda conseguiu ampliar os limites previstos no tratado original.

[...] Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território [...].

E o Estado, teve um papel destacado na ocupação do território amazônico em épocas mais recentes.

Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional (BECKER, 2001, p. 136).

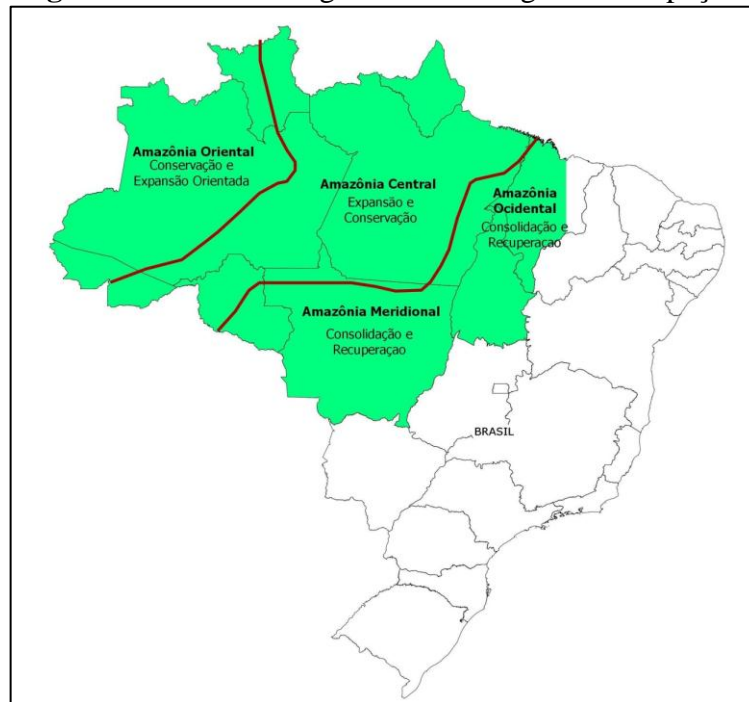
Vista essa trajetória histórica de ocupação do território amazônico a geógrafa entende que a fronteira deve ser dividida em três regiões (figura 1): uma região consolidada, outra de expansão e mais uma de preservação.

Essas denominações sobre as diferenças socioespaciais de ocupação da fronteira são também abordadas por Margulis (2003), que entende que a fronteira amazônica pode ser dividida em duas partes: fronteira de expansão e fronteira consolidada, uma tipologia baseada nas práticas dos agentes que atuam na fronteira. No primeiro caso, no qual temos o predomínio de pequenos colonos, migrantes e trabalhadores rurais pouco capitalizados, todos de outras regiões que praticam uma agricultura de baixo patamar econômico e tecnológico, ele chama de fronteira especulativa. Por outro lado, onde se encontram agentes altamente

capitalizados, grandes fazendeiros, madeireiros e pecuaristas, que desenvolvem atividades de monocultura altamente lucrativas, Margulis (2003) chama de fronteira consolidada.

Com a interação entre esses dois tipos de agentes atuantes na fronteira é que está o esquema de avanço da fronteira e de transformação de uma denominação em outra. É um esquema que vai ao longo de vários anos gestando no seio da fronteira um mercado de terras, que conta com práticas ilegais e truculentas para disponibilizar terras ao mercado, principalmente à pecuária (MARGULIS, 2003).

Figura 1: Amazônia segundo seus estágios de ocupação.



Fonte: Becker (2001) adaptado pelo autor (2012).

A regionalização da Amazônia proposta por Margulis (2003) se sobrepõe a regionalização da fronteira amazônica proposta por Becker (2001, 2004), pois em ambas existe a diferenciação de produção e agentes produtores, que se encontram no sul e sudeste paraense e nordeste do Mato Grosso.

Então, o esquema de avanço da fronteira, e conseqüentemente o aumento do desmatamento na Amazônia, inicia com os primeiros agentes (principalmente colonos e migrantes) ou madeireiros “abrindo” as frentes de expansão, consolidando a ocupação. Em seguida eles vendem essas terras para os pecuaristas e passam a ocupar novas terras, mais distantes da borda oriental. Nota-se que esse avanço só é possível, sugere Margulis (2003),

porque a rentabilidade da pecuária permite cobrir os preços pedidos pelos primeiros “desbravadores” das terras.

Ainda dentro da perspectiva da integração econômica e social da Amazônia existem também as contribuições de Loureiro (2009). Para essa autora, o perfil da fronteira tem dois momentos distintos e a ruptura entre um e outro se deu no início da década de 1990. Para ela, a fronteira amazônica atualmente é a fonte de recursos naturais para o resto do planeta, por isso, o Estado nacional não é mais o grande indutor das transformações da fronteira, papel passado ao capital internacional que agora tem interesses diretamente ligados a fronteira. “Hoje, a Amazônia vem sendo considerada, não como uma simples produtora de bens semielaborados, mas como uma produtora moderna de *commodities*” (LOUREIRO, 2009, p. 64).

Com a intensa integração mundial a partir do processo de globalização, o crescimento na produção de *commodities* se multiplicou, é o caso da soja e da pecuária, que ganharam espaço na economia regional a partir da década de 1990 (NEPSTAD, STICKLER, ALMEIDA, 2008).

Até por volta de 1980, dentro do primeiro perfil, as transformações observadas na fronteira eram creditadas principalmente a “conjuntura interna e as políticas públicas do país” (LOUREIRO, 2009, p. 72).

Os grandes eixos de circulação são um dos exemplos de ações estatais que contribuíram para modificar a configuração sociospacial da fronteira. Inclusive com relação a dinâmica de desmatamento das florestas amazônicas, pois a abertura desses eixos de penetração eram o principal vetor do desmatamento na Amazônia na década de 1970 e de 1980 (NEPSTAD, STICKLER, ALMEIDA, 2008).

Acontece que a rentabilidade das quatro atividades econômicas desenvolvidas na fronteira – pecuária, cultura de soja, madeireira e mineração – fazem com que não haja mais aquela dependência total das ações do Estado. Novas áreas são incorporadas, estradas são abertas, novos empreendimentos minero-metalúrgicos são implementados, isto é, o próprio capital privado vai criando sua própria infraestrutura com grande autonomia. Essa ruptura dá origem ao segundo perfil que a socióloga resume da seguinte forma:

Nesta década [1990] as políticas econômicas neoliberais intensificaram os incentivos fiscais à exportação, e os recursos naturais da região tiveram um papel fundamental. A pecuária na região amplia suas áreas, acelera-se a abertura de áreas para pastos, antecedida pela exploração de madeira para a exportação; e melhora seu padrão de qualidade, com vistas a atender os

requisitos dos novos mercados. Consolida-se o parque siderúrgico com novos empreendimentos e a produção de grãos adentra nos espaços amazônicos. A ruptura se completa e a fronteira passa a apresentar um perfil distinto do anterior (LOUREIRO, 2009, p. 74).

Então, com os novos mercados e a certeza do retorno financeiro com a produção das *commodities* se apresenta uma nova perspectiva para a fronteira. Essa perspectiva de lucro faz com que os investidores e produtores passem a não mais depender amplamente da iniciativa do Estado e comecem a produzir suas próprias infraestruturas. Isso implica dizer que o atual perfil da fronteira mostra que o Estado não é o principal ou mesmo o único agente de transformações espaciais. Novos agentes estão entrando e construindo suas próprias infraestruturas.

Mas, Costa (2000) adverte que esse processo de avanço da fronteira, principalmente da perspectiva de expansão agrícola, não é um fenômeno exclusivo da Amazônia, pois processo bastante similar já tinha sido observado na expansão da ocupação do oeste paulista bem antes de acontecer em nossa região.

Nesse entendimento do pioneirismo da fronteira paulista, Monbeig (1984), discute o processo de expansão da agricultura no oeste paulista. Essa época era de efervescência da economia do café que se consolidou como o dínamo da expansão da fronteira no estado de São Paulo. No caso paulista, a associação entre a escala mundo e a expansão da fronteira é nítida. Pois quanto mais o mercado era favorável e receptivo ao produto, mais os cafeicultores eram impelidos a buscarem novas terras para plantar e investir em infraestrutura.

Portanto, a associação e interação entre a escala mundo e a escala regional nas duas economias de fronteira são bastante parecidas, mesmo se observado as diferenças históricas e espaciais, nota-se na Amazônia, assim como no caso paulista, que a demanda mundial por produtos da fronteira comandam em certa medida a expansão e retração da fronteira.

Estes são alguns enfoques teóricos de fronteira que abordam o caso amazônico. Os elementos de cada um desses enfoques nos ajudam a pensar o caso do sudeste paraense e a cidade de Marabá mais especificamente.

Mais adiante serão expostos os elementos da realidade marabaense, entretanto, adiantando a leitura da paisagem fica evidente que a cidade vem passando por transformações decorrentes da entrada mais intensa da economia regional na escala mundial. Ou seja, a mudança no perfil da fronteira para um espaço de fornecimento de matérias-primas, está criando um ambiente de transformações socioespaciais a partir de quatro principais produtos: soja, gado, madeira e minério.

Mas antes, é necessário fazer uma análise de algumas das abordagens sobre fronteira aqui discutidas. Essa análise teórica permite extrair uma linha de pensamento entre elas e então identificar algumas contribuições e os limites de cada uma delas.

A primeira abordagem está relacionado ao mítico, ao deslumbre dos exageros que se apresentam aqui na Amazônia. A fronteira sempre proporcionou fascínio e deslumbramento através dos tempos. Dentro dessa trajetória os mitos são recorrentes e fazem parte dessa história encantada e mitológica da Amazônia: “País das Amazonas”, “Celeiro do Mundo” e “Vazio Demográfico”, podem servir de exemplos. Então, desde Vicente Pinzón e Francisco de Orellana vemos surgirem interpretações sobre a região, desde as mais mitológicas até aquelas pautadas na ampla “racionalidade” científica.

Ao se imergir nessa história recente da Amazônia, onde prevalecem as mais diversificadas interpretações, algumas características ou ainda como querem alguns: os mitos, passam a serem recorrentes e, ao que parece, formam uma linha estrutural para outras interpretações.

O que pretendo discutir é a recorrência dessas características nas várias interpretações da realidade da Amazônia. Essa análise é essencial para identificar quais os limites da fronteira, ou nos dias atuais, o que ainda pode ser considerado como sendo uma fronteira. Aliás, as palavras limite e fronteira tem uma estreita inter-relação, o que será retomado mais adiante.

A primeira dessas características é a ideia de “celeiro do mundo”, isto é, aquele espaço onde estaria garantido o futuro de uma civilização inteira. Começou com a coleta das drogas do sertão: tinturas, produtos extraídos das árvores nativas para temperos ou remédios, alimentos e outros produtos, até atualmente, na moderna Divisão Territorial do Trabalho, com as *commodities*.

Para Loureiro (2009) essa ideia começou a ser erigida pelos primeiros europeus que aqui chegaram e viram um mundo diferente, exótico, nas mãos de povos “inferiores”, sem “alma”, “primitivos” e “preguiçosos”. Passando por autores de renome atualmente, que condicionam o crescimento e o desenvolvimento do país a essa riqueza.

Outra ideia é a de inferioridade, seja racial, econômica ou mesmo tecnológica, não há uma frente de manifestação apenas. Essa inferioridade é um traço corriqueiro dentro dessas leituras e interpretações voltadas para a leitura da Amazônia.

Essa característica fundante teve suas origens, provavelmente, a partir das incursões dos colonizadores europeus a partir do século XVI, já que era necessário justificar a colonização e a escravização dos índios através da diferença e da superioridade racial.

Uma característica que vem sendo reinventada ao longo dos tempos, para justificar atitudes, planos e ações impostas a Amazônia. Assim temos uma hierarquia racial que foi constantemente reinventada, para conotações mais “civilizadas”, que foram gradativamente incorporadas em nossa sociedade.

Parece não ser de todo importante, mas esse pressuposto de inferioridade é onipresente, chega até a ser questão de honra para alguns. Uma posição crítica a cerca da incorporação desses mitos pode ser identificada em Loureiro (2009, p. 29):

Foram criados e recriados, de diversas maneiras, novos colonialismos que assumiram várias feições e explicados segundo as mais diversas teorias. Mas todas as comparações entre europeus e outras sociedades culturalmente diferentes, mantiveram sempre uma indisfarçável hierarquia entre os dois grupos de povos e países, ainda que tenham variado as formas pelas quais foram ou são designados nas comparações estabelecidas entre ambos: superiores e inferiores, civilizados e incultos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, avançados e atrasados, primeiro-mundistas e terceiro-mundistas ou outras categorias.

Dentro dessa perspectiva de inferioridade está imerso o capítulo mais controverso da história regional, aquele onde o Estado nacional escreveu com linhas grossas e ríspidas a sua “integração” nacional.

Frente às disparidades regionais manifestadas nos primeiros anos do século XX, a situação chegava a ser incômoda para o Estado, que devia agir no sentido de mitigar essa tão “claudicante” situação das regiões amazônica e nordestina em relação ao centro-sul brasileiro. Baseado na necessidade de “desenvolvimento” da região é que o Estado se lançou numa das mais “ousadas empreitadas” da história recente da Amazônia. Estradas, superintendências, planos, decretos e até quartéis fizeram parte do repertório de medidas que o Estado tomou para empreender tal feito.

Mas, é digno de nota, que esse baixo desenvolvimento era segundo um modelo, e a referência nesse caso era o centro-sul brasileiro, de industrialização efervescente e economia robusta. Logicamente, comparar a época de franco crescimento industrial do centro-sul brasileiro com o modo como viviam as populações tradicionais amazônicas não poderia conferir qualquer vantagem à região amazônica.

Entretanto, alheio à qualquer outra interpretação dada à situação, era preciso levar o “desenvolvimento” para uma região, ou às regiões de baixo desenvolvimento. Como adiantado, fica bastante evidente que o desenvolvimento discutido àquela época se restringia à esfera econômica, que mesmo assim tão “evidente” pode ser alvo de algumas críticas, já que o Pará havia experimentado um período de grande movimentação econômica com a extração do látex e tinha uma economia até certo ponto diversificada².

Acompanhando de perto essa ideia de inferioridade está a concepção bastante difundida no passado e que ainda perdura de certa forma nos dias atuais em algumas leituras, que é a de baixa ocupação do espaço, em outras palavras, o famoso “vazio demográfico”.

Atualmente a área total da Amazônia Legal é de 5.034.740 de km², o que equivale a 59,13% do território nacional³. Ela tem uma população de pouco mais de 12 milhões de habitantes. Se esses números forem processados segundo a fórmula da densidade demográfica, tem-se um valor de 2,4 hab./km². Se forem avaliados os estados que compõem a região os números estarão um pouco acima dessa média, porém todos abaixo de 7 hab./km². A única exceção é o estado do Maranhão, que tem uma densidade de 19,81 hab./km² (IBGE, 2011a). Ao comparar esses valores com os outros estados brasileiros a ideia de “vazio demográfico” começa a fazer um pouco mais de “sentido”, por exemplo: Ceará (56,76 hab./km²), São Paulo (166,25 hab./km²), Rio de Janeiro (365,23 hab./km²) e Rio Grande do Sul (39,79 hab./km²), servem como parâmetro de comparação.

Se for o caso de avaliar os números antigos, do início do século XX, temos uma densidade demográfica da região ainda bem mais baixa, até porque a população amazônica experimentou um crescimento vertiginoso a partir da segunda metade desse mesmo século, com taxas de crescimento em torno de 5% (ROCHA, 2009), o que necessariamente elevou a densidade demográfica aos patamares atuais.

Então, essa baixa ocupação do território amazônico serviu como justificativa de ocupação mais massiva da região, justamente para que a invasão estrangeira não se apossasse das riquezas materiais e imateriais da Amazônia. Ela serviu também como justificativa para a

² A discussão que se levanta é a feita com mais profundidade por Batista (2004), que discute a tese recorrente na historiografia de que o Grão-Pará vivia numa dependência total da economia da borracha, e tudo que se praticava além disso era de baixa rentabilidade ou restrito ao consumo interno. Porém, segundo ela, essa leitura não leva em consideração, por exemplo, a economia do cacau, bastante importante para o Estado naquela época.

³ Não é demais lembrar que a definição de Amazônia Legal causa alguns transtornos para se realizar pesquisas estatísticas, isso porque a definição de Amazônia Legal estipulada primeiramente pela SPVEA na década de 1950 e mais tarde pela SUDAM, como sendo composta dos estados da região norte, mais o Mato Grosso e mais o estado do Maranhão até o paralelo 44. Essa definição torna, por exemplo, a manipulação dos dados do IBGE mais difícil.

repartição das “terras sem homens”, pois como não havia “ocupantes” se podia distribuir aqueles “homens sem terras”.

Alguns autores chegam até a estipular faixa de densidade demográfica para classificação da fronteira, em outras palavras, quanto mais baixa for a ocupação, mais o espaço pode ser considerado como fronteira, como é o caso de Margulis (2003).

Serviu também até como comparação de desenvolvimento, de onde era preciso ocupar terras devolutas e levar o progresso, como se nenhuma atividade fosse desenvolvida aqui. Se assim pudesse ser estipulado, como parâmetro do desenvolvimento de um espaço a partir da distribuição de sua população, o Canadá romperia com qualquer teoria, já que ele com mais de 9 milhões de km² de extensão territorial, tem densidade de 3,67 hab./km², mas é o sexto país no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU (CANADÁ, 2011).

Por fim, além dessas ideias anteriormente destacadas, presentes nas diversas leituras sobre a fronteira, ainda existe a ideia de linearidade da ocupação e exploração da fronteira. Esta é, sem dúvida, a que mais está arraigada nas leituras e interpretações sobre a Amazônia.

Parece haver uma linha temporal, irreversível portanto, de avanço da ocupação e exploração da fronteira. Onde se parte do estágio de fronteira nativa – aquela onde a ocupação e exploração dos recursos são irrelevantes – até a fronteira consolidada – nas quais as atividades desenvolvidas dominam a paisagem, a ocupação já não se reorganiza frequentemente e a exploração dos recursos segue em ritmo normal. Nessa interpretação então, o ponto de partida seria a fronteira pura e simplesmente e o estágio final de ocupação e exploração seria dado no momento em que o espaço passa a não ser mais considerado como uma fronteira.

Numa leitura extrema, chegou-se a estipular a completa civilização da fronteira como sendo esse estágio final a ser alcançado. Nessa visão, quando a dinâmica populacional e a implantação de novas atividades produtivas não se reorganizam mais, a fronteira deixa os estágios iniciais, ou mesmo passa a ser considerada como espaço consolidado.

Como já dito, essa interpretação de linearidade não deixa margem para retrocessos ou redefinições das dinâmicas presentes na fronteira ao priorizar apenas o passado e o presente. Uma fronteira do passado nunca mais pode voltar ser no futuro uma fronteira novamente.

Essas são as quatro ideias mais difundidas nas abordagens de fronteira no âmbito amazônico. Ao apontar essas quatro ideias subjacentes na maioria das leituras a cerca da fronteira, principalmente nas interpretações sobre a realidade amazônica, não estou querendo

depreciar toda a bibliografia desenvolvida a cerca do assunto. Pelo contrário, através delas que a ciência pode avançar na definição mais exata do já está dado (BACHELARD, 1996).

A despeito dessas quatro ideias recorrentes, temos a noção primaz a partir do senso comum (sem qualquer tipo de depreciação que possa nos levar) de analogia entre a fronteira e o limite, onde fronteira se confunde com o limite. Nesse caso, o que se apresenta é que ambas as palavras mostram o contato entre duas coisas particulares: países, mundos, estados e etc.

Aprofundando essa leitura de contato, as interpretações sobre fronteira e limite parecem não mais ser tão confundíveis assim, pois o limite “parece se consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporado pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite” (HISSA, 2006, p. 34). Esse é o ponto de partida do autor para a sua proposta de rediscussão do conceito de fronteira.

No entanto, essa ponderação feita por Hissa (2006) em sua obra não pode ser desprovida de contexto, principalmente da relação que o próprio autor está querendo fazer, pois suas reflexões se orientam pela crise que vem se instalando na ciência moderna – que estipula as narrativas oficiais. De forma sintética, ele descreve da seguinte forma:

A crise das narrativas oficiais está superposta à crise da contemporaneidade, enquanto acumulação histórica de modernidades. A crise das narrativas – crise dos discursos e dos saberes oficiais – superpõe-se às crises dos poderes, que catalisam as crises sociais, políticas, econômicas, ambientais [...] (HISSA, 2006, p. 42).

Nesse ambiente de crise é necessário repensar muitos aspectos em nosso cotidiano.

Pois:

[...] Refletir sobre a crise das narrativas é refletir sobre o mundo representado, o mundo lido. Não é diferente da reflexão necessária sobre a ciência e sobre os limites que fraturam e, simultaneamente, a separam do mundo que buscam representar. Não é diferente das reflexões sobre a natureza das fronteiras entre a *palavra da ciência* e as *outras palavras*, a *imaginação* e a *objetividade*, um suposto *saber puro* e um *aplicado*, a *teoria* e a *prática*, a *pesquisa* e o *ensino*, uma *disciplina* e as *outras disciplinas*, a *universidade* e o *mundo* [...] (HISSA, 2006, p. 42, grifo nosso).

Logo, repensar esses aspectos que nos cercam, impõe-nos refletir no que está estipulado como oficial. Esse discurso oficial está intimamente ligado aos saberes oficiais e os textos oficiais, justamente esses que constituem a ciência moderna e o método de pensar cientificamente. Essa reflexão que está sendo apresentada pelo autor procura então advertir para a crítica que se deve fazer aos pressupostos da ciência moderna.

Evidentemente, minhas considerações não procuram se estender com a profundidade que se observa nas palavras de Hissa (2006). Na verdade, a principal consideração que gostaria de fazer é com relação ao exercício de poder e a fronteira. Pois, segundo ele mesmo:

Uma reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma reflexão sobre o poder. Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias (HISSA, 2006, p. 35).

Poder e fronteira são sem dúvida nenhuma dois elementos proeminentes nas narrativas sobre a Amazônia. O poder, ou o exercício do mesmo, cria e recria o mito fantástico que recobre a Amazônia. Esse mesmo poder é que dá vida ao imaginário mitológico que Loureiro (2009) descreve.

Na fase de colonização constantemente a Coroa Portuguesa exerce seu poder de configurar e reconfigurar, incentivar e reprimir, inserir e expulsar qualquer um ou qualquer coisa da nova colônia. Isso sempre baseado na geopolítica do novo território (BECKER, 2004).

No entanto, ao se conscientizar que aqui se tem um “vazio demográfico” perigoso, porque um espaço sem ninguém pode ser invadido a qualquer momento por povos estrangeiros, esse mesmo poder vai buscar a todo custo “ocupar para não entregar” a nossa Amazônia.

Poder até mesmo na forma de utopia, de possibilidade de concretização do sonho do futuro Estado. Mesmo que seja na possibilidade de exercício desse poder, ele surge nas discussões de redefinição do território estadual.

Até aqui fiz uma reflexão sobre as diretrizes do pensamento epistemológico da fronteira amazônica. Em seguida, partirei para uma análise da migração enquanto uma categoria de análise para entender como esse fenômeno foi trabalhado ao longo do tempo na realidade amazônica.

2.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO PARA MARABÁ

Entender os diversos fluxos migratórios destinados à cidade de Marabá prioriza uma busca pelas raízes e condicionantes históricos dessa migração aportada na cidade. Até por que durante os vários períodos do tempo os padrões de ocupação amazônica passaram por fases

com características distintas, correspondendo às mudanças de rumo nos interesses econômicos que articularam o processo de desenvolvimento regional.

Nesse ponto, em que são definidos os rumos econômicos a serem seguidos pelas regiões, a cidade de Marabá e a região do sudeste paraense podem ser entendidos como um ponto convergente de periódicos fluxos migratórios, desde seu “desbravamento”, logicamente motivados por diversas condições políticas e econômicas, até o período atual. No entanto, a última metade do século XX é sem dúvida nenhuma a mais importante para o entendimento do cenário socioespacial atual. Os esforços na construção do trabalho estarão então concentrados neste último período do século XX e início do século atual.

Porém, apesar de ser grande o fluxo das migrações internas, não é prudente negar as contribuições das migrações internacionais. Esses fluxos migratórios foram, em algum momento e de alguma forma, decisivos para formar o mosaico demográfico amazônico. É o caso dos italianos (EMMI, 2008), dos libaneses (ZAIDAN, 2001), dos portugueses (FONTES, 2009) ou dos japoneses (MUTO, 2010; HOMMA, 2009). Todavia, “a migração na Amazônia está muito mais relacionada com os fluxos internos, com o deslocamento de brasileiros em busca de inserção em atividades econômicas, que muitas vezes são cíclicas, ou em busca de terras [...]” (HOGAN; D’ATONA; CARMO, 2008).

O incremento demográfico de Marabá faz parte de um contexto maior de urbanização brasileira, que ganha força a partir da segunda metade do século XX. Por isso, o papel das migrações internas é fundamental para esse processo. Ela modifica primeiramente a relação campo x cidade, em seguida cria um ambiente de metropolização no Brasil para em seguida reduzir a participação dessas metrópoles no total da população brasileira (BRITO, 2006).

Por isso, como pode ser constatado dentro da literatura disponível, o município de Marabá tem o signo da migração arraigado em sua formação econômica e social. Desde a migração inicial, de Carlos Gomes Leitão e comitiva, até os dias atuais no período do meio-técnico-científico-informacional os fluxos migratórios em direção à cidade são recorrentes. Diante disso, é importante balizar a discussão aqui com algumas abordagens sobre a categoria migração.

Apesar do peso significativo das migrações na formação histórica de Marabá, a literatura acadêmica disponível sobre a cidade não tem priorizado a análise do processo migratório de forma ampla. Ainda são poucos os trabalhos que se detém especificamente na cidade, identificando o perfil dos fluxos que para lá se direcionam.

2.2.1 LEITURAS DE MIGRAÇÃO NA BUSCA DA INTERPRETAÇÃO DO TERRITÓRIO MARABAENSE

A incursão na categoria migração requer um cuidado diferenciado nas reflexões e conclusões a serem elaboradas. Isso porque para aqueles de tradição mais positivista essa categoria não apresenta um berço científico fixo ou definido, como tem outras categorias e conceitos. Ela até foi tratada de forma negligente durante muito tempo por vários autores (PEIXOTO, 2004).

A carga de interdisciplinaridade nos estudos migratórios é muito grande, conferindo vantagens e desvantagens ao trato na questão da migração.

Podemos admitir, em conclusão, que a bibliografia sobre migrações partilha referências múltiplas, tanto as que provêm de diferentes disciplinas do social como as que envolvem os próprios debates internos da sociologia [...] (PEIXOTO, 2004, p. 8).

Essa gênese múltipla das teorias migratórias apresenta, como mostra o autor, duas consequências. Primeiro, as ascendências teóricas dos estudos que procuravam explicar o fenômeno migratório é altamente ramificada. Isso criou a “sociologia das migrações”, um apanhado teórico de referências de diversas ciências sociais.

Segundo, essa gênese múltipla criou uma clivagem das explicações sociológicas. De um lado, aquelas do tipo “micro” em que há um processo racional na decisão de migrar, parte da insatisfação pessoal de cada migrante, e do outro, uma tipologia “macro”, ou aquelas teorias que se referem a “forças sociais” que impelem às migrações em massa.

Os grandes troncos teóricos sobre migração (principalmente os de análise “clássica”) priorizaram enfoques baseados em modelos de atração e repulsão dos migrantes, tomando como referência os estudos clássicos de migração, que tem por base as teorias da microeconomia clássica, com explicações pautadas principalmente nos custos de oportunidade e maximização dos lucros. Dentro dessa macrotipologia da migração se destaca os trabalhos pioneiros sobre migração de Raveinstein (CASTIGLIONI, 2009).

Ainda no entendimento dessas fontes clássicas, as migrações seriam resultado dos diferenciais nos níveis de emprego e renda ao redor do mundo, e cada um procurariam se estabelecer nos lugares com os melhores empregos para obter os mais altos índices de renda possíveis. Sendo parte dessa teoria, mesmo de forma implícita está a relação capital e

trabalho. Pois através dessa relação é que se pode entender as diferenças entre os níveis de emprego e renda ao redor do mundo (CASTIGLIONI,2009).

Dentro da perspectiva mais ampliada, da migração como fenômeno social da mobilidade populacional desencadeado principalmente pelas disparidades, temos o entendimento relacionado, principalmente com a força de trabalho (SINGER, 1980).

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida estas não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas, e por indivíduos autônomos. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área onde provém (SINGER, 1980 p. 226).

Para Gilberto Rocha a dinâmica demográfica acompanha os movimentos e transformações socioeconômicos mais gerais, dentre eles a economia é um condicionante bastante forte. “Grande parte dos fatores explicativos do comportamento demográfico e seus componentes específicos – natalidade, mortalidade, migração e outros – baseia-se nestas transformações ocorridas nas relações socioeconômicas” (ROCHA, 2005, p. 141).

Para esse pesquisador o Estado foi ponto central na indução de transformações nas relações socioeconômicas brasileiras, provocando por isso reestruturações na configuração socioespacial amazônica.

As políticas públicas de integração nacional como abertura de estradas e projetos de colonização oficial e privada assim como obras de infra-estrutura e projetos de exploração dos recursos naturais e de transformação industrial tem estimulado a mudança no padrão demográfico (ROCHA, 2005, p. 143).

As consequências destas políticas públicas para o Estado do Pará foram que elas

[...] Contribuíram para redistribuir a população estadual, descentralizando-a, ampliando a participação de cidades médias como Santarém, Marabá, Castanhal e cidades menores como Tucuruí, Oriximiná, Parauapebas, Barcarena, sedes de grandes projetos de infraestrutura e de extração mineral (ROCHA, 2005, p. 145).

Logo, intervenções estatais como a abertura dos dois principais eixos rodoviários (Belém-Brasília e Transamazônica), o Projeto Grande Carajás fizeram interferências no padrão demográfico de Marabá. Até mesmo a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí contribuiu para reconfiguração do espaço marabaense (ROCHA, 2009). Por isso

[...] Cabe enfatizar que a configuração atual da Amazônia é uma consequência do processo de ocupação impulsionado pelo governo federal ao final da década de 1960. Influenciado por um debate que se fortaleceu na primeira metade do século XX, o ideário de então se fundamentava na crença na existência de um vazio demográfico que precisava ser enfrentado pelo Estado, dada a incapacidade do sistema local (população, economia e infraestrutura) em combatê-lo (HOGAN; D'ATONA; CARMO, 2008, p. 75).

Este foi o cerne das trajetórias migratórias contemporâneas observadas no sudeste paraense que impulsionaram um vertiginoso crescimento populacional⁴ da Amazônia. Essas trajetórias migratórias passadas foram induzidas pelo Governo Federal visando dois objetivos básicos: ocupar e desenvolver a Amazônia. Uma das consequências dessa ocupação foi a urbanização atual da Amazônia e sua distribuição e composição populacional (HOGAN; D'ATONA; CARMO, 2008).

Mas, o modelo econômico em que tinha o Estado enquanto total financiador da economia regional se desgastou diante da grande dívida contraída ao longo de vários anos e a inserção da economia nacional nos preceitos neoliberais, que pregam a mínima intervenção estatal (LOUREIRO, 2009); (DINIZ, 2001).

Apesar de não haver os mesmos condicionantes de outrora, o que se observa atualmente é uma tendência de recrudescimento desses fluxos migratórios direcionados para a fronteira como um todo. Mas, o destino desses migrantes dentro da fronteira não é uniforme, pois é condicionado principalmente pelas características da rede urbana amazônica. Logo, entender a migração passa pela clareza que a rede urbana é um componente importante para a ocupação da fronteira (HOGAN; D'ATONA; CARMO, 2008).

Como a cidade de Marabá é de longe a que exerce a centralidade mais forte dentro do sul e sudeste paraense, ela é prioritariamente o principal destino desses fluxos. Além disso, a perspectiva de crescimento político e econômico que se apresenta à Marabá cria um ambiente

⁴ Não é demais lembrar que o forte crescimento da população Amazônia se deu também pelas altas taxas de fecundidades das mulheres amazônicas, que aliada às várias migrações internas formaram o perfil demográfico amazônico atual (HOGAN; D'ATONA; CARMO, 2008).

de prosperidade incomum, que serve como mais um atrativo aos novos migrantes que buscam uma perspectiva melhor.

Essa tendência de deslocamento é desencadeada pelo desenvolvimento desigual do espaço, dado a partir de decisões específicas dos agentes atuantes no cenário, que forma uma cartografia dos fluxos migratórios segundo esses arranjos construídos dentro do território.

O deslocamento de pessoas, ou especificamente do trabalhador para esse caso considerado, é dado por condições históricas e geográficas, forjado com base nos desdobramentos da luta de classes que instaurou uma “liberdade” nos trabalhadores (GAUDEMAR, 1977).

A definição marxista de força de trabalho se baseia na liberdade que o dono dessa mercadoria (força de trabalho) tem de dispor dela. Obviamente, essa liberdade é condicional, pois o trabalhador é obrigado a vendê-la, porém a quem ou aonde ele tem liberdade de decidir. Essa liberdade conferida à força de trabalho, foi instaurada com o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento do modo de produção capitalista. Isso torna a força de trabalho uma mercadoria particular, pois além de criar valor superior ao seu, tem a capacidade de se deslocar para o local da venda (GAUDEMAR, 1977).

Outro condicionante da liberdade é a ausência dos meios de produção ao trabalhador, pois resta-lhe vender a sua única mercadoria, que é extremamente necessária ao modo de produção capitalista: a força de trabalho. Nesse sentido que Gaudemar (1977) entende que a mobilidade do trabalho é fundante no modo de produção capitalista.

A mobilidade da força de trabalho é assim uma <<característica>> do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista. Ela funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador <<livre>> do escravo <<cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local, de uma vez por todas>>. [...] A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento [...] (GAUDEMAR, 1977, p. 192)

Esses são caminhos teóricos anteriormente traçados por uma discussão voltada para a relação capital e trabalho. Esses trajetos epistemológicos, chamados de clássico por Castiglioni (2009), quase sempre nos fazem abordar o apenas fenômeno migratório como sendo o deslocamento de uma força de trabalho pelo espaço.

Entretanto, especialmente a partir de 1980, transformações econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais em âmbito internacional contribuíram para construir uma complexidade ao redor dos fenômenos migratórios recentes (PATARRA, 2006).

Essas transformações incidiram não só nas dimensões da realidade, mas também nas definições clássicas do fenômeno migratório. Isso implica dizer que apenas as teorias clássicas não dão mais conta de explicar os fenômenos atuais, portanto, estamos diante de uma constatação: Os termos imigrantes e emigrantes ou países de imigração e países de emigração, ganham relatividade, pois não podem mais ser aplicados com tanta precisão como em períodos anteriores (ROCHA-TRINDADE, 2007, p. 8).

Além desse ponto de vista teórico clássico, existe o enfoque dado a partir de uma perspectiva sociológica, o destaque fica por conta das discussões acerca das trajetórias sociológicas dos migrantes, contidas nas teorias de Sayad (1998).

É nesse sentido que essas interpretações mais recentes, que privilegiam um enfoque no qual o migrante é dotado de uma história de vida relacionada ao seu espaço de origem (SAYAD, 1998), estão ganhando mais força, justamente por mostrar esse aspecto mais subjetivo e relacionado à história social de cada um dentro do fenômeno migratório.

Todavia, não seria o fim total dos Paradigmas Clássicos, mas sim apenas “[...] o surgimento de inúmeras situações ou contextos novos nas migrações do presente” (ROCHA-TRINDADE, 2007, p. 11).

Essa opção metodológica atual marca uma importante contribuição da ciência para os estudos migratórios, pois segundo a perspectiva de Sayad (1998), a migração é um fato social completo, já que a pessoa que chega a qualquer lugar é, antes de qualquer coisa, uma pessoa que saiu de um lugar, ou seja, o migrante carrega uma história social para o lugar de destino, modificando com sua ausência o lugar de origem e com sua presença o lugar de destino.

Para o autor os estudos das migrações contempla tanto a trajetória individual do imigrante como tem a dimensão de fato coletivo (SAYAD, 1998).

É importante deixar claro que a teoria sociológica de Sayad (1998) entende o migrante dentro de duas estruturas sociais distintas, ou seja, um contexto de saída e outro de chegada. Logo, ambas as estruturas são passíveis de impactos. No entanto, para este trabalho, sem desconhecer a importância da origem, o enfoque prioritário será dado ao contexto de chegada do migrante.

Como Marabá faz parte da fronteira ela é ponto convergente de fluxos migratórios por causa de sua centralidade. Por isso há o ainda encontro de trajetórias sociológicas

diferenciadas dentro do espaço urbano. Segundo essa perspectiva muito antes de ser uma pessoa que chega a qualquer lugar, essa pessoa é uma pessoa que sai de um lugar, ou seja, o migrante carrega uma história social para o lugar de destino (SAYAD, 1998).

2.3 MIGRAÇÃO E FRONTEIRA: OS DESAFIOS ATUAIS PARA O ENTENDIMENTO DE MARABÁ

Após essas reflexões críticas das fontes, voltarei ao ponto inicial dos debates nos estudos migratórios que se referem à carga elevada de interdisciplinaridade que cercam os estudos desse tema, o que Peixoto (2004) classifica como a “terra de ninguém”.

Esse domínio confuso dos estudos migratórios gera uma dupla perspectiva. Implica numa desvantagem e numa vantagem para os que estão diante de um desafio como o que se apresenta em Marabá. Porém, a busca de explicações além das fronteiras do conhecimento setorizado permite ter uma visão mais ampla do processo que engendra tais fluxos.

Peixoto (2004, p. 3) assim comenta essa duplicidade:

As desvantagens da “terra de ninguém” tem sido, sob uma outra perspectiva, as vantagens da interdisciplinaridade. Uma vez que as raízes disciplinares são débeis e que o tema importa a um variado número de especialistas, ele tem sido desenvolvido sob diversas perspectivas teóricas, cujo conhecimento recíproco (dado o relativamente reduzido número de investigadores) tem permitido grandes benefícios [...].

Na perspectiva presente, os fluxos migratórios recentes para a Amazônia, são condicionados por múltiplos fatores. E as discussões ganham força principalmente diante dos amplos fracassos que foram se sucedendo com as políticas destinadas para a região, mas também diante da conjuntura política e econômica mundial. Por conta dessas situações, as discussões a respeito dos fluxos migratórios devem buscar ampliar as perspectivas de estudo no sentido da interdisciplinaridade.

Logo, os padrões atuais de ocupação da Amazônia se modificaram conforme a conjuntura econômica, política e cultural de outros períodos históricos. Várias foram as ações direcionadas para a região que causaram uma série de situações diferenciadas dentro do território. Concretizaram situações espaciais diferenciadas indutoras de correntes migratórias também diferenciadas.

Então, entendo que realizar uma discussão acerca desse cenário amazônico, tanto do ponto de vista das suas potencialidades e de seus problemas, não pode ser dada por uma visão

unilateral de ciência e método. A busca incessante nesse caso, é de transpor as fronteiras do conhecimento setorizado, para obter a perspectiva totalizante do processo. Uma perspectiva que enseja o máximo distanciamento das leituras pré-estabelecidas ou mesmo empobrecedoras das realidades, principalmente aquelas com relação aos migrantes.

Acerca disso, alguns estudos científicos apontam para um cenário atual da Amazônia, considerando que a economia está sendo configurada por um desafio imposto em escala mundial, justamente porque as relações se dão atualmente no plano global, ainda mais quando se trata do potencial que se projeta para a Amazônia.

Para a realidade marabaense, a vantagem fica por conta da possibilidade de ser feita uma leitura mais ampla do fenômeno migratório dentro da fronteira. Entretanto, as leituras que priorizam esse enfoque metodológico interdisciplinar ainda são bastante escassas na literatura acadêmica, tornando as iniciativas pioneiras mais difíceis de serem concretizadas.

Além disso, a busca no período atual se volta para os desafios impostos pela sustentabilidade. E em Marabá essa discussão ganha destaque em face das graves disparidades e distorções socioespaciais presentes no espaço intraurbano da cidade (RELATÓRIO, 2011). Essa discussão sobre a sustentabilidade perpassa pelo entendimento, ou mais ainda como querem alguns, pelo reconhecimento deste potencial: mineral, energético, florestal e biológico, que “adormece” na região. Mas, a exploração desse potencial não pode ser dado por modelos passados, já que foram modelos altamente destrutivos e prejudiciais nas várias dimensões, seja ela da urbanização e até ambiental.

Entretanto, o reconhecimento desse potencial ainda é o primeiro passo dado a exploração. Este primeiro estágio recai necessariamente na definição prática de fronteira ou como a enxergamos.

A busca por essa amarração na definição de fronteira vai implicar diretamente na visão que teremos dos fluxos migratórios que em Marabá aportam e desse migrante que desembarca na sua “nova aventura”. Destarte, o desafio é: encarar esse migrante como uma possibilidade de desenvolvimento social real ou como a geração dos problemas?

A questão do desenvolvimento sustentável, tão valorizada no meio acadêmico, impõe uma consciência ambiental para implementar as políticas gerais e setorizadas pautadas nesse ideal de sustentabilidade. Dai que definir qual o papel que a migração vai desempenhar nessa busca é fundamental. Devemos também refletir no que já fora construído durante vários anos, haja vista a condição de desigualdade e exclusão que estão presentes na realidade de Marabá e dispersas pela Amazônia.

Por certo que abraçar o pensamento amplo, interdisciplinar e desvinculado de qualquer juízo de valor, é fundamental para construir as condições de sustentabilidade, que passam antes de tudo pela formação do ideal de igualdade e inclusão.

Procurei mostrar nesse capítulo que existe uma estreita ligação entre migração e fronteira na Amazônia. Esta relação entre as duas categorias se modificou conforme se avançava na ocupação da fronteira durante os vários períodos do tempo. Para cada período de ocupação na fronteira, onde estava vigente uma concepção de fronteira, a migração para a região ia se modificando. Modificações no perfil do migrante, no lugar de fixação ou nos períodos de maior fluxo.

No capítulo seguinte, procurarei mostrar justamente essas modificações ocorridas nos primórdios de formação da fronteira até os dias recentes, mostrando dentro desse período os elementos estruturantes que condicionaram a migração.

3 OLHANDO PARA TRÁS: VIAJANDO EM CEM ANOS DE FORMAÇÃO DE MARABÁ

No capítulo anterior, fiz um resumo das concepções de fronteira e migração para mostrar que essas duas categorias estão fortemente ligadas durante a ocupação da Amazônia. Neste capítulo, buscarei recompor desde os primeiros momentos de formação de Marabá até o período atual, para mostrar quais os elementos presentes na formação econômica e social de Marabá que condicionaram a migração para essa cidade.

Neste caso, uma retrospectiva de aspectos relevantes para esse estudo, ou seja, será dada ênfase na sua formação socioespacial, principalmente nas dimensões espaciais e econômicas. Neste capítulo de retrospectiva estão os elementos essenciais para se entender as características dos fluxos migratórios durante os vários períodos.

O município de Marabá e seu núcleo urbano polinucleado: Velha Marabá, Cidade Nova e Nova Marabá, é de formação recente se for comparada com outros municípios paraenses, como: Altamira, Baião, Faro e Ponta de Pedras. Todos esses três municípios são bastante antigos, ou seja, com mais de duzentos anos de formação. Entretanto, em que pese o tempo de formação de um município, para constituição e consolidação das dinâmicas socioespaciais ou ainda sua importância na rede urbana regional, isso não é determinante.

Nesse ponto, Marabá é uma cidade média, com grande importância na rede urbana amazônica, uma reputação atingida em uma trajetória histórica de menos de cem anos, bastante abaixo de outras cidades da Amazônia. Mesmo de formação recente, o município viveu um passado de intensas reviravoltas nas suas relações socioespaciais. E se for aportar no perfil dos fluxos migratórios, ou mesmo desses migrantes que para lá se deslocam e onde eles se instalam, a diferenciação é ainda mais significativa.

Esses meandros da constituição e a consolidação desta trajetória diferenciada do município de Marabá só ficam evidentes quando buscamos as raízes da formação econômica e social do município. Grandes projetos, migrações, conflitos e famílias oligárquicas são alguns dos vetores de formação desse município que ajudam a entender a posição e liderança que Marabá possui na Amazônia.

Antes de iniciar essa viagem no tempo, reconstruo resumidamente o cenário físico e geográfico dos arredores do município. Entendo ser de grande importância essa parte, pois Marabá é um município que está situado próximo de uma das maiores províncias minerais do Brasil. Dada as características de formação do município, a cidade tornou-se um importante

centro para as estratégias de logística e gestão dos projetos de exploração do potencial dessa província mineral.

A Amazônia faz parte do gigantesco domínio de terras baixas florestadas, ou seja, de florestas situadas em grandes extensões de terras baixas colinosas (tabuleiros, baixos platôs, relevos cuestiformes e colinas ligeiramente mamelonizadas). É um macro domínio em que as condições climáticas são amplamente favoráveis ao desenvolvimento da biodiversidade. É também uma região em que o sistema de drenagem é o mais complexo e mais extenso que qualquer outro (AB'SABER, 2003; 2004). Dentro da área de abrangência desse amplo domínio estão os limites territoriais do município de Marabá.

As pequenas elevações presentes na Amazônia são conhecidas também como planaltos residuais. Esses planaltos residuais mais ao sul do território amazônico formam um complexo de serras de grande destaque. É um dos acidentes orográficos mais importantes do Estado, seja pelos atributos físicos como também por atributos socioeconômicos, onde a serra dos Carajás é destaque, como visto no mapa 2.

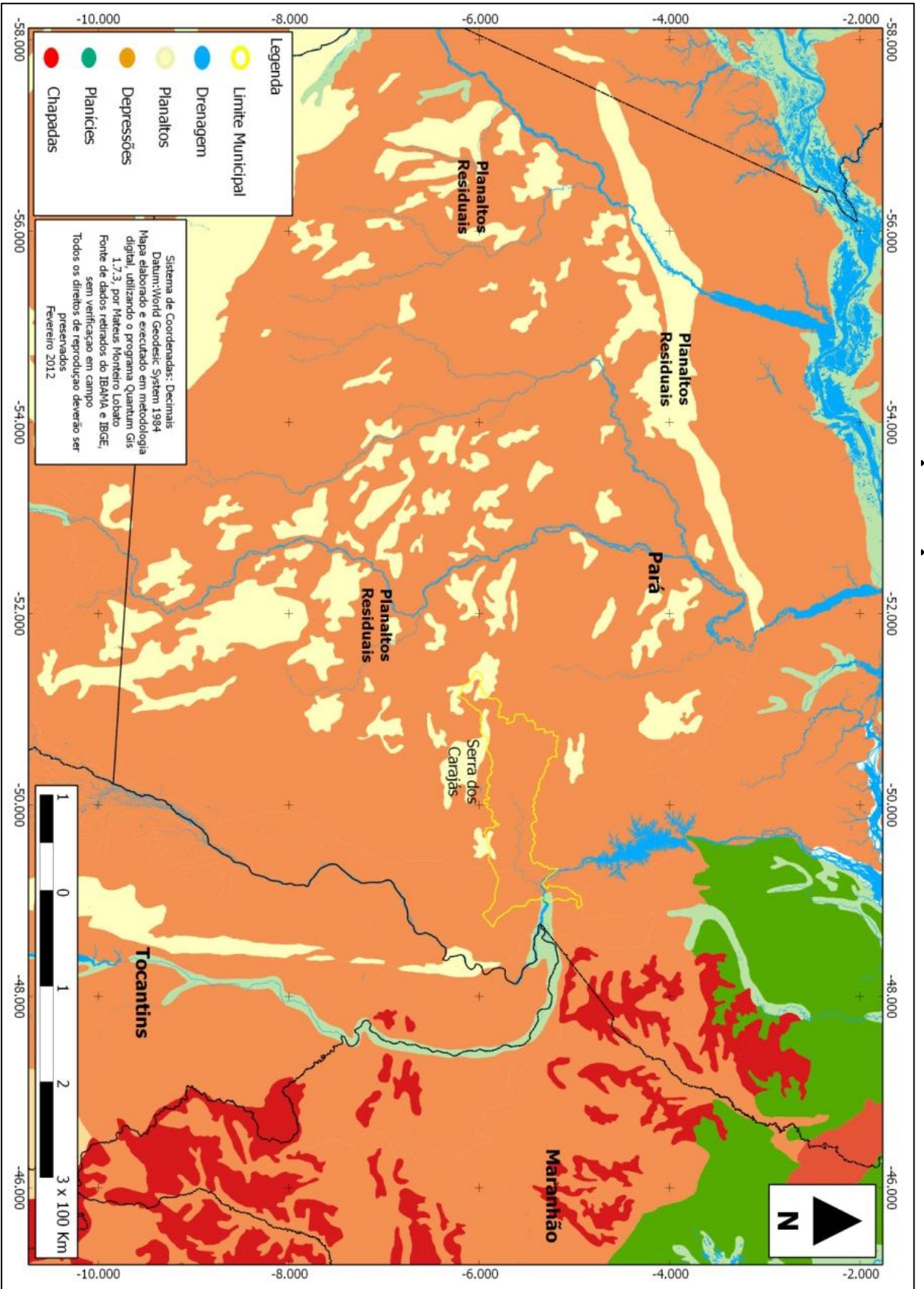
Além da serra dos Carajás, fazem parte desse complexo: a serra do Cinzento, a do Buritirama, a do Paredão, a do Encontro, a da Misteriosa e a do Sereno, que não passam de 800 metros de altitude, onde se destaca a serra do Cinzento, com 792 metros (RAIOL, 2010). Essas elevações não estão totalmente dentro do território marabaense, mas as atividades desenvolvidas a partir delas são importantes para compor a formação histórica do município.

Com relação aos tipos de solo, pode se inferir a partir do relatório de Raiol (2010) que eles não são solos de grande fertilidade, isso porque são formados principalmente por latossolo vermelho-amarelo, podzólico vermelho-amarelo, areias quartzosas hidromórficas, solos aluviais e solos litólicos.

No aspecto socioeconômico, o complexo de serras também ganha grande destaque, o que, aliás, é nesse quesito que estão as maiores influências nas dinâmicas e relações socioespaciais que surgiram principalmente em Marabá nesses últimos trinta anos.

Privilegiada pela sua formação antiga, ocorrida na era pré-cambriana, o complexo de serras guarda em seu interior uma vasta riqueza mineral. Inicialmente, a busca no complexo se deu para tentar achar mais reservas de manganês, assim como fora feito na Serra do Navio (Amapá). Essa procura era justificada por ser o manganês um recurso altamente demandado na siderurgia dos Estados Unidos após a Segunda Guerra.

Mapa 2 – Complexo de Seras do Sul do Pará



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

Então, o geólogo Breno Augusto dos Santos, a serviço da empresa norte-americana *USS Steel*, ao fazer um de seus vários sobrevoos pelo complexo no qual ele classificava como sendo as rochas do pré-cambriano com a maior probabilidade de haver depósitos minerais, descobriu “acidentalmente” a maior e melhor reserva mineral do planeta (AB’SABER, 2004).

Rapidamente, essa notícia se espalhou pelo país e pelo mundo, aumentando o interesse de pesquisa e de lavra na região. Este súbito aumento do interesse pela região amazônica fez com que o governo nacional buscasse intervir, foi assim criada uma associação com a CVRD e a norte-americana *USS Steel*, de onde nasceu a Amazônia Mineração S/A (AMSA) (AB’SABER, 2004).

Atualmente, sabe-se que existem grandes reservas de minério de ferro (de alto teor), minério de manganês, minério de cobre, minério de níquel e ouro. Praticamente todos esses minerais já são explorados pela CVRD, através de um monopólio de prospecção e lavra.

Do ponto de vista da economia, as atividades de extração do minério de ferro são disparadamente as mais importantes, pois é com a exportação desse produto que a Vale vem batendo recordes sucessivos. O tamanho das reservas desse minério, o teor e a demanda internacional contribuem para que esses recordes sejam facilmente quebrados pela companhia. Apesar do manganês e o cobre serem de boa qualidade, as atividades ainda não estão em condições de se equivaler com a primeira.

No âmbito da geomorfologia e hidrografia do sítio urbano, Marabá tem suas terras situadas em altitudes variando entre as cotas 80 e 90 metros acima do nível médio dos mares e oceanos, sujeitos a periódicos alagamentos (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Núcleo pioneiro nos períodos dos rios, na estiagem e na cheia.



Fonte: Prefeitura de Marabá; UFPA/Beira do Rio (2012)

Essas duas fotografias são em períodos diferentes do ano. A da esquerda é a época que a rede hidrográfica está nos níveis mais baixos: de maio até por volta de novembro. A da direita é quando a rede hidrográfica está nos períodos de cheia: dezembro até abril.

Já a área do município é riscadas por uma rede hidrográfica extensa, que tem os dois maiores acidentes geográficos os rios Itacaiúnas e o Tocantins. Esses dois rios e mais seus diversos tributários sofrem anualmente uma variação dos seus níveis médios com o aumento das chuvas nas cabeceiras e nascentes. Essa elevação pode chegar até por volta de 14 metros de diferença para seu leito menor.

Essa elevação do nível e do volume desses rios, aliada às baixas altitudes do sítio urbano, criam nos meses de novembro até março/abril um cenário específico na cidade, em que a dinâmica urbana se altera por conta da inundação das cotas mais baixas da cidade.

O problema é mais agudo no pontal de confluência dos dois maiores rios: Tocantins e Itacaiúnas, na Velha Marabá. Justamente onde estão as áreas de cotas mais baixas da cidade de Marabá (Fotografia 1). Essa variação anual do nível médio do volume dos rios instaurou uma dinâmica peculiar na cidade, que será abordado mais adiante.

3.1 O ALVORECER DA FRONTEIRA E AS PRIMEIRAS FRENTE DE OCUPAÇÃO

Segundo Velho (1981), a região onde se situa o município de Marabá já era amplamente conhecida pelos diversos viajantes europeus, que buscavam principalmente conhecimentos sobre a região. Por isso, já havia diversos núcleos populacionais espalhados pelas margens dos rios Araguaia e Tocantins.

No entanto, as frentes de ocupação que foram responsáveis pela efetiva formação do município vieram principalmente da Bahia, com a expansão da pecuária, principalmente em busca dos campos naturais, que foram encontrados em Conceição do Araguaia, mas que não eram tão extensos como supunham os pioneiros. Essa trajetória já foi reconstituída por Velho (1981, p. 30):

Para o Norte, um ramo menor desceu o Tocantins na direção do Itacaiúnas. Aos poucos havia se cristalizado a crença, que se manteve por muito tempo, de que por trás das florestas que margeiam o Tocantins paraense – e que julgavam ser apenas ciliares como em Goiás e no Maranhão – encontrar-se-iam extensos campos naturais que se prolongariam até o Xingu. Trata-se de uma ficção que teve enorme curso, como se fosse uma verdadeira exigência ideológica da frente que ia encontrando os seus limites de expansão, e que perduraria durante muitos anos [...].

Apesar dos primórdios da formação do município de Marabá estar bastante relacionado com essas frentes de expansão vindas principalmente do nordeste brasileiro, Marabá guarda importantes marcas de um dos processos mais importantes que ocorreram na região desde sua história “moderna”, que não só afetou o município como praticamente toda a Amazônia. Muito embora a região onde se encontra Marabá não ter tido uma produção exponencialmente considerável da *hevea brasiliensis*, o caucho (outro tipo de látex, de qualidade inferior ao retirado da *hevea brasiliensis*) foi extraído com bastante vigor no vale, na confluência do Tocantins e Itacaiúnas.

Portanto, Marabá surge numa época de efervescência política e econômica da Amazônia criada pelo ciclo da borracha, no final do século XIX. Fundada por Carlos Gomes Leitão, logo ela se torna um centro geopolítico de distribuição e controle da produção do caucho (variação do látex retirado seringueira), justamente por sua posição estratégica, no entroncamento dos rios Itacaiúnas e Tocantins (Mapa 3).

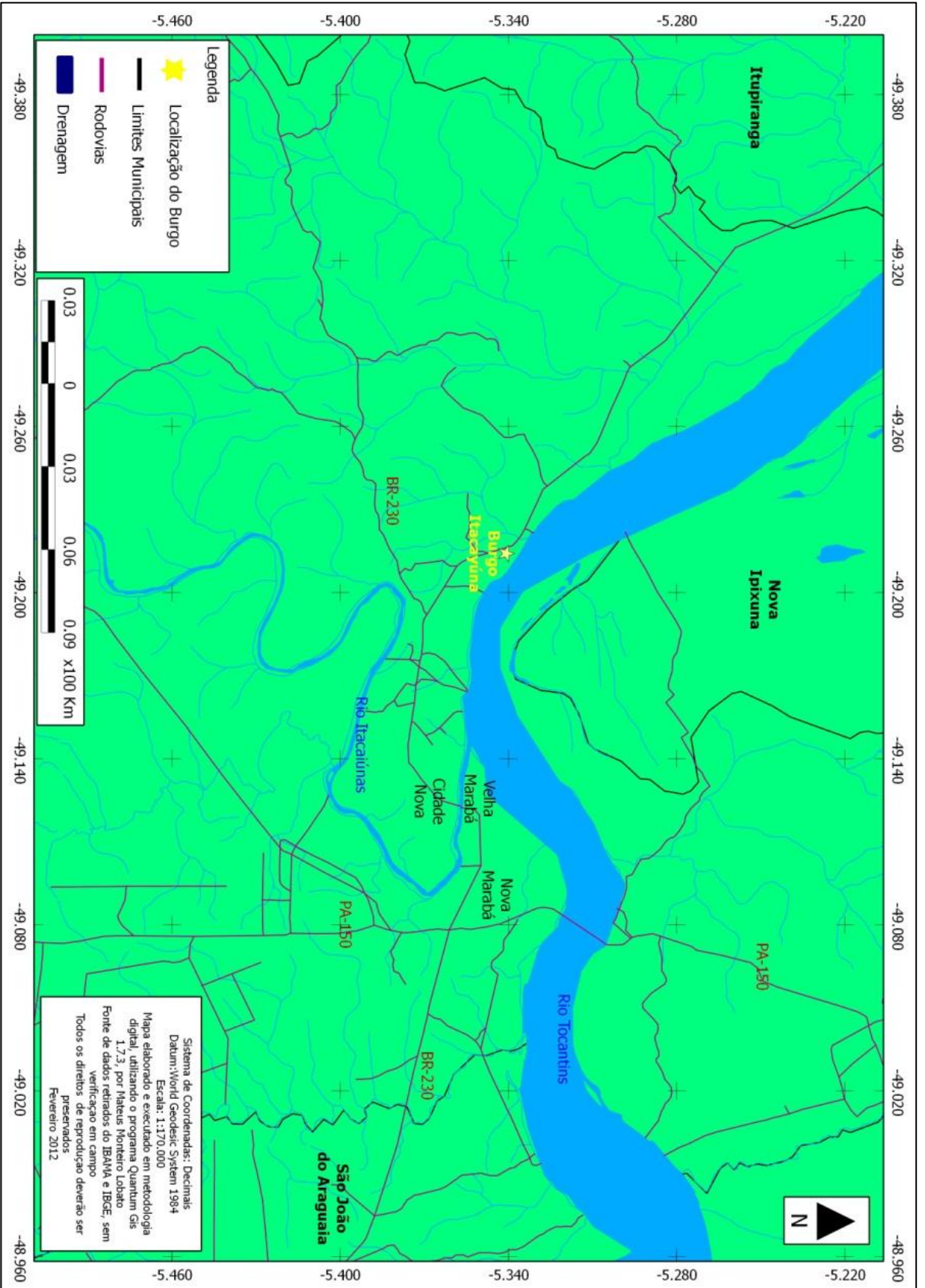
No entanto, Marabá teve na época de formação um capítulo que é bastante controverso e que, além disso, ainda não está muito bem esclarecido na historiografia atual. Quando Carlos Gomes Leitão recebe a autorização do Governo de Lauro Sodré, através de decreto, a pequena colônia agrícola fundada por Leitão surge com um nome no mínimo estranho para os padrões da região amazônica: Burgo.

Seria necessário um verdadeiro filólogo para desvendar precisamente a origem do termo burgo, porém, etimologicamente esse termo tem origem na Europa na idade média. Tanto que a descrição presente no dicionário [Caudas Aulete] é: “pequena cidade medieval, fortificada ou murada”. Como se pode notar a partir dessa definição que um burgo continha todos aqueles elementos socioespaciais que estavam presentes na época medieval: castelos, reis, vassalos, muralhas, cavaleiros e etc.

Acontece que na Amazônia esses elementos da paisagem e essas relações sociais medievais não estavam presentes. Deixando o termo sem qualquer vinculação com seu correspondente original. Talvez, o que ainda possa explicar o emprego desse burgo seria a palavra camponês, que foi muito usada para denominar os habitantes do campo brasileiro.

Entretanto, para ratificar o emprego do termo burgo deveriam haver muito mais correspondências físicas e sociais dentro da paisagem amazônica. Ao não justificar empiricamente o emprego do termo, se cai novamente no que foi elucidado no capítulo prólogo sobre fronteira, de que o fantasioso, o mítico, o inferior, faz parte da realidade da região.

Mapa 3 – Localização aproximada da Colônia Agrícola Itacayuna



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

Logo, nesse caso a escolha pelo termo só corrobora nossa posição submissa na estrutura social. Principalmente porque não logramos alcançar uma independência ou autonomia para justificar nossa existência. Piorando ainda mais sendo a Amazônia vista enquanto uma fronteira do recurso. A tentativa aqui então, é procurar romper com essa visão histórica de inferioridade social e racial ao propor o uso do termo colônia agrícola no lugar de burgo. Colônia agrícola ainda não é o mais adequado, porém não tem a carga ideológica que tem o termo burgo.

A despeito de nessa colônia agrícola do Itacayúna serem desenvolvidas algumas outras atividades, foi apenas com a extração do caucho que ele passa a ganhar importância e ser elevado a condição de município. Portanto, é com a extração do caucho que a colônia agrícola começa a ganhar visibilidade no cenário regional e atrair várias levas de pessoas de diversos outros espaços brasileiros (EMMI, 1999).

Ab'Saber (2003, p. 72) fala sobre a situação geopolítica da Amazônia do ponto de vista da economia, indiretamente ele aborda o caso da cidade de Marabá:

Nas vastas hinterlândias da Amazônia, durante o ciclo da borracha, a boca dos igarapés eram sítios estratégicos para a instalação de barracões de seringais. Funcionava também como retiros para a vigilância, quando da entrada de forasteiros nos domínios dessas “fazendas das selvas”; e, ainda, se comportavam como miniportos de beira-rio, freqüentados por regatões – os mascates fluviais do mundo amazônico.

Mas, a desvalorização e concorrência com a borracha asiática tornou a produção amazônica bastante inviável (COSTA, 1993). A instabilidade da economia fora dada principalmente por causa de não haver qualquer tipo de verticalização da produção. Fora algumas iniciativas mais isoladas, não se empreendeu esforços para avançar do simples estágio de coleta do látex da árvore. O máximo que se processava durante a coleta era a defumação das bolas.

Essa “crise” na produção da borracha/caucho deixou as bases para a fase seguinte da formação social de Marabá: a produção da castanha, que inclusive marca um dos momentos de grande esplendor do município.

É importante fazer duas ponderações a respeito dessa “crise” na economia da borracha. Para Costa (1993), a crise se deu de fato nos segmentos mais capitalizados da atividade. Do ponto de vista dos coletores e outros trabalhadores mais humildes da cadeia produtiva, não se pode falar em crise, principalmente diante das péssimas condições de trabalho, baixa

remuneração, alta exploração e total subjugação ao quais esses trabalhadores estavam sendo submetidos.

Por outro lado, a crise na produção da borracha não implica em total desarticulação da economia da região. Pois o Pará já desenvolvia outras atividades além da extração do látex, como a plantação de cacau e até mesmo a extração da castanha. Essa tese de invisibilidade de outras atividades na Amazônia presente na historiografia é combatida por Batista (2004).

O extrativismo na Amazônia foi sustentado num modelo particular de exploração da mão de obra: o aviamento. Essa forma de produção vigente na extração da borracha foi apenas adaptada para a extração e comércio da castanha. Levando em conta o sistema de aviamento no interior dos castanhais que perdurou por várias décadas, poucas modificações aconteceram.

O traço marcante desse período da produção da castanha foram as brigas entre os troncos familiares, pelo controle do cenário político local/regional. Os aforamentos e os arrendamentos eram formas de apropriação das terras usadas para manter o maior número de castanhais sob o controle das oligarquias. Era importante nessa época manter a proximidade e o bom relacionamento com os políticos, já que eles que concediam ou cancelavam os arrendamentos e aforamentos das terras de castanhais. Marabá foi por muito tempo a cidade dos oligarcas da castanha. Esse nome não era sem razão. Os donos dos castanhais dominaram, no peso da força, todo o processo de produção da castanha e com isso o poder na região (EMMI, 1999).

Essa época dos domínios dos castanhais em Marabá não foi um período em que a tranquilidade imperou por muito tempo. Isso porque “a história de Marabá, desde os seus primórdios até recentemente, é a história das lutas que resultaram na constituição de oligarquias locais ligadas ao comércio e fortalecidas pelo domínio da terra” (EMMI, 1999, p. 16). Praticamente a Amazônia inteira esteve marcada pela instabilidade social, pois:

[...] Grande parte das terras amazônicas fora privatizada, aumentando ainda mais a concentração fundiária no Brasil. Marcadas por grandes disputas entre os segmentos camponeses e os grandes proprietários, as propriedades, nestas áreas, ainda não eram institucionalizadas, ou seja, a estrutura agrária não estava consolidada como em algumas regiões do país. (FERNANDES, 1999, p. 107).

O domínio dos castanhais em Marabá criou grupos familiares muito fortes. Grupos que apesar de politicamente enfraquecidos, ainda contam com relativo poder econômico no

cenário regional, onde lutam para se manterem no bloco de poder renovando suas práticas e territorialidades.

Essa época do domínio dos castanhais proporcionou à cidade de Marabá uma reorganização de sua estrutura urbana, pois ela sai de sua condição de vilarejo, passando à condição de município importante do sudeste paraense, chegando a soerguer alguns centros, às suas proximidades, até então decadentes (RODRIGUES, 2010).

3.2 MARABÁ “PIONEIRA” DO CAPITAL

A disputa entre os troncos das familiares oligárquicos em Marabá vai durar algumas décadas. Isso porque da década de 1960 em diante o Estado brasileiro passa a intervir massivamente na Amazônia, tudo em nome da grande disparidade regional (DINIZ, 2001).

As obras de grande impacto na dinâmica regional nesse período foram a construção dos eixos-rodoviários: Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Esses eixos foram concebidos para interligar a Amazônia ao resto do Brasil (HÉBETTE, 2004a).

Por isso, o marco das mudanças na região de Marabá é a construção dos eixos de penetração. Este é sem dúvida um ponto de inflexão entre a cidade dos oligarcas e a cidade do “capital”. Esses eixos fizeram parte de um projeto maior de integração nacional, pois foram criados com o objetivo de interligar a Amazônia as outras regiões do Brasil (HÉBETTE, 2004a).

Foi assim, pelas estradas, que outras lógicas também “escoaram” de espaços já consolidados. Essas novas lógicas contribuíram para tirar das antigas oligarquias castanheiras o monopólio do controle da terra exercido pela exploração da castanha. Desde esse momento surgem novos interesses, que somados aos antigos, passam a disputar a hegemonia do controle da terra (EMMI, 1999). Uma nova lógica de produção vai se consolidar na Amazônia. Pois, com a abertura das estradas a lógica da agricultura extensiva (latifúndio) vai começar a ser estimulada.

Isso porque a terra, recurso natural secundário na estrutura econômica ditada pelo monopólio do comércio através do aviamento (EMMI, 1999; LOUREIRO, 1992; FERNANDES, 1999), valoriza-se,

[...] A terra torna-se mercadoria da mesma forma como qualquer outra. De base e expressão maior do poder, numa economia extrativista não-especificamente capitalista, ela passa a ter uma expressão, em certo sentido secundário, numa economia fundamentada no capital industrial-financeiro.

Isto ficou patente com os novos latifúndios apropriados pelos grandes bancos como o Bamerindus em Marabá (54.597 ha) ou o Bradesco em Conceição do Araguaia (61.036 ha) ou ainda pelas indústrias multinacionais como a Volkswagen (139.392 ha) em Santana do Araguaia (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1980). (EMMI, 1999, p. 110).

Os oligarcas da castanha tinham sua atenção voltada totalmente à terra dos castanhais, pois a eles estava reservado o monopólio do comércio, e isso bastava para que pudessem exercer o controle político e social na região (EMMI, 1999).

Outro elemento importante foi a descoberta na década de 1950 dentro do município de uma das maiores províncias minerais do mundo, na serra dos Carajás, que resultou no Projeto Grande Carajás (PGC) instaurado pelo Governo Federal, no qual Marabá foi eleita como sendo centro logístico para o projeto (ALMEIDA, 2008). Esse projeto era composto de várias outras obras como núcleos urbanos, ferrovias, barragens, estradas e outras obras.

Para um projeto de grande envergadura como esse, deveria haver um centro de apoio logístico. Como a cidade de Marabá já tinha alguns predicados urbanos, herança de outras épocas, ela poderia se transformar mais facilmente em centro de apoio político e logístico ao Projeto Grande Carajás (PGC) (ALMEIDA, 2008). E mesmo, Marabá já exercia uma centralidade considerável dentro da sua área de abrangência, o que iria ajudar na consolidação desse centro logístico.

Porém, para desempenhar esse novo papel, Marabá deveria passar por uma “renovação urbana” completa, haja vista que a localização da sede municipal em terreno de várzea, que era anualmente alagado, dificultaria ou mesmo impediria a regularidade das atividades a serem desenvolvidas. Em outras palavras, não estaria garantida a reprodução do capital (ALMEIDA, 2008).

Entretanto, a localização do núcleo urbano marabaense nesse pontal, sujeito aos anuais alagamentos, além de obedecer a uma importante função geopolítica quando do controle da comercialização do caucho e da castanha, ainda estava totalmente incorporada ao cotidiano dos moradores locais. Estes já tinham um convívio bastante familiar com esse fenômeno, pois criaram estratégias para garantir a continuidade da auto reprodução. Se para os moradores de Marabá o fenômeno era visto como normalidade, para a nova dinâmica, era um grave problema, que carecia de solução imediata. Desta proposta que surgem explicações para a implantação de um núcleo urbano que estivesse a salvo dessa periódica “tragédia”. Antes de ser criada e implantada, várias foram as tentativas de amadurecer a ideia de construir a Nova Marabá.

A tentativa que pode ser considerada como a primeira mais importante, fora elaborada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que em 1973 criou o Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM). Esse embrião constituído pela SERFHAU não conseguiu avançar muito em virtude do esvaziamento político imposto ao órgão. Para dar continuidade a implantação do novo núcleo a competência de efetivação do núcleo foi dada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que aproveitou vários aspectos do estudo feito pelo órgão antecessor. De início, esse núcleo padecia de dois grandes problemas: primeiro a resistência à mudança por parte dos moradores do antigo núcleo, os quais afirmavam que ali estava a verdadeira Marabá e que, portanto, não havia justificativa para tal mudança. E a segunda pela forma com que esse núcleo fora concebido, totalmente desvinculada da realidade amazônica (ALMEIDA, 2008).

Desde a concepção até às fases de execução, que realmente saíram do papel, vários foram os percalços que surgiram. Demora na entrega dos lotes, acusações de favorecimento político e até a corriqueira desculpa da falta de recurso foi levantada para justificar o atraso na execução do cronograma. Tantas vicissitudes ocorreram que o Estado abandonou, nos braços do município, a responsabilidade de efetivação e consolidação do núcleo, fazendo muita gente acreditar, logicamente dentro de uma leitura precipitada, que houvera fracasso nessa empreitada. No entanto, o principal objetivo foi alcançado: atrair as empresas que permitiriam possível a reprodução do capital: bancos, firmas, lojas e outros estabelecimentos (ALMEIDA, 2008).

Este papel de centro logístico dado à cidade de Marabá implicou em várias consequências do ponto de vista das dinâmicas socioespaciais convergentes à cidade. Seria impossível discutir totalmente as consequências e desdobramentos do PGC na cidade de Marabá. Mas, particularmente a EFC se constitui num capítulo a parte na história do programa.

Os esforços de produção estavam concentrados na exportação de grandes quantidades dos produtos minerais a outros países. Entretanto, havia um problema logístico, pois ao observar atentamente os mapas de localização das reservas minerais, fica fácil a conclusão da grande interiorização da mina, principalmente se for considerado que o escoamento de grandes quantidades de minério para outros países só podem serem feitas por via marítima. Logo, os locais prováveis de implantação de portos de grande calado estavam distantes, ou seja, as costas oceânicas estavam a vários quilômetros de distância da mina. Era necessária

uma integração entre dois modais – o terrestre e o marítimo – para viabilizar o escoamento da produção.

A alternativa escolhida para a integração foi a construção de uma ferrovia ligando o porto da Ponta da Madeira (São Luís – Maranhão) até a Serra Norte, dentro da mina no Estado do Pará. São aproximadamente 890 km de extensão, desde o porto até a pera de embarque de minérios na mina. As obras para a construção da estrada de ferro foram iniciadas em 1976, com a concessão para o início das obras e inaugurada oficialmente em 28 de fevereiro de 1985.

Para Ab'saber (2004, p. 78):

A própria extensão da ferrovia constitui-se em um problema à parte, que mereceria ser tratado com maior profundidade. A título de comparação preliminar, lembramos que qualquer das grandes ferrovias paulistas, construídas a partir dos fins do século passado (hoje integrantes da Fepasa), tomando-se como marco “0” a estação de Santos, e um eixo maior que atinge as barrancas do Rio Paraná, mediria menos do que 700 km de extensão. Isso nos dá uma boa medida da magnitude da estrada de ferro, construída em poucos anos, para o escoamento do minério da Serra dos Carajás até o porto de Ponta da Madeira, nos arredores de São Luís, frente à Baía de São Marcos.

Ela cruza as terras de vinte e dois municípios, dos quais três municípios no Pará e dezenove no Maranhão. Atualmente a EFC foi conectada a ferrovia Norte-Sul, que coloca o Tocantins também em conexão com a EFC.

Alias, é uma ferrovia que chama atenção por vários aspectos. Ela tem uma das maiores composições do mundo: um trem com 330 vagões, cerca de 3.500 metros de extensão e sua capacidade de transporte de minério é de 40 mil toneladas. A perspectiva da Vale é escoar por ele em 2012, 230 milhões de toneladas de minério de ferro. Mas, ela também transporta ferro-gusa, cobre, combustível, carvão e mais recentemente soja e petróleo, graças a sua mais nova conexão com a Ferrovia Norte-Sul.

Essa ferrovia ainda pode ser considerada com sendo um modelo, essa é a opinião da Confederação Nacional do Transporte (CNT):

Inaugurada há pouco mais de 20 anos, a EFC foi construída segundo padrões técnicos atualizados, sendo uma das ferrovias com melhores índices de produtividade do mundo. As velocidades operacionais desenvolvidas estão entre as maiores do país, em função do traçado favorável que permeia áreas de baixa densidade populacional e devido aos padrões rigorosos de manutenção de suas linhas, além do próprio perfil da carga, que permite a

composição de trens unitários com melhor desempenho a maiores distâncias (CONFEDERAÇÃO..., 2011, p. 40).

A ferrovia tem capacidade de transportar 1.100 pessoas a cada viagem, ao preço unitário de 41 reais na classe econômica e 92 reais na executiva, ambos no trecho Parauapebas – São Luís. Em 2010, foram transportadas pela ferrovia um total de 339.790 pessoas (VALE, 2011). Segundo a Vale, o transporte ferroviário é uma alternativa mais econômica que o transporte rodoviário. Na página da própria companhia e de uma empresa de transportes rodoviário pode ser feita uma comparação rápida.

A empresa Transbrasiliana opera o trecho entre Açailândia e São Luís, com a passagem no valor de 58,29 reais, enquanto que o mesmo trecho por via ferroviária pode ser adquirido a 25 reais na classe econômica e 59 reais na executiva (TRANSBRASILIANA, 2011; VALE; 2011). Como a Transbrasiliana não opera o trecho Marabá – São Luís, não é possível comparar os preços entre esses lugares, mas infere-se que o transporte ferroviário continue sendo mais barato, pois o trecho até Marabá é bem mais longo que Açailândia, e por via férrea é de 34 reais, bem abaixo que no trecho mais curto até Açailândia, mas cobrado 58,29 reais por via rodoviária. Em se tratando de alternativa das classes menos favorecidas, o trem é realmente uma escolha mais óbvia, pelo seu preço mais em conta. Dessa feita, a ferrovia se torna uma importante via de trânsito de pessoas entre o Pará, o Maranhão e o Tocantins. Logo, um importante meio de acesso à cidade de Marabá por migrantes, inclusive aqueles menos favorecidos, que fogem das precárias condições de vida nos estados vizinhos.

Essa capacidade de transporte, tanto de carga quanto de passageiros, pode aumentar ainda mais. Em face do crescimento da exploração mineral na província de Carajás, a companhia Vale já iniciou o processo de duplicação da ferrovia (CONFEDERAÇÃO..., 2011). Segundo a funcionária responsável pelo escritório da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB) em Marabá, já foram contratados vários empregados e até uma empresa para tomar conta de alguns setores das obras de duplicação da ferrovia⁵.

O último período vai ser marcado pelo processo de redemocratização da sociedade nacional desencadeado pelos governos militares a partir da década de 1980, junto com a intensificação do processo mundial de globalização promoveram alterações nas configurações socioespaciais dos territórios. Dentro desse contexto histórico estava o crescimento de uma

⁵ Informação obtida com a gerente do escritório da Sedurb Alexandra Gomes, em entrevista concedida a Mateus Monteiro Lobato (13/07/2011).

crise financeira nacional, que reorganizou os papéis dos territórios na divisão do trabalho nacional e internacional.

Para Rodrigues (2010), Marabá exerce uma centralidade dentro da atual Divisão Territorial do Trabalho (DTT), justamente porque ela vem desenvolvendo um novo papel dentro da região sudeste paraense.

Marabá vem passando por um intenso processo de transformações como resultado do avanço de frentes econômicas, demográficas, de rearticulações de antigas elites econômicas, da inserção de novos agentes capitalizados na cidade, bem como de articulações políticas e de mobilização dos movimentos sociais, dentre outros atores sociais que constituem a cidade enquanto espaço de contradições inerentes a uma divisão social e territorial do trabalho (RODRIGUES, 2010, p. 126).

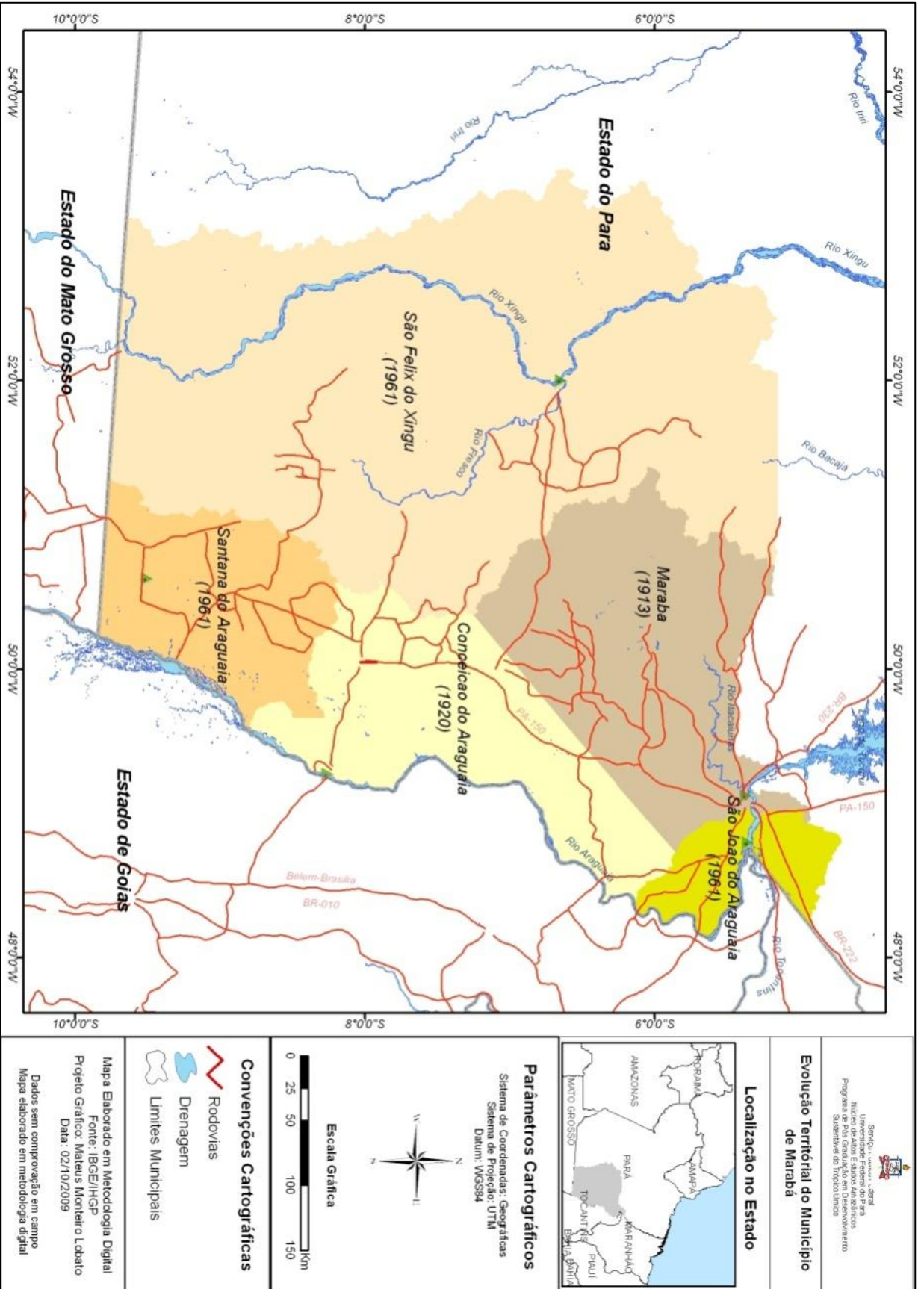
Esses eventos que ocorreram ao longo das últimas décadas produziram mudanças significativas dentro do município, isto porque houve a introdução de novos agentes na estrutura social de Marabá. Uma consequência, espacialmente visível sem dúvida nenhuma foi o retalhamento do território marabaense. Um amplo processo de reconfiguração dos territórios municipais (Mapas 4 e 5), que inclusive pode estar conduzindo a uma partilha ainda maior, ou seja, a construção do estado do Carajás (COELHO, 1997).

O entendimento dessas novas configurações deve acompanhar a mudança na reprodução capitalista dentro do território (RODRIGUES, 2010). Dentro do espaço intraurbano do município, por exemplo, vem ocorrendo:

[...] Uma lógica de estímulo à valorização e à competição, pelo uso do solo urbano, parece estar se manifestando nas paisagens urbanas da cidade, quando se leva em consideração a expansão do setor imobiliário na cidade de Marabá e a territorialização de assentamentos residenciais [...] (RODRIGUES, 2010, p. 126).

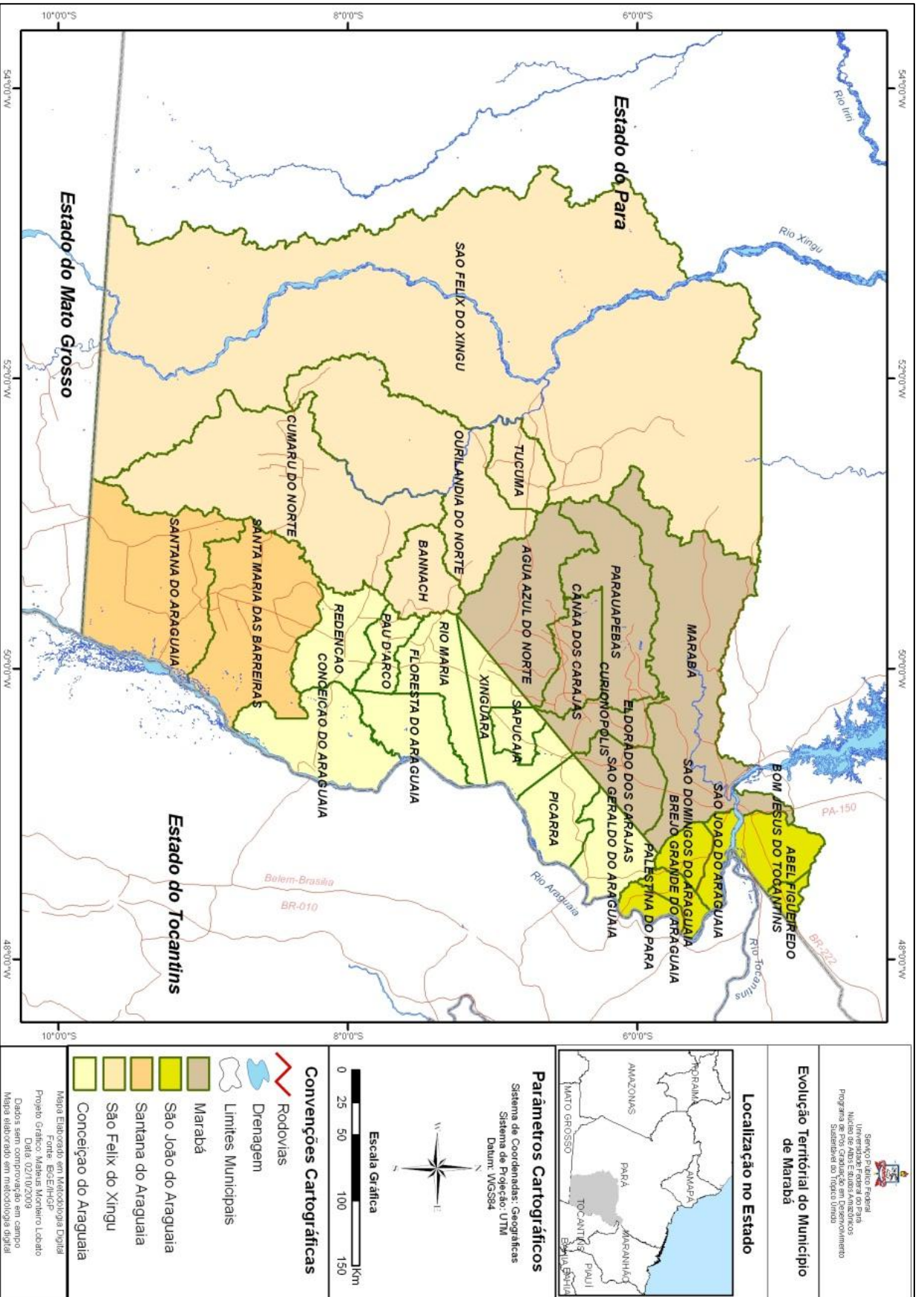
Esta centralidade urbana que está presente atualmente só pode ser plausível ser for imputada ao Poder Público considerável parcela. Como já dito, primeiro com a construção da Belém-Brasília e Transamazônica e segundo, com a política de incentivos fiscais e a construção de grandes projetos minerais como o Projeto Grande Carajás (PGC). Rodrigues (2010, p. 143) aponta como sendo primordial no entendimento da centralidade política de Marabá “o papel exercido pelo Estado como agente indutor de estratégias de planejamento e gestão para a Amazônia Oriental [...]”. Aquele Poder Público tão próximo das oligarquias no passado, agora no presente, tão distante.

Mapa 4 – Municípios do sudeste paraense até a década de 1980



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

Mapa 5 – Municípios do sudeste atualmente



Porém, atualmente a configuração socioespacial do município de Marabá vem se alterando, e esse fato vem justamente como resposta à mudança no perfil da fronteira amazônica, já apontado anteriormente.

A pecuária até início da década de 1980 contava apenas com o mercado local/regional para escoamento da produção. O crescimento da produção era limitado por uma série de fatores que incidiam na produção local/regional. No entanto, com os esforços para erradicação da febre aftosa, a desvalorização da moeda nacional, o surgimento da doença da vaca louca na Europa e melhorias nos sistemas de produção de carne, permitiram a expansão da participação da pecuária na economia regional (NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2008).

Para esses autores, no que tange à produção de soja, as conquistas científico tecnológicas feitas por instituições como a Embrapa, tem permitido que limitações climáticas para a plantação de soja sejam transpassadas tranquilamente. Essa expansão da soja se deu por dois motivos básicos. Primeiro a doença da vaca louca surgida na Europa criou um ambiente propício para o consumo de proteína de soja pelos animais. Segundo, os melhoramentos na genética das mudas permitiram que a umidade e o calor não fossem mais obstáculos para o cultivo na Amazônia.

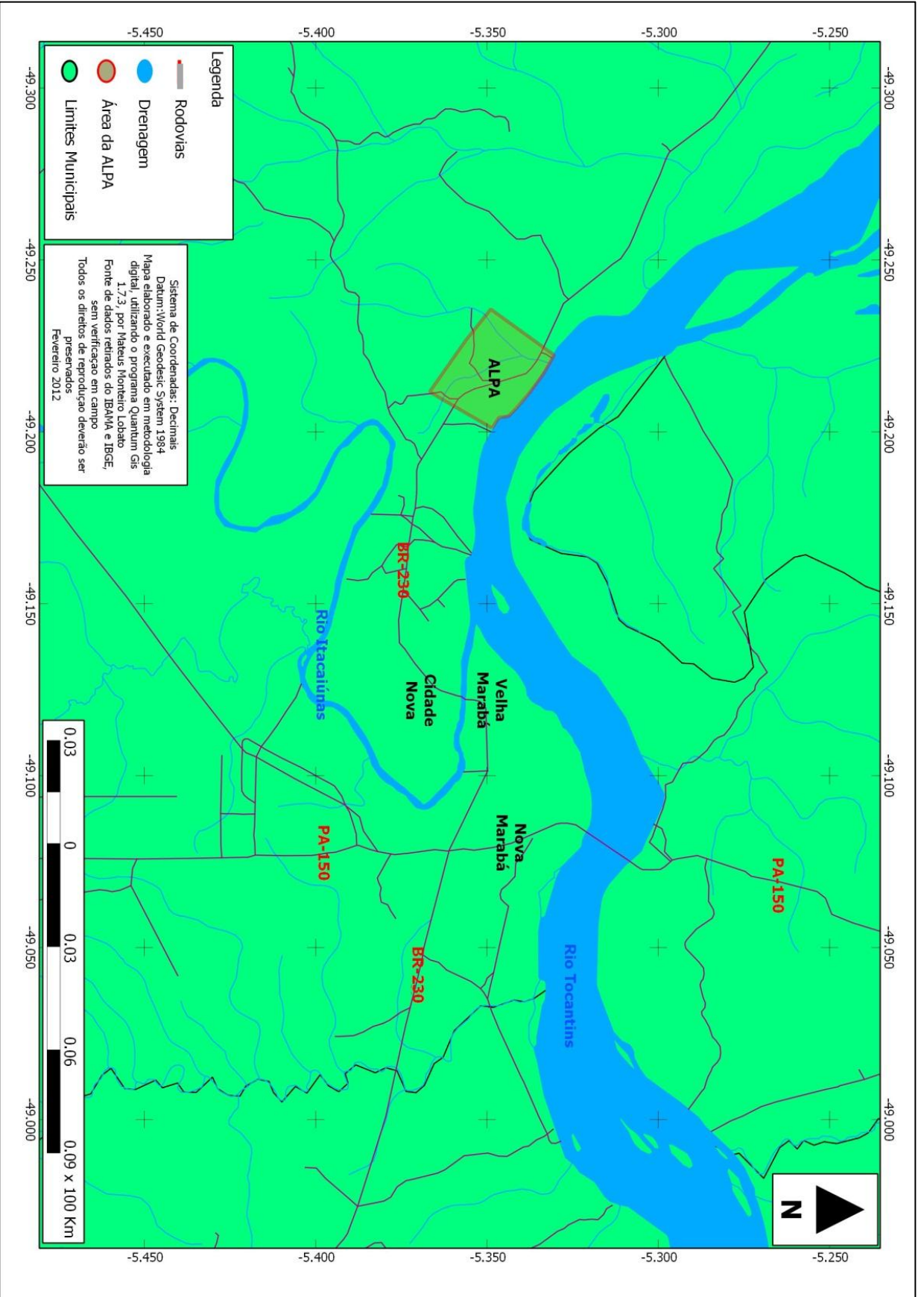
Portanto, paulatinamente, o plantio e produção de grãos vem avançando em direção à região sul-sudeste paraense. Buscando novas áreas para o plantio e novas vias de escoamento de sua produção.

A atividade madeireira também é destacada nessa área neste momento da ocupação da fronteira. Isso porque sua rentabilidade vem permitindo que as serrarias sejam constantemente mudadas de lugar, conforme o avanço da frente madeireira, colocando a região numa posição de destaque no cenário mundial na produção de madeira e alguns móveis.

Já a atividade mineratória talvez seja a que esteja em maior destaque. Pois, a produção vem batendo recordes de extração constantemente, o que vem impulsionando a duplicação da ferrovia para aumentar a capacidade de escoamento da produção de produtos minerais. Esse crescimento pode ser observado diretamente na configuração espacial do sudeste paraense.

Marabá está com previsão de receber a Aços Laminados do Pará (ALPA). E segundo informações colhidas em campo, a área destinada a ALPA será na margem direita do rio Tocantins. Como se observa na fotografia 02, a área já foi limpa e recebeu obras para terraplenagem. O local onde será feita a instalação da ALPA está mostrado no mapa 6.

Mapa 6 – Área de instalação da ALPA



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

Apenas com o anúncio da construção e a terraplenagem do terreno, aonde possivelmente irá se localizar a ALPA, e também algumas obras como a duplicação da Transamazônica estão fazendo os fluxos migratórios se intensificarem na região⁶. Essa tendência pode ser observada no aumento da população total do município.

Até aqui neste capítulo procurei reconstruir sucintamente a trajetória histórica de constituição, fundação e desenvolvimento de Marabá ao longo desses quase 100 anos. Essa reconstituição vai no encontro da hipótese do trabalho que entende que os fluxos migratórios direcionados para Marabá obedeceram as diretrizes estipuladas por esses fatos ocorridos ao longo da trajetória histórica de Marabá.

Por isso, dentro dessa reconstituição, trabalhei no sentido de dar ênfase principalmente nos fatos que tenham relação direta com os fluxos migratórios. Mostrando que eles foram importantes em cada período, pois instauraram as condições de atração dos fluxos migratórios que se destinaram para Marabá.

Isso quer dizer que para cada período do tempo de Marabá, surgiram um ou vários elementos estruturadores da formação econômica e social marabaense. Este ou estes elementos são aqueles que estiveram ou ainda estão diretamente relacionados com os fluxos migratórios aportados em Marabá. Muda o elemento estruturante, mudam as características dos fluxos, como: idade dos migrantes, rotas, quantidades ou mesmo a origem.

No capítulo seguinte, os fluxos migratórios serão abordados de forma relacional, para justamente corroborar que as características deles em cada período se modificam segundo as mudanças socioespaciais pelas quais Marabá vai passando ao longo de sua trajetória.

⁶ Informação obtida com o editor chefe do Correio do Tocantins Eleutério Gomes, concedida a Mateus Monteiro Lobato (14/07/2011).

4 MIGRAÇÃO EM MARABÁ: DO PASSADO AO PRESENTE

No capítulo anterior montei uma recomposição resumida da trajetória histórica para fornecer os elementos que serão decisivos para marcar o perfil dos fluxos migratórios que se direcionaram para Marabá ao longo desses períodos.

Nesta parte do trabalho tratarei dos fluxos migratórios direcionados à cidade de Marabá. O teor principal do capítulo estará voltado para uma pequena reconstrução dos fluxos antigos e o perfil desses fluxos em cada período delimitado no capítulo anterior, desde a época da borracha/castanha, passando pela da abertura das estradas e o período da integração regional e um pouco das características do fluxo atual.

O Estado sempre teve papel importante na fronteira e na construção do território. Suas intervenções não foram pontuais, ao contrário, causaram profundas transformações socioespaciais. Obras como os eixos rodoviários (Belém-Brasília e Transamazônica), UHE de Tucuruí e o Projeto Grande Carajás, por exemplo, foram algumas iniciativas destacadas.

Essas ações foram decisivas também para construir um perfil diferenciado das correntes migratórias. As pessoas que migram, de onde elas vem, quais as características socioeconômicas delas e muitos outros questionamentos balizaram essa reconstrução historiográfica.

Dentro de uma perspectiva da mobilidade da mão-de-obra, apontada por Gaudemar (1977), foram construídos vários fluxos migratórios em direção a Amazônia, e dentre esses aquelas milhares de pessoas em busca de trabalho nos grandes projetos.

Além do que, vários foram os fazendeiros descapitalizados do centro-sul, área que havia passado por processo de intensa valorização da terra, chegam à Amazônia em busca de terras para investimento a médio e longo prazo (COSTA, 2000); (FERNANDES, 1999).

O quadro 01 apresenta resumidamente essa caracterização, obedecendo o período do tempo e os condicionantes atuantes de cada respectivo período. O primeiro momento da ocupação da “cidade” está restrito a sua formação ainda enquanto colônia agrícola de Itacayuna, quando o Coronel Carlos Gomes Leitão e comitiva saem do Estado de Goiás e tomam o rumo sul-norte, tendo como referência espacial a rede hidrográfica. As primeiras dificuldades foram o contato com os índios habitantes da planície do Tocantins, como os Gaviões. Os contatos não eram pacíficos, havendo manifestações de violência entre os grupos de viajantes e os indígenas (EMMI, 1999).

Quadro 1 – Periodização da migração para Marabá desde o final do século XIX até atualmente

Periodização dos Fluxos Migratórios de Marabá						
Períodos da ocupação de Marabá	Contexto Socioeconômico e Político	Motivações principais dos fluxos migratórios	População do município	Grupo de Migrantes	Circulação	Período⁷
Formação da Colônia Agrícola	Pouca expressividade econômica e povoamento esparso ao longo dos rios	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas pontuadas com estímulo do Estado • Motivados por perseguições políticas em Goiás e em outros locais • Busca de novas áreas para a pecuária e caucho 	Aprox. 200 hab. (1897) ⁸	Viajantes, missionários, fazendeiros criadores de gado e seringueiros.	Principalmente por rede hidrográfica	Final do século XIX até 1920
	Ascensão da economia extrativa da borracha amazônica		Aprox. 500 hab. (1913)			
			Aprox. 2 mil há. (1926)			
Caucho e Castanha	Declínio da economia extrativa da borracha e ascensão da extração da Castanha	<ul style="list-style-type: none"> • Espontâneo mas resultado da intensificação das atividades do caucho e castanha • Variação de quantidade e de sazonalidade 	4.473 mil hab. (1940)	Principalmente coletores de castanha, comerciantes vindos de várias partes do nordeste e de Goiás e os membros das oligarquias.	Principalmente por rede hidrográfica	1921 até 1960
			7.767 mil hab. (1950)			
Projetos de Colonização	Ditadura Militar	<ul style="list-style-type: none"> • Espontâneo gerado pela instalação de grandes obras de infraestrutura • Dirigido em alguns momentos segundo uma lógica estatal • Consequência da expansão do capitalismo na fronteira 	20.089 mil hab. (1960)	Nordestinos pobres, fazendeiros do centro-sul, latifundiários, posseiros, colonos, grileiros, grandes empresários, madeireiros e etc.	Principalmente por rede rodoviária e ferroviária	1960 até 1970
	Planos de Integração Nacional					
	Construção de Eixos Rodoviários					
Mineração e Grandes Projetos governamentais e pecuária	Ampliação da concessão de incentivos fiscais	<ul style="list-style-type: none"> • Consequência da expansão do capitalismo na fronteira • Consequência da instalação da expansão e diversificação da exploração mineral 	24.474 mil hab. (1970)	Trabalhadores que vem a procura de emprego nos grandes projetos, garimpeiros, posseiros e grandes empresários.	Principalmente por rede rodoviária e ferroviária	1970 até 1990
	Implementação de Grandes Projetos		123.668 mil hab. (1991)			
Mineração e nova Divisão Territorial do Trabalho	Redemocratização Política	<ul style="list-style-type: none"> • Nova Divisão Territorial do Trabalho • Criação de Projetos de Assentamentos (PAs) • Reestruturação da Centralidade Urbana de Marabá 	233.462 mil hab. (2010)	Políticos, lideranças sociais, estrangeiros, empresários, funcionários de alto escalão, novos colonos e outros.	Por qualquer via de acesso: rodoviária, ferroviária, hidroviária ou aérea	1990 até hoje
	Globalização					

Fonte: IBGE/Velho (1981)/Rodrigues (2010)/Almeida (2008)/Lagenest (1958) – Construção do autor

⁷ Período aqui não indica precisão temporal.

⁸ O município de Marabá fazia parte do município de São João do Araguaia, do qual fora desmembrado em 1913.

Ao longo da história, a formação econômica e social de Marabá está então cingida de embates entre diversos personagens históricos: índios, posseiros, fazendeiros, madeireiros e capitalistas (HÉBETTE, 2004b). Mas o perfil social desses migrantes no limiar desse primeiro momento era definido claramente pelo domínio de viajantes, missionários, fazendeiros criadores de gado e capatazes.

Nas primeiras frentes agropecuárias em 1894, quando a região da atual Marabá começa a ser penetrada pelo sudeste e, tomando como referência o Tocantins, foram criados vários núcleos ao longo das margens por pecuaristas de Goiás e Bahia (EMMI, 1999; VELHO, 1981).

Esses primeiros “desbravadores” logo entraram em conflitos com os primeiros habitantes dessa região. Isso porque o vale do rio Tocantins já estava territorializado por várias etnias indígenas: assurinins e gaviões (EMMI, 1999; HÉBETTE, 2004b; LOUREIRO, 1992). Foram das mais drásticas as consequências para essas comunidades indígenas: destribalização, escravização, genocídio e outros problemas decorrentes desse primeiro contato.

Esses conflitos são um marco dentro da formação econômica e social de Marabá, pois a partir de então, os primeiros migrantes penetram numa terra onde o povoamento já tinha sido constituído desde muito antes da chegada dos europeus pelos primeiros habitantes da região – os índios.

As conclusões de um padre francês que permaneceu seis meses nos arredores da cidade fazendo um inquérito (como ele mesmo define) das características de Marabá na década de 1950 podem nos dar indicações desse perfil. Ele mostra como Marabá fora constituída e por quem:

Até 1897, o território que constitui o atual município de Marabá era quase despovoado. Raros sertanejos, vindos do Maranhão e de Goiás, tinham-se instalado na margem esquerda do Rio Tocantins, um pouco abaixo da foz do Itacaiúna, para se dedicarem à colheita e ao comércio da borracha. Um deles, Francisco Coelho da Silva, maranhense de Grajaú, percebeu as vantagens que traria uma casa de comércio instalada na estreita faixa de terreno apertada entre o Tocantins e o Itacaiúna, na junção destes caudais [...] (LAGENEST, 1958, p. 14).

A despeito das informações valiosas contidas na obra de Lagenest (1958), da ocupação primordial da colônia agrícola, faço a ponderação daquela abordagem de fronteira do vazio demográfico muito difundido nos primeiros anos da colonização amazônica.

Então, o crescimento do município a partir do caucho e da castanha vai surgindo e, com isso, mais pessoas são atraídas para a colônia agrícola que mais tarde vira cidade. “Rapidamente o povoado cresceu: forasteiros, maranhenses na sua maioria, ergueram suas casas na ponta extrema junto à confluência dos dois rios [...] (LAGENEST, 1958, p. 14).

É importante fazer algumas menções de considerável importância acerca dessa etapa inicial da formação da cidade. No primeiro caso é bem claro de que a atividade econômica da pecuária e do caucho foram os elementos estruturadores do perfil demográfico da cidade.

Várias menções feitas, não só pelo padre, mas como também por Velho (1981) e Emmi (1999), de que essa produção criou uma aura de prosperidade que atraía diversos trabalhadores. Mesmo no caso daqueles boatos mais fantasiosos (caso dos campos naturais), essas descrições circulavam pelos arredores e induziam os fluxos para Marabá, que inclusive tinha uma oscilação de sua população bastante grande, como constatou Lagenest (1958).

Outro ponto importante era a composição da população marabaense a partir da origem das pessoas. Dada a grande imprecisão que se fazia presente na época dessa contagem, Lagenest (1958) mostra que o domínio da população marabaense era composta por maranhenses, goianos⁹ e piauienses, mas que havia pessoas de outros estados e até estrangeiros também vivendo em Marabá.

Essa constatação se desdobra em duas pequenas conclusões, a primeira é quando essa incipiente centralidade que começa a exercer Marabá no início do século XX e também mostra as várias incursões de viajantes desbravadores, o próprio caso do padre estrangeiro H. D. Barruel de Lagenest serve como exemplo.

A segunda é que o fluxo intenso de pessoas aportando em Marabá era primordialmente dado por via hidroviária. Essa posição estratégica foi muito abordada pelos autores que fizeram esses estudos pioneiros, e até certo ponto, pode ser corroborada quando se olha a posição estratégica do ponto de vista da geopolítica de Marabá dentro da rede hidrográfica (mapa 7).

Por fim, mostrou-se importante a iniciativa do Estado para a intensificação da ocupação a partir do pontal onde se consolidou a cidade. Esta atuação do Estado se fez primeiramente com os estímulos dados pelo Governo Paraense, para confirmação de posse do território.

A disputa entre os estados do Maranhão e Pará pela aquela área já eram visíveis. Por isso, o governo paraense buscou incentivar a ocupação da margem esquerda do rio Tocantins.

⁹ Os goianos nesse caso tem principalmente a origem do norte do Estado de Goiás, onde atualmente é o estado Tocantins.

Dentro desse plano de ocupação a comitiva de Carlos Gomes Leitão fora agraciada com uma quantia em dinheiro para criar a colônia agrícola (VELHO, 1981).

Esses foram os condicionantes da ocupação e demografia marabaense na época de seu surgimento. Essa configuração vai perdurar até por volta de 1920, quando a atividade da borracha entra em colapso, levando toda a economia paraense e a economia regional marabaense baseada no caucho a entrar em uma recessão de grandes proporções (COSTA, 1993).

Mas como já fora adiantado, a atividade de extração do caucho vai deixar as bases para o surgimento de outra atividade. Marabá estava localizada às proximidades de grandes áreas de castanhais. Esse novo “destino” traz um novo elemento para compor a centralidade da cidade (RODRIGUES, 2010).

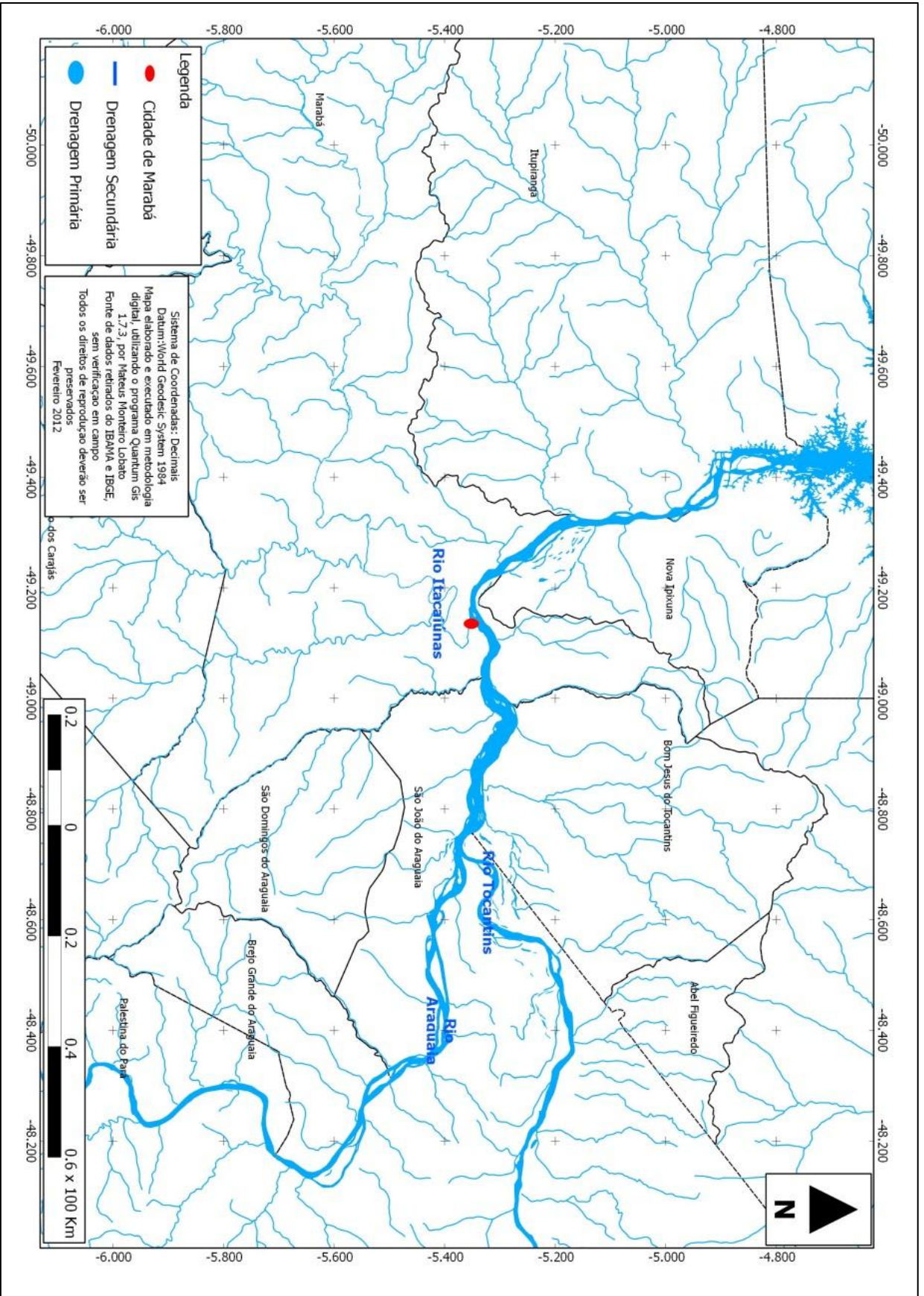
A castanha vai se tornar a coqueluche regional de desenvolvimento. O que vai tirar a Amazônia da estagnação econômica com a decadência da produção do caucho. A partir daí toda aquela estrutura montada para a comercialização da borracha/caucho, até então ociosa, se volta para esse novo produto.

A Marabá da castanha vai marcar o segundo momento, uma que em 1914, a cotação da borracha começa uma trajetória descendente, chegando aos níveis mais baixos no final da década de 1920. Nesta época, a economia na Amazônia passa por uma grande recessão, já que o estruturador da economia regional era a extração do látex da seringueira (COSTA, 1993).

Esse hiato sem qualquer atividade dominante proporcionou que a atividade de extração da castanha se valorizasse e aproveitasse grande parte da estrutura produtiva que fora construída com a extração e comercialização do caucho. É importante deixar bem evidente que a castanha enquanto produto já era apreciado em vários mercados como Inglaterra e Estados Unidos, e que as exportações ganharam mais vigor a partir desse momento. Foi com este cenário de mudanças nos rumos econômicos a partir de 1920 que os fluxos migratórios para Marabá também sofreram alterações significativas.

Marabá ainda contava com uma atividade mineradora considerável (cristais de rocha e diamante, por exemplo) e também algumas indústrias: estaleiros, oficinas, móveis calçados e etc (LAGENEST, 1958). Apesar desse quadro geral, a principal atividade era mesmo a exploração da castanha.

Mapa 7 – Rede de drenagem com os principais rios.



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

A intensificação das atividades de coleta da castanha ocorre principalmente nas épocas em que as chuvas são mais intensas. É quando o ouriço cai mais frequentemente e a coleta fica mais facilitada, mas também é nessa época que os rios aumentam de volume e vazão e se tornam mais navegáveis, facilitando o transporte. Está época se dava geralmente a partir de novembro e ia até por volta de fevereiro ou março.

Essa sazonalidade já criava uma particularidade, pois os postos de trabalho diminuía drasticamente nos períodos de “entressafra” da castanha. Os postos que haviam eram aqueles principalmente voltados para a “manutenção” dos castanhais, geralmente eram destinados aos coletores que ao final da produção anterior não conseguiram saldar suas dívidas e precisavam prestar “serviços” para os aviadores.

Ao avaliar as informações disponíveis, Lagenest (1958, p. 30) constatou essa particularidade. “Talvez seja esse o traço mais característico de Marabá: uma cidade indubitavelmente estável (sobreviveu e se desenvolveu apesar de sofrer cinco inundações gravíssimas em meio século) com uma população essencialmente instável”.

Esse era o quadro geral de Marabá no período de extração da castanha a partir de 1920. Nessa feita, esse contexto vai marcar um perfil definido nos fluxos migratórios direcionados para a cidade a partir desse momento. A primeira delas é dada pela alta sazonalidade dos deslocamentos, que eram dados principalmente no momento da safra e intensificação da exploração da castanha.

Nesse momento também, as vias de circulação ainda estavam bastante restritas aos rios. Muitas pessoas chegavam diariamente pelos barcos que encostavam no porto da cidade. A orla onde ficava o porto, no antigo bairro do Marabazinho, era um local bastante movimentado, principalmente na época da safra da castanha.

Esse fluxo era bastante parecido com o que se passou na formação da colônia agrícola e da cidade, com predomínio de maranhenses, goianos e piauienses, porém o número de maranhenses e piauienses reduziu e aumentou o número de goianos. Particularmente, o que chamou atenção do padre foi o aumento da migração feminina, essencialmente do estado de Goiás. Esse fluxo específico era dado por moças do estado de Goiás que desembarcavam em Marabá para arrumar matrimônio (LAGENEST, 1958).

É interessante como Lagenest (1958, p. 27-28) trata o assunto da migração nesse período:

Tudo se passa como se fosse o rio Tocantins o dreno que levasse para Marabá populações do Maranhão, de Goiás e do Piauí. Com efeito, o

Tocantins é a grande artéria de comunicação de toda a região. As populações dos estados que beiram (Maranhão e Goiás) ou que lhe ficam perto (Piauí), quando querem viajar, por prazer ou por necessidade, muito espontaneamente o utilizam, rio abaixo de preferência, pois para descer “todo os santos ajudam”. Pelo contrário, o cearense quer viajar – e viaja muito – mais facilmente utiliza o mar, que o leva até Belém, o Rio de Janeiro, ou mais longe ainda.

Percebe-se que naquela época os rios funcionam como verdadeiras artérias de circulação de pessoas, e Marabá por ser uma espécie de centro dinâmico dentro do contexto do sudeste paraense, atraía um considerável número de pessoas dos estados vizinhos. Mas, principalmente aqueles que eram drenados pela bacia dos principais rios que convergiam para a cidade – Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas.

Em vista dessa sazonalidade da economia da castanha a migração também era dada dessa forma, com as principais origens as proximidades da cidade: Maranhão, Goiás e Piauí. E com o perfil dos migrantes marcado pela mão de obra na exploração da castanha.

Nesse período da migração em Marabá é que o maior domínio regional fora construído: o domínio dos castanhais. As oligarquias castanheiras tiveram seu ápice nesse momento da história marabaense. Eram oligarquias familiares, que conseguiram aliar o poder econômico ao poder político no município (EMMI, 1999).

Mas, a partir da década de 1960, principalmente após a chegada dos militares ao poder, o espaço regional vai ser amplamente reorganizado. Novos agentes com novas lógicas de apropriação do espaço vão surgir e se consolidar em Marabá, abalando o poder das antigas elites castanheiras bastante presente em outros tempos.

Nessa mesma época de reorganização das bases do território, temos uma ampla diversificação dos fluxos migratórios destinados para Marabá. Criando um perfil bastante diferente do que até o momento fora visto.

O momento marcado pelos projetos de colonização é inaugurado com a abertura das estradas dentro do programa de integração nacional da ditadura militar a partir de 1964. Esta abertura das estradas é um marco por inaugurar uma nova visão no campo.

A apropriação de extensas áreas de terras pelas oligarquias foi, por muito tempo, acompanhada de perto pelo Estado. Segundo Emmi (1999), era estreito o vínculo das oligarquias com o Estado. O que ficava evidentemente mais facilitado pela negligência oportuna do Poder Público.

No entanto, e Emmi (1999) já aponta, a introdução de outra dinâmica social na relação homem x natureza que proporciona intensas modificações nos cenários político e social

marabaense. Isso quer dizer que a oligarquia que dominava o município perde grande parte de seu poder e prestígio para novos agentes sociais.

Essa “trajetória decadente” dos oligarcas da castanha está ligada, não por acaso, ao declínio da economia da castanha, tão cara ao município até por volta da década de 1970. A partir de então, Marabá observa uma aceleração do seu tempo histórico em direção a um futuro urbano diversificado e complexo (RODRIGUES, 2010).

Se no passado Marabá era conhecida por ser a cidade dos oligarcas da castanha, por estar dominada em vários aspectos pelos troncos familiares locais e donos dos castanhais e do capital comercial, eles agora perdem o prestígio dentro de um projeto maior de integração regional. A crise da economia da castanha causou um impacto na estrutura sociopolítica de Marabá introduzindo novos agentes sociais. O marco desse período foi a construção dos eixos rodoviários de penetração.

A introdução da agricultura extensiva nesse período trouxe duas consequências desoladoras à Amazônia. Primeiro, confrontou essa forma produtiva – dentro de toda a sua lógica, técnica, instrumentos e ideologias – com as que aqui já existiam. E por fim, atrelou outras grandes frações do capital e trouxe a lógica mercantil de acesso a terra e apropriação dos recursos naturais vigentes no Brasil (COSTA, 2000), em outras palavras, novos agentes.

A política da ditadura excluiu, entretanto, as oligarquias regionais ligadas à propriedade do solo rural, privilegiando a partir do seu instrumento fundamental – os incentivos fiscais – quase absolutamente a grande empresa ou o latifundiário de outras regiões do País, notadamente de São Paulo [...] (COSTA, 2000, p. 73).

Agora portanto, os oligarcas marabaenses não estavam mais sozinhos, sua hegemonia começa a ser contestada por outros agentes:

A política de Marabá vai cada vez mais se distanciando da época em que se resumia a disputa entre os oligarcas da castanha pelo controle do poder local, como meio de exercer o controle da produção da mercadoria. A unificação do mercado nacional confronta os capitais locais com outros, mais poderosos, que vão se tornar hegemônicos (EMMI, 1999, p. 121).

Novos agentes sociais chegam a Marabá e não mais se submetem ao poder das oligarquias.

O alto grau de violência registrado nesses últimos conflitos, nos quais os donos de castanhais, aliam aos mecanismos tradicionais de coerção a

contratação de “serviços” de pistoleiros profissionais, é mais um indicativo de que o enfraquecimento do poder oligárquico deve ser relacionado, antes de mais nada, com a explosão das camadas subalternas presas ao jugo dominante. (EMMI, 1999, p. 121).

Nesse processo de decadência da oligarquia já podem ser identificados alguns elementos primordiais nos fluxos migratórios. Primeiramente vemos a nítida introdução de outros agentes sociais ainda mais capitalizados que as elites locais/regionais. Segundo, que esses agentes não são mais apenas das “redondezas”, são de regiões mais distantes de Marabá.

A “abertura” da Amazônia, principalmente de sua economia, cria um mercado de terras disponíveis não mais apenas às elites locais, muito embora não houvesse de fato esse mercado de terras anteriormente. Com a criação desse mercado de terras, fazendeiros ricos ou outros sem espaço em suas regiões de origem, resolvem nesse momento investir nas “terras sem homens” da Amazônia.

Esses novos fazendeiros que chegavam à fronteira eram importantes para consolidar o projeto de colonização pensado pelos militares, pois eles traziam consigo na “bagagem” a lógica de produção modernizadora, a que Costa (2000) chama de agricultura extensiva.

Na base da pirâmide social se encontravam a outra face da migração direcionada para Marabá. Uma migração gerada principalmente pela instalação das grandes obras de infraestruturas.

A mudança principal nesse momento na composição dos fluxos se dá pela diversificação de postos de trabalho oferecidos. Sem ter um perfil definido, como o anterior que era dado por pessoas que eram braços para a coleta da castanha, os trabalhadores recém-chegados não se sentiam totalmente subservientes aos antigos oligarcas.

Yoshioka (1986) faz algumas considerações sobre o levantamento feito pela Sudam sobre essas transformações pela qual passou Marabá nesse período. Primeira constatação é de que a população marabaense é uma população jovem, que a sua maioria (45,6%) está entre a faixa etária de 0 até 14 anos de idade.

Outra conclusão importante de Yoshioka (1986) é que 75,1% dos chefes de famílias de Marabá são de outros municípios e que a motivação mais significativa para a mudança para Marabá de 43,6% da amostra são as oportunidades de trabalho que existia na época.

Sobre a renda desses habitantes, ele mostra que 47,4% das pessoas da amostra tem renda de até dois salários mínimos. Essa variável indica a tendência de que os migrantes desse período tinham como ocupação principal aquelas que surgiam com os canteiros de obra dos grandes projetos, que são de baixa qualificação.

Sobre esse momento temos um resumo em Rodrigues (2010, p. 106):

[...] O segundo momento compreende ao período pós-1960, quando a cidade de Marabá passou por um processo de expansão de sua malha intraurbana, bem como de implantação de sistemas técnicos como redes rodoviárias, ferroviárias, elétrica, fatores que contribuíram decisivamente para a expansão de dinâmicas econômicas e espaciais no espaço intraurbano desta cidade.

Apesar de não ser o foco principal deste trabalho há um dado que merece destaque, que é a migração relacionada às redes de amigos e parentes presentes em Marabá. Yoshioka (1986) aponta que da amostra pesquisada, 19% decidiram migrar por que tiveram ajuda ou incentivo de parentes e amigos.

Isso porque a partir da década de 1960 a fronteira passa por nova reconfiguração socioespacial, que está relacionada com o modal viário utilizado até então. O antigo padrão de ocupação do espaço, baseado no leito dos rios, deixa de ser referência com a construção de eixos rodoviários. “As redes dos rios ditavam o tempo do transporte e das relações de deslocamento e de troca com outros mercados, além de constituir-se em *locus* de reprodução do modo de vida ribeirinho” (RODRIGUES, 2010, p. 83-84).

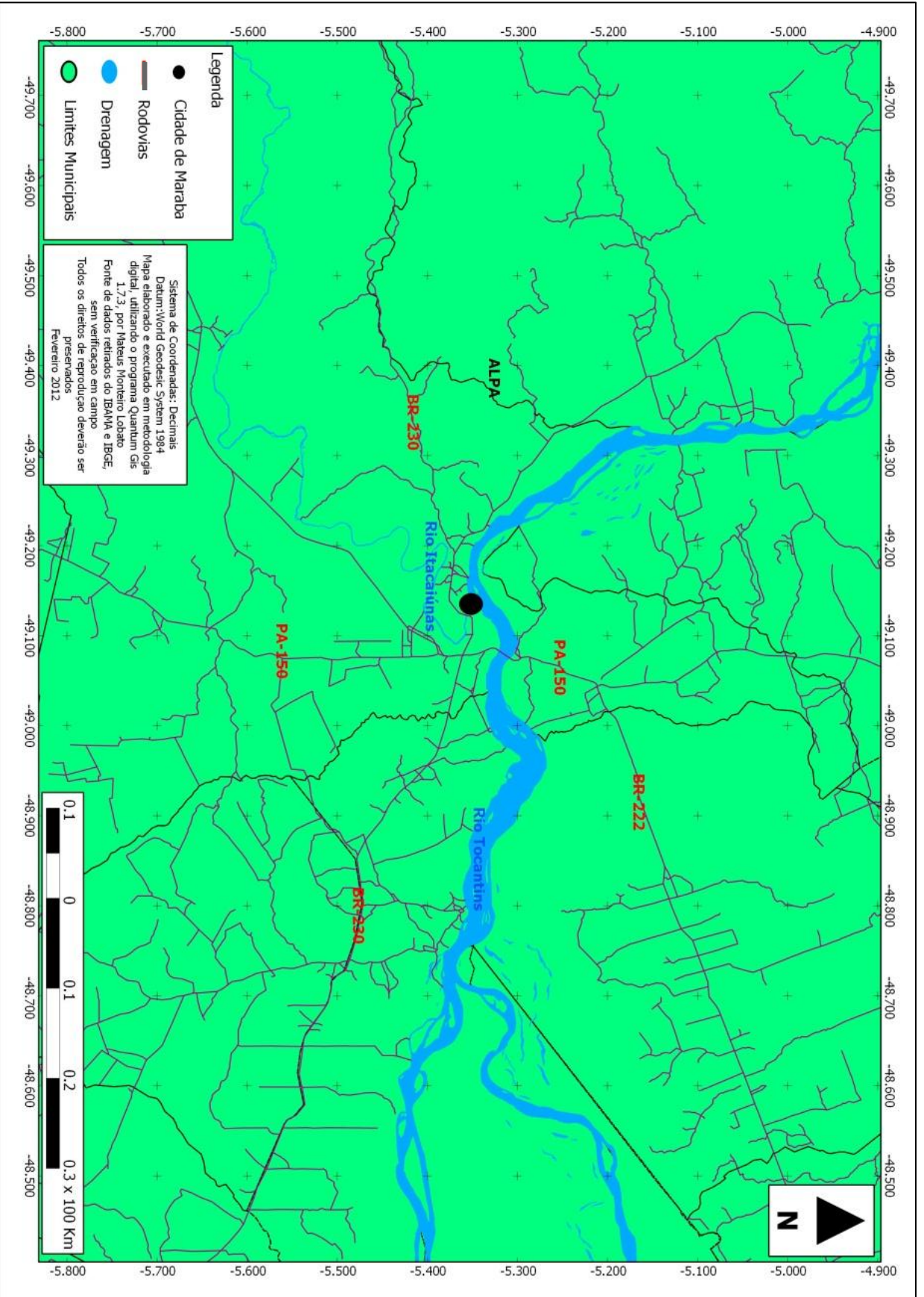
Além disso, toda a rede produtiva, tanto do caucho quanto da castanha, estava conectada pelas principais vias de circulação amazônicas – os rios. Esta “estrada” ditava o modo de vida dos ribeirinhos.

As estradas mais importantes até então (PA-150, BR-222, BR-020) convergiam para a cidade, elas transformaram Marabá em mais um centro de logística, assim como foi aconteceu com os rios. Ver mapa 8.

Por isso, com a expansão do capitalismo na fronteira, Marabá vai ver a chegada de nordestinos pobres fugindo das difíceis condições de vida, fazendeiros ricos e descapitalizados do centro-sul, posseiros, grileiros, grandes empresários e madeireiros. Todos eles chegaram a partir da “abertura” da fronteira pelas estradas que foram construídas para desenvolver a região.

O fim deste período vai ser marcado pela luta incessante das antigas oligarquias castanheiras de Marabá para se manterem no bloco hegemônico de poder (EMMI, 1999). Porém, muito mais além desse conflito evidente estava o latente conflito entre as duas lógicas de apropriação dos recursos naturais. Estava em jogo o futuro da exploração dos recursos naturais, ou se mantinha o modelo baseado na exploração da castanha, ou ia-se em busca da implantação de um modelo baseado na exploração mineral (BUNKER, 2003).

Mapa 8 – Principais rodovias de Marabá



Fonte: IBGE (2011)/BAMA (2011)

O período entre as décadas de 1970 e 1990 vai inaugurar um novo capítulo na história de Marabá. Esse momento da trajetória histórica desse município pode ser considerado como um momento crítico. O megaprojeto de colonização e integração regional proposto pelo Governo Federal, sob a égide dos militares que visava à modernização da Amazônia, vai dar a partir daqui uma reorganização nas bases formadoras do território.

Ganham força nesse momento os dois elementos de estruturação do território mais consideráveis da formação econômica e social de Marabá nas últimas décadas: a pecuária e a mineração. Apesar delas já terem sido desenvolvidas desde algum tempo, principalmente as proximidades de Marabá (VELHO, 1981; LAGENEST, 1958), as consequências de ambas são mais consideráveis a partir desse momento. Pois a pecuária e a mineração começam a ser incentivadas com subsídios fiscais e passam a ser os principais produtos da pauta econômica da região.

A “modernização” do território desencadeada pelos militares começou a ser proposta pela necessidade de ocupar e povoar esse “espaço vazio” que era a Amazônia na década de 1960. A primeira alternativa pensada foi a ocupação do território a partir da industrialização. Os projetos que tinham essa finalidade ganhavam prioridade.

Porém, a instalação das indústrias não havia conseguido lograr sucesso nesses primeiros anos da estratégia de “modernização”. Foi com essa constatação de parcial insucesso que a alternativa secundária foi posta em prática. Desse momento em diante, os projetos de base agropecuária (pecuária) vão ganhar mais espaço dentro dos incentivos fiscais dados pelo Estado (COSTA, 2000).

Apesar de ter certa facilidade de instalação, dada sua baixa necessidade de capital e mão-de-obra, a pecuária ganhou mais destaque que outras alternativas, mais até que uma atividade mais tradicional como a extração de madeira. Atualmente, a atividade pecuária conta com grande destaque na pauta econômica de Marabá (BORGES, 2001).

Esse período da trajetória vai ser pontuado também por uma distinção entre duas lógicas produtivas: mineração e coleta da castanha. Havia dentro da sociedade regional uma cisão entre a antiga exploração da castanha e a nova exploração mineral.

O embate entre essas duas lógicas de apropriação dos recursos naturais tinha um debate subjacente, que foi travado nos diversos âmbitos sociais. Um debate que permeou as camadas sociais, desde as pessoas mais simples até políticos, que entraram na discussão da transição da exploração econômica. Pois a exploração mineral tinha os desdobramentos econômicos e sociais diferentes da que teve e ainda continuava tendo a exploração da

castanha, desdobramentos tanto de forma positiva (emprego, renda, desenvolvimento e etc) como também tinha vários problemas, principalmente da perspectiva ambiental (BUNKER, 2003).

Havia um duplo caminho trilhado pelas atividades. Se por um lado estava a atividade de extração da castanha, que era ecologicamente mais viável, por outro lado estava a mineração mostrando que a quantidade de empregos gerados por ela era bem superior (BUNKER, 2003).

Nessa disputa pela hegemonia na economia é inegável que a mineração tomou a dianteira do processo. Várias foram consequências surgidas após a instalação da fase de exploração mineral: Projeto Grande Carajás (PGC), Estrada de Ferro Carajás (EFC), Complexo Hidrelétrico de Tucuruí e o Garimpo de Serra Pelada. São inúmeros os desdobramentos acontecidos pelo surgimento dessa fase na Amazônia.

A cidade de Marabá vai ser o palco principal dessa nova fase instaurada na Amazônia. Devido sua trajetória econômica ter sido consolidada principalmente a partir da extração da castanha que a colocou como o centro dinâmico dessa atividade, as marcas socioespaciais tornaram Marabá uma cidade de papel central na rede urbana da Amazônia.

Todo esse peso urbano adquirido por Marabá foi decisivo para que o Governo Federal a escolhesse para ser o centro do novo projeto pensado para a região, ou seja, grande parte de toda a sua estrutura urbana e suas relações poderiam ser aproveitadas (ALMEIDA, 2008).

A cidade vai sofrer várias intervenções no âmbito do seu espaço intraurbano. Um novo núcleo urbano vai ser desenvolvido, assentamentos rurais vão ser construídos, pontes, loteamentos e várias outras obras vão surgir nessa época em Marabá.

Esses canteiros de obras vão demandar um considerável número de capital variável para execução das obras de infraestrutura. Logo, os fluxos migratórios ganham novamente destaque na construção do território, principalmente para a cidade de Marabá.

Os primeiros a sentir a mudança no perfil dos migrantes foram as antigas oligarquias marabaenses. Tanto que os novos migrantes não reconheciam aquele poder anteriormente tão onipresente, pois esses novos migrantes vindos de outras regiões que aportavam em Marabá não reconheciam prontamente essa estrutura de poder e estrutura agrária conformada na região. Esses novos migrantes tornaram-se uma ameaça tão forte aos domínios dos castanhais, que esses últimos começaram a construir estratégias mais radicais de manutenção da “ordem” (EMMI, 1999).

Esses novos migrantes recém-chegados não tinham qualquer vínculo com a oligarquia, e não reconheciam o poder instaurado em anos passados. Eles estavam a procura de trabalho nas grandes obras de infraestrutura ou ainda em busca de estabelecer um padrão de vida diferente como a extração do ouro nos garimpos como o de Serra Pelada.

Mas não foram só nas camadas mais subalternas da sociedade que as mudanças de composição ocorreram. Novos grupos sociais vieram também para fazer frente ao poder das oligarquias castanheiras, principalmente aqueles vindos do centro-sul do país em busca de novas áreas para investimento. Não sem razão que esse novo período está caracterizado por uma decadência da hegemonia dos donos de castanhais porque a lógica de mercado passa a se fazer mais presente no município. Assim “[...] a oligarquia já não é mais a fração localmente dominante no bloco de poder. Em 1982, por exemplo, as eleições são determinadas por fatores que não tem como referência a disputa entre oligarquias, mas a expansão do capitalismo” (EMMI, 1999, p. 143).

Como já foi mostrado no capítulo anterior, a suscetibilidade do sítio urbano da Velha Marabá a periódicos alagamentos vai suscitar a construção de mais um núcleo urbano. Situado em local mais alto e com a morfologia urbana diferente dos outros, surgiu a Nova Marabá as margens da BR-230 (Transamazônica). Com uma ideologia diferente a tentativa ignorou quase que completamente qualquer tipo de particularidade presente na cidade e até os outros núcleos existentes (ALMEIDA, 2008).

Esse novo núcleo fora concebido com o objetivo de acolher duas categorias de moradores: os remanejados das áreas que eram periodicamente alagadas pelo Tocantins e Itacaiunas e os novos habitantes que chegavam diariamente a Marabá pelas estradas (ALMEIDA, 2008).

Só para a segunda categoria, a partir da leitura reflexiva das fontes disponíveis pode-se ter a noção dos desdobramentos ocorridos com a empreitada de construção do novo núcleo urbano marabaense. Analisando os dados oficiais a partir de uma leitura apenas numérica do processo, a população marabaense saltou de 12.165 habitantes, para 90.253, mais de 865 % num intervalo de tempo de 18 anos, um crescimento de por volta de 48% ao ano.

Esse crescimento surpreendente, aliado à baixa prudência da esfera pública no trato dos problemas urbanos foram alguns dos motivos que atribularam a implementação do núcleo urbano da Nova Marabá. Para sanar os problemas imediatos, os planejadores buscavam e executavam ações pontuais, deixando de lado o planejamento em longo prazo (ALMEIDA, 2008).

Nesse momento, a Amazônia estava passando por um período de mudança, no perfil da população, com relação ao local de moradia. O crescimento urbano desse período pode ser mensurado a partir da comparação dos resultados obtidos pelo IBGE para os domicílios particulares permanentes. No ano de 1970, ou seja, bem antes da Nova Marabá ser planejada, foram registrados 2.502 domicílios urbanos de um total de 4.494 de domicílios no município.

Para o período compreendendo a década de 1980, ou seja, quando das fases iniciais do plano, os números foram de 7.346 para os domicílios urbanos e 11.054 para o universo total. Já para a série de 1991, onde a fase de execução do núcleo já se encontrava “consolidada”, os números ficam para 20.685 e 24.949, urbano e total respectivamente.

Números que mostram um crescimento da população dada a partir da implementação desse novo núcleo urbano além da média, até mesmo regional. O principal vetor responsável para atingir esses patamares de crescimento foram sem dúvida nenhuma as correntes migratórias direcionadas para Marabá durante esse período. Um momento de ebulição das camadas sociais subalternas, que viam na migração para Marabá a esperança de mudar de vida. A construção dos grandes projetos, os projetos de assentamentos e a exploração mineral, isto é, a expansão do capitalismo na fronteira foi o grande responsável por esse crescimento populacional.

[...] A população urbana saltou de 41.657 habitantes, nos anos de 1980, para 102.364 habitantes residentes no meio urbano. Por sua vez, a população do meio rural cresceu, porém em menores proporções, saltando de 18.258 habitantes rurais, entre os anos de 1980, para 19.857 habitantes rurais, no censo de 1991 (RODRIGUES, 2010, p. 105).

O perfil demográfico do migrante registrado nesse período, fica relacionado com as atividades em expansão nessa época. Logo, temos pessoas que vem a procura de emprego nos grandes projetos, garimpeiros e grandes empresários.

No que tange às vias de circulação mais usadas pelos migrantes para efetivar o deslocamento, ainda há claro predomínio do padrão rodoviário para deslocamentos curtos, médios e longos, pois esse modal foi escolhido na segunda metade do século XX como sendo modelo de transporte para o país.

Porém, esse modal viário não privilegia o transporte de grandes quantidades de carga. E com o início das atividades na mina de ferro de Carajás, havia essa necessidade de transportar grandes quantidades de minérios de ferro extraídos da mina até um porto onde

seria exportado ao exterior. Para efetuar esse primeiro transporte foi construída a EFC, que é um misto de carga e passageiros.

Apesar de ter bastante capacidade de transporte de carga, o trem da EFC conta com alguns vagões destinados a passageiros. Então, para o período destacado a inclusão do modal ferroviário para transporte do minério foi incorporado nas alternativas de deslocamento dos migrantes até Marabá.

No entanto, até por volta de 1980, esse modelo que tinha um Estado presente amplamente nos diversos setores sociais vai começar a mostrar sinais de desgaste após as duas crises do petróleo na década de 1970. Por isso, a década de 1980 ficou conhecida por ser a década perdida, em que o modelo que tinha o Estado como carro chefe da economia foi abandonado.

A partir dessa década que as lacunas deixadas pelo Estado proporcionaram o surgimento de um novo perfil da fronteira, em que a iniciativa privada vai preencher esses espaços deixados pelo Estado após a crise de 1980.

O último e mais recente período da ocupação de Marabá vai coincidir com a entrada da fronteira numa nova forma de articulação da produção mundial. Nesse momento começa a ser gestada uma Nova Divisão Territorial do Trabalho, que imprime novos papéis aos territórios.

A crise mundial que se instalou pelas economias também teve suas ramificações no âmbito da doutrina econômica. De meados da década de 1980 em diante, com um cenário de crise amplamente difundido pelo mundo e a opção pelas orientações neoliberais postas em prática, proporcionaram uma modificação no modo como a fronteira vai ser transformada. Justamente porque até esse momento, o principal transformador das características socioespaciais na fronteira era o Estado. Acontece que com a crise financeira global e o vertiginoso crescimento da dívida do Estado a partir do fim da década de 1970, forçou-se a adoção dos paradigmas neoliberais pelos países subdesenvolvidos, que acataram esses paradigmas conforme suas particularidades.

A liderança dessa mudança pode ser creditada ao Banco Mundial, que vai paulatinamente impondo aos espaços periféricos o papel de produtora de *commodities*. Assim, políticas visando o crescimento da produção das modernas *commodities* (gado, madeira, minério e soja) são mais e mais estimuladas. O crescimento da produção desses quatro principais produtos de exportação da Amazônia durante o final da década de 1990 até

atualmente credencia essa afirmação. A participação da Amazônia na produção nacional de madeira saltou de 3% para 27%, por exemplo.

A presença do capital internacional na fronteira com a mudança do perfil da fronteira vai se consolidando a partir de então, criam-se novos mercados e a certeza do retorno financeiro com a produção das *commodities*. Essa perspectiva de lucro faz com que os investidores e produtores passem a não mais depender amplamente da iniciativa do Estado e comecem a produzir suas próprias infraestruturas (LOUREIRO, 2009).

Com a “opção” das doutrinas neoliberais e as grandes perspectivas de lucro pela aplicação de capital o perfil da fronteira se transforma. Este, portanto, é o novo perfil da fronteira, onde o capital chega bem antes do Estado nas intervenções espaciais. Acontece que esse recuo do Estado é estratégico dentro da produção do espaço. Pois em alguns setores, principalmente naqueles em que a perspectiva de lucro não é assegurada a curto prazo ou inexistente, o Estado ainda é o protagonista.

Esta mudança no perfil da fronteira apontada por Loureiro (2009) modificou de sobremaneira as relações sociais. Novos agentes, novos territórios e novas territorialidades se destacam na fronteira atualmente. É certamente um novo perfil socioespacial que se apresenta na fronteira.

No entanto, em meio a todas essas transformações, a população marabaense ainda vem crescendo visivelmente além da taxa anual de crescimento demográfico da Amazônia. No ano de referência de 2007, a população marabaense foi estimada em 196.468 habitantes. Já para o ano de 2010 Marabá conta, segundo estimativas do IBGE, 238.708 pessoas. Apesar do número absoluto apresentado não ser uma informação que se possa fazer uma análise final detalhada do cenário populacional, ele apresenta pelo menos uma tendência de crescimento que não pode ser ignorada, pois são nada menos que 42.240 pessoas em quatro anos. E se recuarmos até o ano de 2000, encontraremos uma população de 168.020 habitantes, ou seja, uma diferença de 70.688 habitantes, nada menos que um crescimento de 420% no período especificado.

Esse cenário demográfico indica que os fluxos migratórios que foram muito intensos no passado, continuam sendo estimulados. Acontece que não mais com o Estado à frente do processo. As ações são agora repartidas também com os agentes das quatro grandes atividades presentes na Amazônia: pecuária, cultura da soja, madeireira e mineração.

O crescimento do rebanho bovino pode ajudar a visualizar o dinamismo do setor pecuário. No ano de 1995, o Censo Agropecuário registrou 6.080.431 cabeças de gado. Em

2006, o número dobrou, passou para 13.354.858, e no ano de 2010, o rebanho ficou em 17.633.339 cabeças. É importante salientar que a partir de 2006 o controle do desmatamento passou a termos mais rigorosos. E as duas atividades que mais foram atingidas foram pecuária e madeireira.

No que tange à produção de soja, as conquistas científico-tecnológicas feitas por instituições como a Embrapa, tem permitido que limitações climáticas para a plantação de soja sejam transpassadas tranquilamente. Portanto, paulatinamente, o plantio e produção de grãos vem avançando em direção à região sul-sudeste paraense. Buscando novas áreas para o plantio e novas vias de escoamento de sua produção (BECKER, 2001, 2004).

A previsão de produção de soja para o Estado do Pará para a safra de 2010, segundo o Censo Agropecuário, foi de 243.016 toneladas e para a safra de 2011 é de 317.251 toneladas. Registrando por isso um crescimento de quase 75% em apenas um ano.

Esse avanço da soja iniciou-se principalmente na década de 1980, partindo da cidade de Itiquira, sudeste do Mato Grosso. Nos anos de 1990, a frente alcança Campo Novo dos Parecis, Sorriso, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde. Daí em diante, o cultivo da soja vai avançando paulatinamente seguindo o rumo da BR-163 – Cuiabá-Santarém (IBGE, 2011d).

A expansão da soja para região onde Marabá encontra-se em estágio menos consolidado que na área nas proximidades da rodovia BR-163. Mas, o crescimento nessa região já é estimulado por políticas públicas.

Hoje em dia, o crescimento de alguns pólos de plantio de soja na região de Santarém e de Marabá e Redenção, no Pará, reflete a implementação de políticas estaduais de incentivo a plantios comerciais fora das áreas de expansão dessa cultura nos cerrados de Mato Grosso, Tocantins e de Balsas, no sul do Maranhão e Piauí (IBGE, 2011d).

A atividade madeireira também está destacada nessa área dentro deste momento da ocupação da fronteira. Isso porque sua rentabilidade vem permitindo que as serrarias sejam constantemente mudadas de lugar, conforme o avanço da frente madeireira, colocando a região numa posição de destaque no cenário mundial na produção de madeira e alguns móveis (LOUREIRO, 2009).

Na atividade madeireira, foram considerados apenas a produção de lenha e madeira em tora. Dentro dessas duas variáveis, o IBGE registrou para o sudeste paraense – microregião de Marabá – 785.122 e 3.554.245 metros cúbicos respectivamente. Para o estado inteiro esse

número ficou 4.380.237 e 10.645.334 m³, para lenha e madeira em tora. Aproximadamente 18% e 33% para as duas categorias.

Na verdade, a atividade madeireira forma um consórcio altamente rentável com a pecuária. A estrutura desse consórcio se faz basicamente pela impulsão das frentes madeireiras pelo lucro gerado pela atividade pecuária. Juntas, essas duas atividades respondem pela maior parte das áreas desmatadas da Amazônia (MARGULIS, 2003).

Já a atividade mineratória talvez seja a que esteja com maior visibilidade. Pois, a produção vem batendo recordes de extração constantemente. Esse crescimento pode ser observado diretamente na configuração espacial do sudeste paraense.

A produção mineral do Pará, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi de 16.792.304.438 toneladas para o minério de ferro, de 25.474,37 para o Manganês, para o alumínio de 883.351 mineral e 78.000 refratária. Com relação à produção mineral o Pará está sempre nas primeiras posições da produção nacional.

Marabá está com previsão de receber a Aços Laminados do Pará (ALPA), orçada inicialmente em 5,3 bilhões, ela é o maior negocio em andamento no Brasil. A ALPA terá capacidade inicial de 2,5 milhões de placas de aço por ano e precisará de 107 Megawatt de energia. A inserção inicial da siderúrgica vai gerar aproximadamente 16 mil empregos, após entrar em operação esse número cairá para 2.600 diretos e 2.500 terceirizados (PINTO, 2010).

A fotografia 2 mostra que o projeto de implantação da siderúrgica já iniciou, pois a área destinada a ALPA (ver mapa 5) será na margem esquerda do rio Tocantins já foi limpa e recebeu obras para terraplenagem.

Mas, a construção da ALPA em Marabá vem sofrendo vários percalços. É necessário uma extensa investigação para definir com segurança quais os principais motivos para a lentidão na construção dessa siderúrgica, esforço que está além do escopo da dissertação. A princípio, o que pode haver de impasse é que só a implantação da siderúrgica sem o investimento em infraestrutura inviabilizará o projeto. Nisso posto, deve haver uma contrapartida do Estado nesse caso.

Sucintamente Pinto (2011, não paginado) mostra que a ALPA é uma obra articulada com várias outras:

As eclusas de Tucuruí, vitais para o projeto, estão em vias de conclusão. Mas ainda será preciso investir – e pesado – para viabilizar a hidrovia de 511 quilômetros entre Marabá e Vila do Conde, onde também serão exigidos custos para a capacitação do porto para as novas cargas.

Mas, apesar da Vale ter anunciado a construção da siderúrgica e as obras já terem avançado até a terraplenagem do terreno, (ver área aonde possivelmente irá se localizar a ALPA no mapa 6), e também de existirem algumas outras obras, como a duplicação da Transamazônica, já causam impactos na estrutura socioespacial. Os fluxos migratórios se intensificaram na região, por exemplo, já que essa tendência pode ser observada no aumento da população total do município mostrada anteriormente.

Ainda existe um planejamento montado para construção do Complexo Hidrelétrico do Tocantins, a duplicação da Transamazônica e a construção de um *shopping* na nova Marabá que possivelmente também desequilibrarão a estrutura socioespacial do município induzindo novos fluxos migratórios. Além destas obras ainda existem várias outras espalhadas pelo perímetro urbano de Marabá que também podem influenciar no processo.

Fotografia 2 – Área possivelmente destinada a ALPA, a margem esquerda do rio Tocantins.



Fonte: autoria própria (2011)

São obras que fazem parte da estratégia de expansão do capital na fronteira. Onde obras e infraestrutura básicas para a reprodução do capital nessa fase são imprescindíveis.

Neste capítulo me empenhei em mostrar como se articulam os períodos históricos da ocupação de Marabá e os fluxos migratórios destinados para a cidade. Procurei também

mostrar que em cada um desses períodos existe um elemento estruturante que vai definir o perfil desses migrantes

No capítulo seguinte irei relacionar o período mais recente da ocupação da fronteira com as dinâmicas socioespaciais que se apresentam em Marabá.

5 MIGRAÇÃO: FATOR INTERVENIENTE NA DINÂMICA URBANA DE MARABÁ?

No capítulo anterior fiz uma rápida explanação das características dos fluxos em cada trajetória histórica de Marabá. Neste capítulo buscarei mostrar como essa migração atualmente interfere na dinâmica socioespacial da cidade. Além disso, em seguida farei uma recomposição do cenário econômico de Marabá.

Dentro do entendimento que a situação econômica proporciona um desequilíbrio dentro do contexto do sul e sudeste paraense, buscarei mostrar aqui como esse dinamismo impacta nos fluxos migratórios. Como a “prosperidade” induz de certa forma o estabelecimento de um fluxo migratório para Marabá de características definidas.

5.1 O “RETRATO” DA POPULAÇÃO MARABAENSE

Até o final da década de 2000, a migração em Marabá atingia um destaque considerável no processo de formação e estruturação da cidade. O censo de 2000 aponta para o município de Marabá uma população de 168.020 habitantes e mais recentemente no censo de 2010, essa população já está em 233.669 (IBGE, 2011e; 2011f; 2011g; 2011h).

Dentro desse universo populacional de 1970 até 2000, o IBGE faz uma divisão por origem desses habitantes, primeiramente pelas cinco grandes regiões e em seguida também pelos estados da federação.

Desagregando os números por estados de origem, esquematizados na tabela 1 por ordem decrescente, temos primeiro o Pará, que indica as chegadas de outros municípios do estado. Em seguida, temos Maranhão, Goiás, Piauí, Tocantins, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco como os dez primeiros.

Com exceção do Pará, o claro predomínio é do estado do Maranhão, seguido de Goiás, do Piauí e do Ceará, para ficar nos estados mais relevantes. As principais origens ainda são daqueles estados circunvizinhos de Marabá, ou que de certo modo fazem parte da área de influência da centralidade de Marabá. Essa indicação da forte influência nas áreas próximas ainda está presente e foi um elemento levantado por Lagenest (1958) nas primeiras décadas de formação de Marabá, quando os rios ainda eram as vias principais.

Tabela 1 – Origem dos migrantes de Marabá por estados

	Origem/Ano	1970	1980	1991	2000	Total		Origem/Ano	1970	1980	1991	2000	Total
1	Pará	13.608	29.515	63.078	97.340	203.541	16	Paraíba	90	370	924	410	1.794
2	Maranhão	6.435	13.065	29.085	33.535	82.120	17	Amazonas	27	194	204	380	805
3	Goiás	2.201	5.911	6.087	7.278	21.477	18	Mato Grosso	24	133	166	273	596
4	Piauí	1.076	2.576	5.236	5.246	14.134	19	Santa Catarina	2	90	123	290	505
5	Ceará	514	1.892	3.910	4.388	10.704	20	Alagoas	14	108	115	265	502
6	Tocantins	-	-	3.094	4.915	8.009	21	Distrito Federal	-	84	179	210	473
7	Minas Gerais	65	1.499	2.881	3.231	7.676	22	Mato Grosso do Sul	-	16	156	201	373
8	Bahia	81	1.480	2.611	3.490	7.662	23	Sergipe	7	17	130	49	203
9	Espírito Santo	14	591	1.373	1.618	3.596	24	Rondônia	2	42	37	86	167
10	Pernambuco	123	562	1.267	1.269	3.221	25	Acre	10	58	58	41	167
11	São Paulo	14	437	772	947	2.170	26	Amapá	17	37	32	37	123
12	Paraná	7	459	499	699	1.664	27	Roraima	3	12	18	53	86
13	Rio Grande do Norte	51	250	458	557	1.316	28	Guanabara	16	-	-		16
14	Rio Grande do Sul	5	252	377	600	1.234	29	Fernando de Noronha	4				4
15	Rio de Janeiro	13	119	495	561	1.188	30	País estrangeiro			48	54	

Fonte: IBGE – adaptado pelo autor (2012)

Em 1970, destaque também para os migrantes com origem do estado de Pernambuco, com 123 pessoas. É importante destacar essa origem porque desse estado não há uma ligação direta com a centralidade que Marabá exerce na rede urbana regional.

No ano de 1980, o IBGE registrou um crescimento da migração para Marabá e uma constatação se apresenta. Os estados de destaque anteriores (Maranhão, Piauí e Ceará) ainda são áreas de origem da maioria dos migrantes. Porém, observa-se o crescimento de estados fora da área de influência direta de Marabá. São os estados de: Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e novamente Pernambuco.

Apesar da migração para Marabá predominar ainda os migrantes dos estados de origem mais próximos a cidade, o crescimento desse outro grupo de estados reflete o esforço do Governo Federal de integração regional através da abertura dos eixos rodoviários de penetração.

No censo realizado no ano de 1991, após a década em que o modelo de desenvolvimento posto em prática mostrou pleno desgaste, as principais origens para Marabá ainda continuam com aqueles estados do período anterior: Maranhão Piauí, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco. O que destaque é o crescimento do número pessoas para todas essas origens.

No registro de 1991 já aparece o estado do Tocantins, que contribuiu com 3094 pessoas neste período. É um número bastante expressivo, porém esse número pode ser explicado porque o estado do Tocantins foi desmembrado de Goiás, uma estado que contribui muito para a migração em Marabá.

No Censo de 2000, não há muita variação nos estados de origem que permanecem os mesmos de outros períodos. Porém, o crescimento dos migrantes de origem do Paraná e Rio Grande do Sul deve ser mencionado. O crescimento dos migrantes do Paraná foi de 71% em dez anos, já para o Rio Grande do Sul a taxa de crescimento ficou em 62%.

Esses quatro períodos mostram um crescimento da migração para Marabá de vários destinos do Brasil. No entanto, o crescimento mais destacado de algumas origens em um período revela o aparecimento de outros modais de circulação, como por exemplo as estradas.

Mais recentemente, quando se menciona o crescimento da migração de estados mais distantes, mostra também que além desses três modais (hidroviário, rodoviário e ferroviário), ainda existem as chegadas por via aérea, que vem aumentando nos últimos anos, dada ao crescimento do setor de aviação civil nacional e o barateamento das passagens aéreas. Na página da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) está a

movimentação de passageiros do aeroporto de Marabá, numa série mensal que começa no ano de 2003. Para o primeiro ano, a movimentação de passageiros do aeroporto foi de 467.405 passageiros. Já em 2010, de janeiro a dezembro o número de passageiros no aeroporto foi de 1.600.998. Um crescimento no período de aproximadamente 342% na movimentação do aeroporto (INFRAERO, 2012).

Os números encontrados na página da Infraero se referem às estatísticas para a movimentação de passageiros, ou seja, aos embarques e desembarques no aeroporto. Como não há na fonte dos dados da Infraero como distinguir apenas aqueles que desembarcaram em Marabá, apenas posso inferir que alguns desses passageiros que passaram por Marabá tenham desembarcado e que ao longo dessa série histórica esse número aumentou, pois a movimentação de passageiros em Marabá aumentou também.

De forma geral, somando-se apenas os dados apontados para o número de pessoas de outras regiões, temos 65.114 migrantes, o que equivale a pouco mais de 38% da população de Marabá. Infelizmente, não é possível identificar qual a origem das 97.340 pessoas de naturalidade paraense, pois as informações do IBGE não tem um nível de desagregação que permita identificar essa origem.

Para os gêneros, a comparação com os números dos dois últimos Censos Demográficos não encontrei informações relevantes, pois a diferença entre o número de homens e mulheres em Marabá se mantém praticamente invariável. Para o ano de 2000 haviam 84.709 homens e 83.311 mulheres, para o ano de 2010 o IBGE contou 118.196 homens e 115.473 mulheres. A proporção entre homens e mulheres não sofreu muita alteração.

Atualmente, essa população do município de Marabá já está em 233.669 habitantes. Como o Brasil vive um período de transição demográfica iniciado desde a metade do século XX, em que as taxas de fecundidade e natalidade iniciaram trajetórias decrescentes desde esse período (BERQUÓ, 2001), o papel das migrações, principalmente interna, é crucial para esse crescimento demográfico elevado de Marabá.

5.2 ELEMENTOS DA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MARABÁ

Como já apontei no primeiro capítulo, a modificação do perfil da fronteira pode indicar esse papel das migrações de interveniência na dinâmica demográfica de Marabá. O

crescimento da produção dos quatro produtos da fronteira: gado, soja, madeira e minérios, estão alimentando esses fluxos migratórios recentes.

Esses fluxos migratórios estão transformando o espaço marabaense, tanto em qualidade quanto em quantidade. Um dos exemplos de modificações no espaço urbano marabaense que pode ser dado é que surgiram vários condomínios de médio a alto padrão na área de expansão de Marabá e algumas áreas de ocupação, ambos às margens da rodovia Transamazônica.

O mapa 9 mostra a localização do condomínio, que se encontra no perímetro urbano da cidade. A fotografia 3 mostra que os primeiros estágios desse condomínio já foram feitos e que ele já foi totalmente vendido os seus lotes, pelo ponto de venda próximo ao local do condomínio ou por outros canais de comunicação.

Esse condomínio está sendo comercializado para um público de padrão de renda mais elevado. Segundo a página da empresa que comercializa o condomínio, a área privativa do terreno é de 270 m² com total infraestrutura (sistema pluvial, elétrico, segurança e lazer). A figura 2 mostra uma projeção de como será o condomínio após finalizado. Além do mais, a ênfase da propaganda para divulgação e venda do condomínio está na sua localização, próxima do primeiro *Shopping Center* da cidade: o Pátio Marabá.

A construção desse empreendimento logístico está a cargo de três empresas: o Grupo Leolar, Dan-Hebert Participações e a AD *Shopping*. Que estão programando a inauguração para o centenário da cidade. O *shopping* tem área total do terreno de 60.000 m².

Na página do futuro *shopping* existem várias informações, é interessante observar a definição que dada à cidade de Marabá pelo grupo investidor, que projeta um potencial de consumo de 35,1 milhões de reais/mês:

Com população superior a 202 mil habitantes, Marabá é a maior e mais importante cidade do Pólo Carajás, área em franco desenvolvimento no sul/sudeste do Estado do Pará. Cortada pela BR-230 a "Transamazônica", Marabá é o portão de entrada rodoviária da capital do Estado e representa hoje uma das maiores oportunidades de investimento em todo o país (PÁTIO MARABÁ, 2011, não paginado).

Apesar de ter o principal foco publicitário essa construção do *Shopping Center* Pátio Marabá, na verdade é um complexo de hotéis centros empresariais.

O crescimento das habitações de padrões mais elevados mostra que a população de maior poder aquisitivo está se expandindo. O que não significa que a população de baixa renda não esteja crescendo também dentro do espaço intraurbano de Marabá.

Além desse primeiro tipo de habitações de alto padrão, por conta do grande aporte de pessoas anualmente, em Marabá estão surgindo várias ocupações de baixo ou nenhuma infraestrutura. Esse é o caso de uma ocupação localizada no terreno da Infraero, também as margens da rodovia Transamazônica, porém no outro lado da cidade, no núcleo urbano da Cidade Nova (Mapa 9).

A fotografia 4, mostra que as casas ainda estão sendo levantadas, já que a ocupação é recente. A partir de informações levantadas no local indicam que ela foi ocupada a partir de janeiro de 2011. As impressões colhidas na visita de campo mostram que, com exceção da rede de iluminação, não há qualquer serviço básico disponível dentro do perímetro da ocupação, como: água, esgoto, transporte e escolas.

A expansão da área urbana com esses dois exemplos de residências pode ser observadas também nos números oficiais do Censo Demográfico. Na contagem feita em 1991, os números de domicílios particulares permanentes ocupados foi de 24.949, onde 20.685 eram urbanos e 4.264 eram rurais. Para 2000, o total foi registrado de 37.919, dividido em 30.704 e 7.215 para urbano e rural, respectivamente, um crescimento de 32,6 % em nove anos.

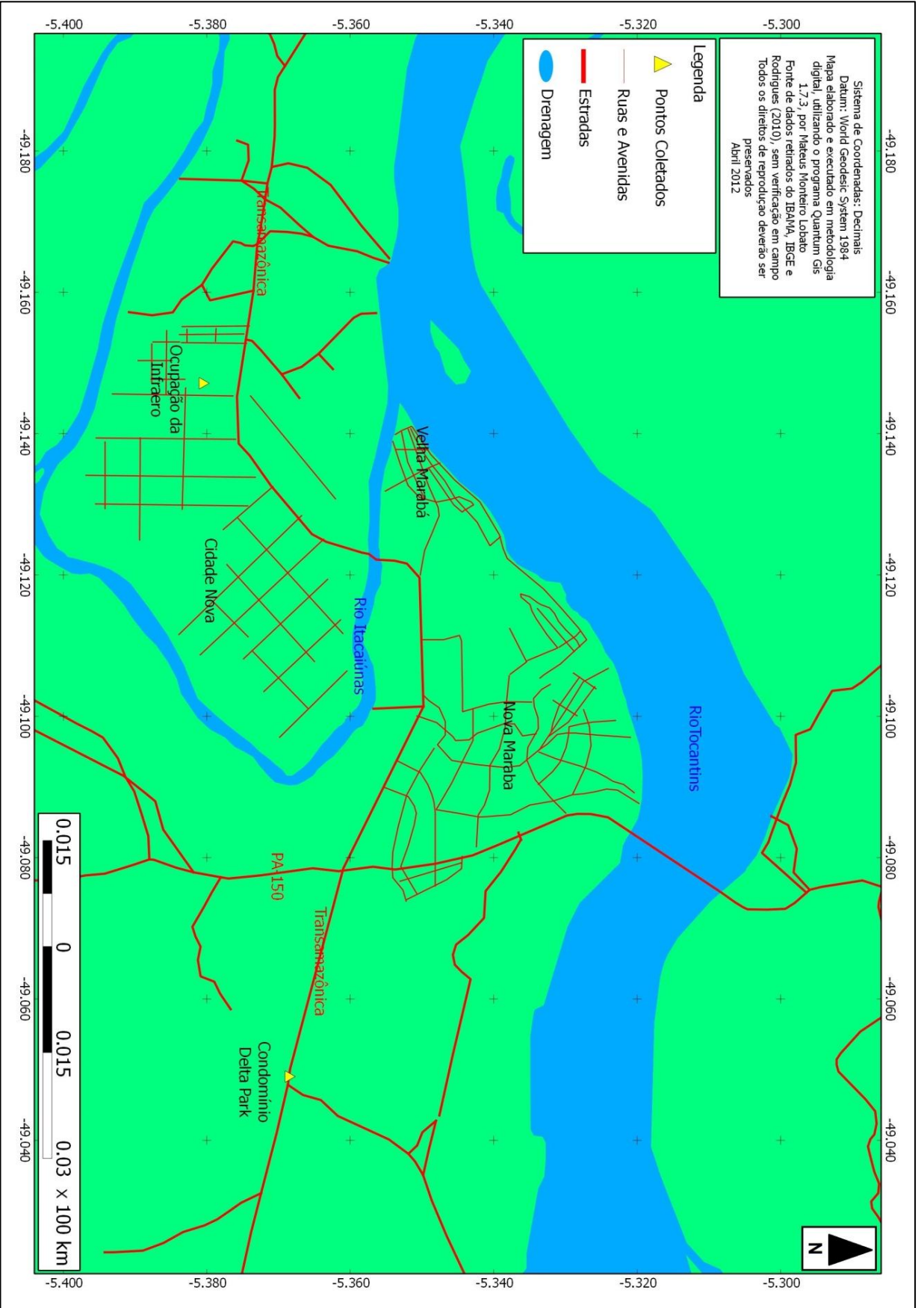
Na contagem feita recentemente em 2010, esse total quase dobrou, passou a ser 60.457 domicílios. E a divisão entre urbano e rural ficou 48.704 e 11.753 para o primeiro e para o segundo, 36,9 % de avanço de 2000 e 57,5 % para 1991.

Como apontaram Hogan; D'Atona; Carmo (2008), sobre a tendência de urbanização e crescimento das cidades em relação ao campo, pode ser vista em Marabá. O crescimento urbano, registrado pelo número de domicílios no período de 1991 a 2010 foi de 57,5 %, enquanto o crescimento dos domicílios rurais ficou em 63%.

Apesar dessas ações apresentadas estarem modificando o espaço marabaense, não são essas as únicas obras que devem ser destacadas. A duplicação da rodovia Transamazônica está em curso e em estágio bastante avançado. A duplicação da rodovia inclui o serviço de sinalização, de drenagem e construção de uma ponte sobre o Itacaiúnas.

Além desta, a prefeitura em associação com o governo estadual e federal está realizando uma série de investimentos em Marabá. São obras variadas, mas que fazem parte de um grande investimento feitos pelos três. Fazem parte dessas obras o estádio municipal, a construção de 2.500 casas populares, regularização dos locais de estacionamento, a urbanização do bairro do Cabelo Seco e o porto público são obras já em fase de execução ou finalizadas.

Mapa 9 – Localização do Condomínio e da Ocupação.



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

Fotografia 3 – Condomínio de alto padrão em construção na área de expansão de Marabá.



Fonte: autoria própria (2011)

Figura 2 – Desenho esquemático de como será o condomínio.



Fonte: Scopel (2011)

Fotografia 4 – Terreno da Infraero ocupado a partir de janeiro de 2011.



Fonte: autoria própria (2011)

Todas essas obras constroem um cenário “otimista” para os que buscam empregos. Logicamente, a maioria dos empregos gerados não estão dentro das estatísticas oficiais e são empregos de baixa qualificação. Ocupações que, pelo perfil da maioria da população brasileira e que se dirige para Marabá, são uma esperança para mudança de vida.

5.3 O CENÁRIO ECONÔMICO ATUAL DE MARABÁ

Para complementar a análise das consequências da migração para a cidade de Marabá, importa mostrar um pouco mais detalhadamente qual o quadro econômico atual de Marabá. As variáveis elencadas para demonstrar esse contexto são: o número de estabelecimentos por área econômica e os empregos gerados por esses estabelecimentos, também por área econômica. Foi feita ainda uma comparação com os outros cinco municípios mais dinâmicos e com maior população do Estado.

Pelas estatísticas do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ), Marabá conta com um total de estabelecimentos registrados de 2.566. Dos quais, 297 são estabelecimentos agropecuários, 332 são industriais e 1.937 são registrados como sendo de serviços. Comparadas essas mesmas variáveis com o ano de 2000 os números são 59 agropecuários, 167 industriais e 719 de serviços, com o total de 945 estabelecimentos (INSTITUTO..., 2011a).

Em comparação com outros municípios da rede urbana, com importância igual ou superior a Marabá, pode-se ir além e elaborar algumas conclusões esclarecedoras. As cidades de Belém, Ananindeua, Castanhal, Santarém e Altamira, tem cada uma um total de vínculos empregatícios de: 391.168, 56.418, 28.783, 28.783, 33.400 e 10.178, respectivamente para as várias categorias econômicas. Em Marabá, o IDESP registrou 41.745 vínculos empregatícios, tornando a cidade a terceira em números de empregos gerados.

Para as categorias econômicas, Belém tem: 196 agropecuários, 1.703 industriais e 13.501 de serviços. Para Ananindeua são: 30 agropecuários, 543 industriais e 2.238 de serviços. Castanhal: 170 agropecuários, 306 industriais e 1.535 de serviços. Altamira: 120 para o primeiro grupo, 338 para o segundo e 2.223 para o terceiro. Por fim, Altamira tem: 193 no primeiro grupo, 137 no segundo e 881 no terceiro (INSTITUTO..., 2010b).

Em cada categoria Marabá está sempre nas primeiras posições, em alguns casos como o da extrativa mineral, a cidade está na primeira posição. Uma consequência da constante atividade mineratória no município.

A comparação mostra que Marabá tem o maior número de estabelecimentos agropecuários, está muito próxima de Santarém no setor industrial e o quarto lugar em estabelecimentos de serviços, a frente de Castanhal e Altamira. Essa comparação, a princípio, pode evidenciar que os níveis de emprego em Marabá estão próximos das principais cidades do Estado: Belém e Ananindeua.

Para a outra variável, os números dos vínculos empregatícios por setor econômico estão sintetizados na tabela 2, os quais foram divididos pelos seis municípios mais importantes do Estado do Pará. O destaque é para o número de empregos registrados, onde Marabá se posiciona em terceiro lugar, atrás apenas de Belém e Ananindeua, duas cidades de alto dinamismo econômico em termos regionais. Por estar próximo da maior província mineral do país, o setor de extração mineral de Marabá tem mais do que o dobro de postos de trabalho que todas as outras cinco cidades juntas.

Quando confrontamos os números do total de empregos registrados em 2010 com os números que foram tabulados no ano de 2000, outra ponderação importante surge na dinâmica econômica de Marabá. A tabela 3 sintetiza essa variável para os seis maiores municípios do Pará.

Tabela 2 – Número de empregos das seis maiores cidades do Pará.

Vínculos empregatícios por setor econômico (2010)									
Municípios	Extra- tiva miner- al	Industria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
Belém	212	16.988	4.635	21.394	71.657	132.238	142.073	1.971	391.168
Ananindeua	150	7.177	73	6.602	17.283	15.413	8.311	1.409	56.418
Castanhal	-	6.116	250	2.384	9.327	4.156	5.701	849	28.783
Marabá	885	6.241	164	5.394	11.185	7.145	9.403	1.328	41.745
Santarém	11	2.901	323	1.342	9.009	8.640	10.420	754	33.400
Altamira	49	840	93	893	2.987	2.158	2.699	459	10.178

Fonte: Idesp (2010) - Adaptado pelo Autor(2012)

Se forem olhados os números absolutos sem qualquer comparação, não se tem a dimensão do crescimento dos empregos em Marabá. Isso porque para Belém, o aumento de empregos foi de 129.599, ou 33% de crescimento no período considerado. Enquanto para Marabá esse crescimento é mais que o quádruplo no mesmo período.

Outra cidade que teve um destaque considerável foi Altamira. Como as explicações para os acontecimentos aí estão além do alcance do que é tratado aqui, tanto a expansão da soja quanto os fatos a cerca da construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, ficam como resposta para o crescimento além da média em Altamira.

No mais, percebe-se a partir da leitura dessas variáveis que a cidade de Marabá está passando por um período de expansão de alguns setores da economia. E essa expansão tem haver com o processo de implementação e consolidação da produção das *commodities* na fronteira.

As estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pelo seu Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), também registrou esse crescimento da oferta de emprego.

Para o ano de 2003, o crescimento dos postos de trabalho de trabalho foi de 12,12%. Mas, esse crescimento também pode ser mensurado por atividades também. Os destaques são: extrativa mineral (25,53%), indústria de transformação (13,28%), construção civil (11,73%), comércio (11,05%) e agropecuária (32,15%).

Tabela 3 – Evolução dos vínculos empregatícios das maiores cidades do Pará (2000-2010)

Evolução dos vínculos empregatícios nas grandes cidades do Pará (2000-2010)											
Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Belém	261.569	265.545	278.447	275.925	286.530	294.983	315.601	331.791	357.877	357.645	391.168
Ananindeua	26.570	28.371	30.900	36.088	41.841	45.956	48.925	49.540	48.632	51.800	56.418
Castanhal	11.473	12.693	13.452	15.831	16.370	18.585	20.497	22.040	24.364	25.891	28.783
Marabá	10.254	11.795	14.137	17.752	22.000	24.778	27.970	32.991	32.398	37.331	41.745
Santarém	15.345	14.787	16.995	19.058	22.718	23.632	25.268	27.647	30.405	31.219	33.400
Altamira	3.852	4.095	5.119	5.611	6.129	6.392	7.750	9.015	9.658	9.246	10.178

Fonte: Idesp (2011a; 2011b) - Adaptado pelo Autor (2012)

Se comparado com os outros municípios pode se ter a dimensão do cenário. Para Belém, o crescimento acumulado ao ano ficou em 2,75%. Com as taxas de crescimento desses setores sempre abaixo de 5% e chegando até a 16% de decréscimo.

Santarém registrou um crescimento anual de 6,96% ao ano. Para essa cidade, o destaque foi na indústria de transformação (12,19%), comércio (7,08%) e agropecuária (11,88%). Em Abaetetuba, o crescimento foi de 1,50%, aqui o comércio ganha destaque com crescimento de 8,36%. A atividade extrativa mineral em Abaetetuba aparece com crescimento de 50%, mas esse crescimento é relativo, pois o cadastro registrou a inclusão de apenas um posto de trabalho.

E Ananindeua e Castanhal tiveram o crescimento de 4,68% e 4,36%, respectivamente. Em Ananindeua o destaque foi a atividade de serviços industriais e de utilidade público que teve um crescimento de 80,33% e em castanhal o crescimento da construção civil foi de 89,94% de postos de trabalho.

A tabela 4 mostra a relação entre admissões e demissões registradas em Marabá no ano de 2003. O importante das informações do MTE é que para todas as atividades a variação

de crescimento foi positiva, exceção apenas dos serviços de indústria de utilidade pública. Além disso, essas variações estão acima de 5%, chegando até a 32% na agropecuária.

No ano de 2010 os dados de Marabá estão resumidos na tabela 5. O destaque em Marabá ainda são as mesmas atividades. Porém, a agropecuária registrou recuo de 2,85%, que pode ser explicado pela intensificação das operações de controle do desmatamento na Amazônia, deflagrada pelo governo federal, a partir de 2003.

Tabela 4 – Admissões e Demissões em Marabá no ano de 2003

Atividade Econômica	Dezembro/2003				No ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Extrativa mineral	3	6	-3	-4,84	49	37	12	25,53
Ind. Transformação	65	123	-58	-2,23	1.435	1.138	297	13,28
Serv.ind.util.pub.	1	1	0	0,00	19	22	-3	-1,17
Construção civil	84	104	-20	-3,07	907	844	63	11,73
Comercio	234	179	55	1,10	2.550	2.050	500	11,05
Serviços	50	109	-59	-1,86	1.110	875	235	8,30
Admin. Publica	0	0	0	0,00	1	0	1	5,26
Agropecuária	61	73	-12	-1,12	1.318	1.074	244	32,15
Outros	0	0	0	0,00	10	0	10	----
TOTAL	498	595	-97	-0,76	7.399	6.040	1.359	12,12

Fonte: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65 – Adaptado pelo autor (2012).

Em 2010, o crescimento dos postos de trabalho ainda registra taxas positivas, apesar de não ser como em 2003. Comparando com as outras cidades, Marabá ainda ganha o destaque com 9,34% de crescimento das admissões, só estando atrás de Castanhal, com 11,46%, e de Ananindeua com 9,82% de crescimento.

Para a escolaridade desses vínculos empregatícios gerados no período de 1970 até 1991, a tabela 6 mostra os dados para Marabá nesse intervalo de tempo. E na tabela 7 está a série histórica da escolaridade desde 2000 até 2010.

Em todos esses períodos registrados nas tabelas 6 e 7, mostram o crescimento de todos os níveis de escolaridades. Porém, algumas considerações são importantes de serem feitas.

De 1970 até 1991, o crescimento dos empregos de nível fundamental foi muito intenso. Isso talvez seja por causa da migração, pois a maioria dos migrantes eram de baixa escolaridade, já que vinha principalmente motivados por uma busca por terras e empregos nos grandes projetos.

Tabela 5 – Admissões e Demissões em Marabá no ano de 2010

Atividade Econômica	Dezembro/2010				No ano			
	Total admis.	Total deslig.	Saldo	Varição. Empr % *	Total admis.	Total deslig.	Saldo	Varição Empr %
Extrativa mineral	0	4	-4	-1,48	79	49	30	12,61
Indústria de transformação	176	152	24	0,38	2.888	2.837	51	0,79
Serv indust de util pública	0	0	0	0,00	13	11	2	0,88
Construção civil	352	392	-40	-0,86	6.029	4.975	1.054	23,49
Comércio	427	407	20	0,19	6.534	5.660	874	8,70
Serviços	174	264	-90	-1,19	3.688	2.891	797	11,67
Administração pública	0	0	0	0,00	0	1	-1	-12,50
Agropecuária	48	111	-63	-4,66	1.054	1.093	-39	-2,85
Total	1.177	1.330	-153	-0,49	20.285	17.517	2.768	9,34

Fonte: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65 – Adaptado pelo autor (2012).

No nível de escolaridade superior dois períodos de crescimento são registrados. O primeiro período, de 1970 até 1980, o crescimento dos empregos de nível superior pode ser creditado a instalação dos grandes projetos e a migração teve um papel preponderante para o preenchimento desses postos de trabalho.

No segundo, de 2000 até 2010, os postos de nível superior também cresceram acima da média. Porém, diferentemente do primeiro período que foi estimulado principalmente pela

instalação dos grandes projetos, neste período o crescimento pode ser creditado pelo crescimento das quatro atividades da fronteira.

Tabela 6 – Vínculos Empregatícios por Escolaridade 1970-1991

População de Marabá por nível de escolaridade				
Ano	Elementar	Fundamental	Médio	Superior
1970	1188	249	61	45
1980	9132	2833	1107	213
1991	1852	28907	2487	91

Fonte: IBGE/adaptado pelo autor (2012)

Tabela 7 – População marabaense por escolaridade 2000-2010

Vínculos Empregatícios por Escolaridade em Marabá (2000-2010)		
Escolaridade/Ano	2000	2010
Analfabeto	147	343
Até o 5º Ano Incompleto do Ensino Fundamental	1.049	3.877
5º Ano Completo do Ensino Fundamental	1.418	3.721
do 6º ao 9º Ano Incompleto do Ensino Fundamental	1.191	3.707
Ensino Fundamental Completo	2.448	8.905
Ensino Médio Incompleto	1.062	3.830
Ensino Médio Completo	3.418	17.271
Ensino Superior Completo	437	3.086
Mestrado Completo	0	15
Doutorado Completo	0	3
Total	10.108	40.928

Fonte: IDESP (2011d; 2011e; 2011f), adaptado pelo autor (2012)

Esses são os números oficiais, isso quer dizer que não estão incluídos aqueles subempregos ou empregos informais. Não é proposta aqui mensurar o tamanho dessa parte da economia presente na cidade, deveria haver uma metodologia especial voltada para levantar essas informações. Porém, o que deve ficar como informação relevante é que segundo Santos

(2004), a economia nas cidades dos países subdesenvolvidos não funcionam como blocos monolíticos. Elas são divididas em dois sistemas distintos, os dois circuitos da economia urbana: circuito superior e inferior, onde o segundo é subordinado pelo primeiro.

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2004, p. 40).

Simplificadamente, a dinâmica entre os dois circuitos se daria por uma relação de proporcionalidade direta. Quando as atividades no circuito superior aumentam, há aumento nas atividades do circuito inferior. Nessa levada, os empregos informais são os que mais se destacam, casas de prostituição, mototáxis, vendedores de produtos contrabandeados e várias outras ocupações restritas ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2004).

A interação entre esses dois circuitos determina o consumo da população da cidade. Isso porque o consumo no circuito inferior da economia é alimentado pelas determinações e diretrizes presentes no circuito superior (SANTOS, 2004).

Do ponto de vista da migração esse circuito ganha mais importância, isso porque “[...] esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação [...]” (SANTOS, 2004, p. 45).

Portanto, com esse crescimento da economia urbana marabaense a partir do aumento dos estabelecimentos empregatícios e, conseqüentemente, o aumento da oferta de empregos formais e informais, Marabá vem passando por um período de dinamismo econômico. Isso induz a considerar Marabá como uma cidade de grande atividade econômica, e isso funciona como ponto de desequilíbrio regional e um pólo atrativo para os fluxos migratórios.

Neste capítulo empreendi esforços para mostrar como se relacionam os fluxos migratórios e a dinâmica urbana recente da cidade de Marabá a partir de algumas variáveis dentro dos principais núcleos urbanos da cidade. Procurei trabalhar também uma sucinta montagem do cenário econômico de Marabá.

No próximo e último capítulo buscarei ir além dessa perspectiva econômica da migração que encerra o migrante apenas como uma mão de obra intnerante.

6 MIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CONFLITO EM MARABÁ

No capítulo anterior procurei mostrar as características da migração direcionada a Marabá ao longo de sua história. Dentro do quadro geral, percebe-se que houve algumas modificações no período atual, mas também em muitos aspectos a migração ainda guarda semelhanças dos períodos anteriores.

No capítulo presente, procurarei ir além do entendimento da migração enquanto a mobilidade da mão-de-obra para evidenciar uma perspectiva do migrante com uma trajetória social. Não nego a importante contribuição dada por essa perspectiva teórica à comunidade científica. Principalmente porque a partir de 1930, com a perda da hegemonia de poder pelas elites agrárias brasileiras, o Brasil passou a ser organizado muito mais do ponto de vista da reprodução do capital, que buscava logicamente sua ampliação.

Essa reorganização do(s) território(s) a partir de 1930, que mais tarde ficou conhecida como a busca de diminuir as disparidades regionais (DINIZ, 2001), incidiu em duas frentes: infraestrutura e mercado de trabalho.

Na Amazônia essas duas frentes tiveram impactos conhecidos, estímulo das migrações inter-regionais, estradas, grandes projetos e etc. Acontece que essa abordagem teórica de mobilidade da força de trabalho privilegia os condicionantes macroestruturais, como se fossem “forças” que estão por trás da conjuntura impelindo as pessoas a migrarem (PEIXOTO, 2004).

Dessa maneira, essa visão teórica da migração não vai além do migrante enquanto uma força de trabalho que se desloca no espaço, e por isso mesmo não dá ênfase a outro elemento que o migrante carrega consigo que não apenas a sua capacidade de criar valor.

Por isso, que esta última parte da dissertação será destinada a discussão da relação entre a migração e o contexto social ao qual ela se insere, ou seja, tratará das consequências desse processo migratório intenso para Marabá do ponto de vista das características socioespaciais, procurando ir além da perspectiva da migração apenas como deslocamento da força de trabalho pelo espaço.

O entendimento principal desta parte se direciona para as considerações sobre as trajetórias sociais dos migrantes feitas por Sayad (1998). Ele estudou o caso dos imigrantes argelinos que foram para a França trabalhar nas décadas de 1970 e 1980.

Sayad (1998) desenvolveu suas ideias sobre a migração internacional, instaurando o entendimento que os processos migratórios são dotados de lógicas próprias que os tornam um

sistema por si só. Logo, dentro desse sistema estão embutidos a relação intrínseca entre o local de origem e o local de destino do migrante.

Dessa feita, suas ponderações no campo sociológico vão além de qualquer contexto socioespacial. Isso porque, o entendimento que Sayad (1998) tem sobre a migração define o processo como um fato social completo, já que tanto a imigração como a emigração fazem parte de uma mesma realidade, que assim se complementam.

Na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo [...]. [...] O que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração [...] (SAYAD, 1998, p. 14)

Essa visão sobre migração de Sayad (1998) faz com que a migração esteja além de um deslocamento apenas físico, dentro do espaço tridimensional. Mas, esteja sendo realizada num espaço qualificado em vários sentidos: social, econômico, cultural ou político. Portanto, ao falar em processos migratórios é imediata a necessidade de situá-la num contexto histórico, principalmente dentro das estruturas sociais dos campos de deslocamento: origem e destino dos migrantes (CASTIGLIONI, 2009).

A abordagem de migração proposta por Sayad (1998) institui um grande avanço nos estudos sobre o fenômeno migratório, por instaurar uma visão em que os migrantes transitam em estruturas sociais distintas do seu local de origem. Portanto, cada migrante ou grupo de migrantes, tem uma trajetória social diferenciada, construída a partir de um constante contato com as estruturas sociais do(s) seu(s) local(is) de origem. Mas, por consequência do contato, alteram o local de origem e o local de destino.

Assim, dentro desta visão, que os fluxos migratório destinados à Marabá podem ser encarados a partir de uma infinidade de interpretações que permitem identificar essas diferenças de contextos e estruturas sociais presentes nos deslocamentos populacionais.

Martins (1997) trabalha com uma orientação um pouco parecida, mas sem se deter completamente no fenômeno migratório, que é a de tempo e temporalidades diferentes. Esses tempos históricos desiguais são inseridos na fronteira e causam situações de conflitos.

A proposta deste capítulo é então apresentar essa perspectiva de encontro de trajetórias sociais desiguais, que em alguns casos se encerra no conflito entre as partes, pois há o choque entre as trajetórias sociais de cada migrante no contexto de chegada.

Segundo Silva (2006), por muito tempo se privilegiou a construção da fronteira a partir de várias dimensões, porém, a cultura foi negligenciada dentro dos estudos da fronteira.

O esforço desse capítulo não é de simplesmente construir elementos para contribuir na discussão de fronteira cultural.

Não se trata aqui de adotar firmemente a orientação teórico-metodológica de Silva (2006). Apenas de buscar elementos para avançar nas discussões sobre fronteira e fornecer reflexões para ir além do predomínio das visões economicistas de fronteira.

Portanto, mais a frente estará um esforço para delinear as consequências da migração, tendo como perspectiva essas diferenças de trajetórias sociais. Logicamente serão marcados três sintomas desta diferença entre trajetórias.

Volto a insistir num ponto fundamental da metodologia baseada nas teorias de Sayad (1998). Para ele, a migração altera tanto o contexto de saída como o de chegada de migrante. Por restrições, o contexto inicial de partida dos migrantes não será trabalhado, apenas mencionado.

6.1 OS ECOS DA AVENTURA (DES)HUMANA

Uma das consequências dessa perspectiva das trajetórias sociais diferenciadas está dada a partir da transitoriedade das relações sociais estabelecidas pela sociedade marabaense. Duas posições historicamente distantes falam disso. Primeiro Lagenest (1958, p. 81):

É difícil caracterizar o comportamento social e político de uma sociedade ainda em formação, pois elementos muito heterogêneos e até contraditórios, podem se encontrar justapostos. O fato de Marabá ser uma cidade estável com uma população essencialmente instável, marcará evidentemente seu comportamento social e político.

O padre estrangeiro estava se referindo à grande instabilidade populacional que se fazia presente em Marabá na época da exploração do caucho e da castanha. Por conta dessa flutuação da população com os períodos de pico na extração do caucho e da castanha, as relações sociais em Marabá não eram facilmente estabelecidas de forma duradoura. “[...] Èste vai-e-vem de pessoas de fora que só aparecem em Marabá para vender e comprar, faz com que os rostos encontrados sejam sempre novos [...]” (LAGENEST, 1958, p. 29).

Não era raro em Marabá, segundo Lagenest (1958), a família ter uma casa em Belém, na qual ela passava a maior parte do tempo, retornando no período de safra da castanha para dirigir a produção e comercialização.

Já na década de 1960/70, numa época em que a migração toma um grande impulso com a expansão do capital pela fronteira, essa perspectiva de provisoriedade ainda vai se fazer presente na cidade. Pois isso foi concluído por Silva (2006), ao fazer contato e o registro da população marabaense para revelar os diversos caminhos culturais dessa população.

Silva (2006, p. 32) constata essa mesma transitoriedade em Marabá de outrora e resume assim:

Esses registros revelam situações de um lugar no qual os valores e as relações sociais são atravessadas pelas perspectivas de provisoriedade e da transitoriedade. Uma realidade na qual os espaços e os papéis sociais estão apenas precariamente acordados.

Mais recentemente, como já foi apontado no capítulo anterior, Marabá construiu em si um ambiente de crescimento com a nova fase de expansão do capital para a fronteira. Apesar do momento atual ser de crescimento, mesmo que seja apenas no âmbito econômico, essa Marabá efêmera dos outros dois períodos, ainda continua servindo para alguns como uma cidade provisória, onde a qualquer momento, ao aparecer uma oportunidade melhor, a troca acontecerá.

Por isso, mesmo nos dias atuais, ainda existe essa provisoriedade das relações sociais em Marabá, observadas por Lagenest (1958) e Silva (2006) em períodos pretéritos, apesar de não ser com a mesma intensidade e frequência que antes.

Essa situação é observada por três informantes que moravam em Belém e foram aprovadas no concurso público aberto pela prefeitura municipal de Marabá. Essas pessoas, que foram aprovadas em concurso público, ou seja, adquiriram uma certa estabilidade social e financeira, ainda mostram não estarem totalmente satisfeitas com a vida em Marabá e gostariam de voltar para a capital. As três pessoas tem portanto o mesmo perfil, funcionários públicos de ingresso recente na prefeitura municipal de Marabá.

A primeira pessoa entrevistada foi a professora Gabriela, que trabalha para a prefeitura numa escola municipal. Ela foi chamada recentemente para ingressar na carreira pública, uma carreira que confere estabilidade e progressão ao funcionário. Segundo ela, esse emprego é apenas temporário, pois ela deseja fazer um concurso para a capital.

A segunda pessoa entrevistada foi o Augusto, que tem o mesmo perfil da entrevistada anterior. Esse segundo entrevistado deseja voltar também a capital, pois segundo ele sua história de vida foi feita em Belém.

Por último, temos a professora Viviane, que deseja retornar para Belém. Segundo ela não houve adaptação ao cotidiano da cidade de Marabá: clima, convívio e trabalho.

Do ponto de vista do poder, num de seus capítulos importantes, Marabá viu o declínio de uma oligarquia que dominou o cenário sociopolítico por vários anos, agindo conforme suas necessidades a partir de diversas alianças políticas (EMMI, 1999). O fator decisivo para essa crise do bloco político consolidado pela oligarquia tradicional marabaense foi a entrada de novas lógicas sociais, políticas e econômicas.

A investigação começa então, com a indicação dada por Emmi (1999, p. 152) sobre o processo de mudanças sociais por qual vai vivenciar Marabá:

A partir da década de 60, Marabá deixa de ser apenas a terra dos castanhais como era conhecida em décadas anteriores. As áreas de castanhais vão perdendo a primazia num campo mais complexo de interesses econômicos. Para o município se volta o capital industrial e financeiro que especula sobre a terra graças aos incentivos fiscais ou visa às riquezas do subsolo. Os novos rumos da política econômica e a decisão de integrar ao mercado nacional a região amazônica determinaram mudanças na estrutura de poder local apoiada até então no comércio da castanha. Essas mudanças se traduzem em nível da terra, da competição pelo crédito e pelos favores fiscais, das relações de trabalho, da fidelidade partidária, condicionando nova estrutura de poder.

O que pretendo deixar claro é, primeiro que a estrutura social, política e econômica formada e consolidada em Marabá até antes dessa abertura da fronteira, criou uma lógica de reprodução social específica em Marabá do ponto de vista da dimensão política. E esse marco histórico trouxe outras lógicas sociais e políticas, construídas em contextos socioespaciais diferentes. Portanto, esse declínio da oligarquia esteve ligado diretamente com o processo de migração. Entretanto, essa migração que contribuiu para abalar a hegemonia político-econômica teve uma particularidade.

Um dos primeiros capítulos desse processo migratório que contribuiu para a crise da hegemonia regional da oligarquia castanheira de Marabá começou a ser desencadeado pela ações da Fundação Brasil Central (FBC), que foi criada pelo decreto – lei nº 5.878, no dia 4 de outubro de 1943, no governo de Getúlio Vargas.

O objetivo principal da FBC era “integrar” ao resto do Brasil a parte central do país. Para alcançar seu objetivo, a fundação precisou ser aparelhada de maneira a estimular a migração para essas áreas “vazias” (FERNANDES, 1999). Logo:

Para cumprir os seus objetivos, a Fundação passou a contar com grandes áreas de terras que foram incorporadas ao seu patrimônio. Eram terras do domínio dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás que foram repassadas para o domínio da União para serem distribuídas pela F.B.C. (FERNANDES, 1999, p. 34)

Com a abertura da fronteira a partir de 1960, essa oligarquia começa a ver sua hegemonia ameaçada por outras lógicas. Essas outras lógicas foram trazidas por novos grupos familiares, vindos principalmente do centro-sul do país.

Esse período ficou marcado pelo “desbravamento” da Amazônia por outras famílias. Foram grandes fazendeiros cafeicultores de São Paulo. Um desses pioneiros foi João Lanari do Val, fazendeiro da região de Ribeirão Preto procurava expandir suas posses para outros lugares. Depois dele, vieram também os Lunardelli e os Malzoni (FERNANDES, 1999).

A região sudeste e sul do estado começou a ver chegar vários indivíduos ou grupos, que tinham uma coisa em comum: formaram suas trajetórias sociais bem distantes dos domínios dos castanhais de Marabá. Eram pessoas que construíram suas fortunas a partir do capital urbano industrial (COSTA, 2000).

A partir daí, foram surgindo vários desdobramentos desse processo de ocupação da fronteira. Isso aconteceu nas fazendas, pois como os donos dos estabelecimentos raramente tinham a possibilidade de estarem acompanhando suas propriedades, eles colocavam pessoas de confiança para administrar a propriedade – os gerentes. Esses gerentes estavam diretamente em contato com a vida social da região, e não raro eles se tornaram figuras importantes do cenário político: vereadores, assessores, secretários, prefeitos e deputados (FERNANDES, 1999).

Desse momento em diante com a entrada em cena desses novos agentes sociais, a situação das oligarquias começou a ficar complicada do ponto de vista da hegemonia política. A tentativa das oligarquias de se rearticular para não perder completamente a sua condição de fração dominante, priorizou o distanciamento com esses “novos fazendeiros” (EMMI, 1999).

Já havia claramente uma cisão em Marabá de dois projetos de “desenvolvimento”, o que era fundado nessa nova lógica de apropriação e reprodução do capital – representado pelo projeto de aproveitamento mineral, de alto impacto na natureza – e a continuidade do modelo antigo – que era organizado principalmente ao redor da extração da castanha, que não causava tanto impacto aos recursos naturais (BUNKER, 2003). Foram expedidos vários documentos que foram enviados para diversas autoridades, além de que saíram várias matérias em jornais da época exaltado essas diferenças, mostrando que eram diferenças regionais (EMMI, 1999).

Nessa situação fica evidente que as “diferenças regionais”, tão exaltadas pelas oligarquias regionais, só podem ter sido trazidas por esses novos indivíduos e grupos familiares que foram estimulados a vir e começaram a aportar em Marabá com a abertura da fronteira a partir da década de 1960. Como já dito, são famílias que tem suas origens em outras regiões, logo tem diferentes trajetórias sociais, que passam a entrarem em conflito com as trajetórias locais.

Desse modo, indico que essa diferença se deve ao fato mostrado no capítulo anterior que a migração inter-regional em Marabá é grande, com pessoas originadas do nordeste e do sudeste do Brasil principalmente.

Hoje, esta diferença regional tão cara às oligarquias castanheiras, parece ter se diluindo pela sociedade marabaense, ao ponto deles procurarem evidenciar esse fato ao constituírem um projeto de criação de um novo território. Isso foi claramente mostrado no período da campanha para a criação do Estado do Carajás.

No momento da visita de campo, as elites locais, que tinham grandes motivações para consolidar a criação desse novo estado, faziam questão incluir nas suas estratégias para criação do estado, várias formas de deixar evidente essa diferença regional com o nordeste paraense, com a sede do poder político local e que segundo eles afirmavam, o poder repressor.

Logicamente, a orientação teórico-metodológica do trabalho indica que por ser uma região que recebe vários fluxos migratórios, os aspectos sócio-culturais tendem a se diferenciar do nordeste paraense. E nas visitas feita a Marabá, pude constatar vários aspectos diferentes: músicas, comidas e linguajar, por exemplo. Por isso, o sotaque, a culinária e o perfil cultural eram mostrados como ponto de divergência da parte nordeste do estado e assim poderiam corroborar essa reivindicação territorial.

Outro ponto que destaco que permite indicar essas diferenças de trajetórias sociais inculcadas dentro da Amazônia pelas migrações concerne à organização política do campesinato amazônico.

Por muito tempo, a população ribeirinha amazônica reproduziu sua condição política de forma bastante isolada. Seu modo de vida relacionado com a várzea é bastante peculiar, ou seja, o desenvolvimento a partir de sua condição isolada e pouco conectada com as outras comunidades. Esse relativo isolamento¹⁰ era sazonalmente rompido quando eram celebradas

¹⁰ Esse isolamento aqui apontado não tem o mesmo sentido que é dado pelas correntes mais ou menos dominantes que entende que a Amazônia é um vazio demográfico isolado abordado no primeiro capítulo. Esse isolamento está mais próximo de ideia autonomia do que da de isolamento por dependência.

as festividades religiosas. Eram portanto nessas festas e eventos religiosos¹¹ que as comunidades mais distantes umas das outras tinham um contato mais próximo.

É nesse sentido que a organização política do camponês amazônico não era suficientemente consolidada. Para Loureiro (1992), o campesinato não estava completamente articulado para tentar fazer frente às elites e oligarquias regionais e assim procurar romper com essa grande exploração a qual estava sendo submetidos. Eles viviam em uma condição de isolamento político.

Sobre essa condição política da maioria da população amazônica Loureiro (1992, p. 118) escreve que:

Embora vivessem condições mais ou menos idênticas todas elas, não estabeleceram historicamente formas políticas de organização e reação social que se pudessem engajar à expansão do capital de forma a serem, também elas, beneficiárias do processo. Suas formas de organização cultural mais expressivas estiveram sempre ligadas a festividades religiosas, folclóricas ou místicas, mas sempre episódicas e desprovidas de um conteúdo reivindicatório ou contestador de classe. Do ponto de vista da organização econômica, com vistas à sobrevivência individual e em grupos, articulam-se sempre mais com a natureza próxima do que sob formas de produção e comercialização relativos à sociedade global [...].

E nessas condições, ela conclui da seguinte forma:

Assim, embora milhares de pequenos produtores vivenciassem idênticas condições sociais, não se apercebiam como classe nem se organizavam de forma a reagirem prontamente à ação e aos interesses dos grupos econômicos (LOUREIRO, 1992, p. 118).

Mesmo as classes mais abastadas, que dominavam a cena política regional, estavam tendo problemas com novos interesses recém chegados e passaram se agrupar. É o que conclui Fernandes (1999, p. 91-92):

Os interesses dos grupos regionais não coincidiam com interesses dos grupos pioneiros. Prevalciam duas lógicas distintas, com evidência aos pioneiros. Este aspecto marcará a diferença de interesses entre os grupos proprietários de terras da região e os “novos” donos de terras que vinham “desbravar” a Amazônia.

¹¹ Para uma abordagem mais profunda entre camponeses e organizações religiosas ver Sousa (2002), nesse trabalho ele procura entender o papel dessas organizações religiosas como organização coletiva agregadora de classe.

Da década de 1970 em diante, com a entrada de outro tipo de trabalhadores rurais, a organização política do camponês amazônico começa a se alterar. Primeiramente de forma muito tímida, esses camponeses começam a contestar o poder da tradicional oligarquia castanheira de Marabá. A migração contribuiu para dar movimento a essa mudança pois:

A chegada de migrantes e de trabalhadores de *todos os horizontes* mudou a composição desse “povo” e o transformou. Esse novo povo ganhou uma força incontável pelos instrumentos do poder oligárquico [...] (EMMI, 1999, p. 133, grifo nosso).

Foi com a chegada desses novos camponeses que a luta política no sudeste paraense ganhou um novo capítulo, pois no início da década de 1950, é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. É também dessa época a criação da Associação Rural de Marabá (17/07/1951).

Por isso que entendo que essa criação desse sindicato pode evidenciar um novo direcionamento social dado, justamente amadurecido pelo contato com outras trajetórias sociais de outros migrantes, principalmente os camponeses vindos do nordeste, onde a experiência das Ligas Camponesas era amplamente divulgada.

O último elemento que evidência essas diferenças de trajetórias também surgiu em consequência da expansão do capital em direção a fronteira amazônica. E foi dado pelas mudanças que aconteceram no espaço intraurbano de Marabá.

A partir da segunda metade do século XX, cidade de Marabá vai ser escolhida para exercer um papel importante no novo capítulo de ocupação da fronteira. Ela seria escolhida para ser o centro logístico dos grandes projetos que seriam instalados na região.

Marabá foi vista dentro dos planos governamentais como ponto de apoio ao Projeto Ferro Carajás. A sua estrutura urbana seria fundamental no fornecimento de serviços, produtos e como base para a atividade a ser desenvolvida na mina de ferro. A cidade estava sendo disponibilizada para os novos interesses que se fixavam na região, seja do próprio Estado, seja do capital privado no que se referiam às terras oferecidas a um custo mínimo (ALMEIDA, 2008, p. 21).

Porém, a despeito desses predicados urbanos de Marabá poderem ser aproveitados, a cidade apresentava um “grave problema” ambiental que poderia comprometer o andamento das atividades a serem desenvolvidas.

O abastecimento permanente de massas de ar úmido permite consolidar um clima com muito poucos períodos de estiagem. Por conta desse clima bastante chuvoso, a rede

hidrográfica da região amazônica figura como sendo a mais extensa e complexa do mundo (AB'SABER, 2003).

Esse clima e a rede hidrográfica conformam um ambiente amazônico cingido em duas características bastante distintas: terra-firme e várzea. Sendo essa última distinta da primeira por ter seus terrenos periodicamente alagados por conta das chuvas e enchentes dos rios amazônicos (AB'SABER, 2003).

Pois bem, como Marabá está dentro dessa área de várzea ela está sujeita periodicamente a essas enchentes. O núcleo urbano pioneiro é praticamente tomado pelas águas dos dois rios que se encontram na frente de Marabá nos meses de novembro até por volta de abril, que dependendo do rigor das chuvas essa enchente pode atingir até as cotas mais elevadas da cidade¹².

Do ponto de vista da reprodução do capital, essas enchentes causariam interrupção no fornecimento dos serviços básicos dos escritórios, lojas, agências e bancos. Esse problema foi prontamente constatado, como mostra Almeida (2008, p. 22):

Em 1970 uma avaliação feita por técnicos enviados pelo Governo Federal, a respeito da área original de Marabá, conclui pela incapacidade do antigo sítio urbano de comportar um processo de crescimento. Era preciso, aos olhos dos técnicos que elaboravam as políticas públicas, preparar um plano de expansão urbana em um outro local, distante da área afetada pelas constantes enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas.

A partir dessa constatação é que foi desencadeada a elaboração de um plano de criação de um novo núcleo urbano em Marabá, que foi desde ações simples de ordenamento territorial até atitudes maiores, como a mudança de jurisdição municipal para federal.

Para a população marabaense, esse movimento ascendente e descendente do nível dos rios não configurava como uma situação problema. Tanto que os tipos de casas na velha Marabá eram bastante rústicas e “provisórias”, pois os moradores não se interessavam em investir numa construção que seria danificada após uma enchente. Além do mais, a elevação do nível dos rios não acontece de maneira brusca e perigosa, ou seja, o avanço das águas é gradual e constante, isso permite que a qualquer momento os moradores decidam sair (ALMEIDA, 2008).

O cotidiano em Marabá era, portanto, adaptado aos períodos de elevação das águas porque os moradores tinham uma relação muito forte com o rio, e não viam qualquer

¹² Para um melhor entendimento dessas enchentes periódicas em Marabá ver o Relatório de Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental do Projeto AVA-Marabá.

problema em passar alguns meses do ano com suas casas encobertas pelas águas. As enchentes viravam uma preocupação maior apenas de dez em dez anos, quando os moradores iam para casa de parentes. Pelo contrário, para alguns nesses períodos eram um momento de levantar um faturamento extra, como é o caso dos barqueiros, que fazem o transporte das pessoas e dos móveis.

Os investimentos do Estado para integrar a Amazônia à economia nacional teve papel importante para modificar essa relação estabelecida aqui entre sociedade e natureza. Ab'Saber (2003, p. 76) divide essa mudança em dois ciclos.

Houve um primeiro ciclo, de estilo marcadamente pontual e estratégico, através do qual se esboçou o enquadramento territorial da Amazônia para a dominação portuguesa (séculos XVII e XVIII). Seguiu-se, a partir de meados do século passado, um tipo de ocupação linear, beiradeiro e extrativista, propiciando indiretamente pelas descobertas das propriedades da borracha para o industrialismo inglês.

O ciclo seguinte, que começa por volta da metade do século XX, ele define da seguinte forma:

Mais recentemente, após o grande período da borracha – com seus sucessos e fracassos – aconteceu uma ocupação desordenada nas bordas da Amazônia oriental e meridional, atingindo o sul do Pará, o norte de Mato Grosso, Rondônia e o Acre sul-oriental. Ao estilo de ocupação e usos do passado, pontuais ou lineares, sucedeu-se um modelo areolar e metastático de supressão de florestas de terra firme interfluvial para a instalação de monótonas e pouco produtivas agropecuárias. Um ciclo de pastagens desagradáveis, no coração das selvas, a partir de cabeceiras de igarapés e pequenos rios, interferindo na vicinalidade e cultura das comunidades de pequenos cursos d'água regionais (AB'SABER, 2003, p. 77).

Começava a se instaurar uma nova dinâmica social fundada na terra firme, que viria alterar sobremaneira a dinâmica secular fundada nos rios e igarapés presente na Amazônia e em Marabá. E o vetor de difusão dessa nova dinâmica pelo território amazônico (especialmente nessa região de Marabá) foi a migração.

A principal evidência em Marabá dessa mudança foi a concepção, elaboração, e implementação do novo núcleo urbano de Nova Marabá por escritórios e agências do centro-sul do país. Os planos de criação do novo núcleo urbano tinham uma concepção de urbanismo completamente diferente e estranha aos padrões amazônicos. A principal idéia era que essa dinâmica social fosse substituída por uma nova, mais “atual e moderna”.

Nenhum desses Planos Diretores Integrados como foram denominados nos tempos do SERFHAU, implantou uma concepção a respeito de cidade ou alguma estratégia ou política pública concreta, embora manifestasse intenção de fazê-lo, como nos casos dos planos urbanísticos de Marabá, pretendendo criar um modelo adaptado à floresta e natureza local (ALMEIDA, 2008, p. 136).

O novo núcleo continha uma racionalidade bem estruturada, com ruas largas, espaços destinados a diversas atividades, blocos de habitações e vários outros elementos urbanísticos essenciais, ao estilo de sociedade dominante no centro-sul do país.

Esse núcleo urbano novo, serviria para consolidar a nova dinâmica social que seria implantada em Marabá, pautada na reprodução do capitalismo. O mapa 10 mostra a localização de alguns importantes construções, que foram construídos na consolidação desse novo ciclo de ocupação longe das enchentes.

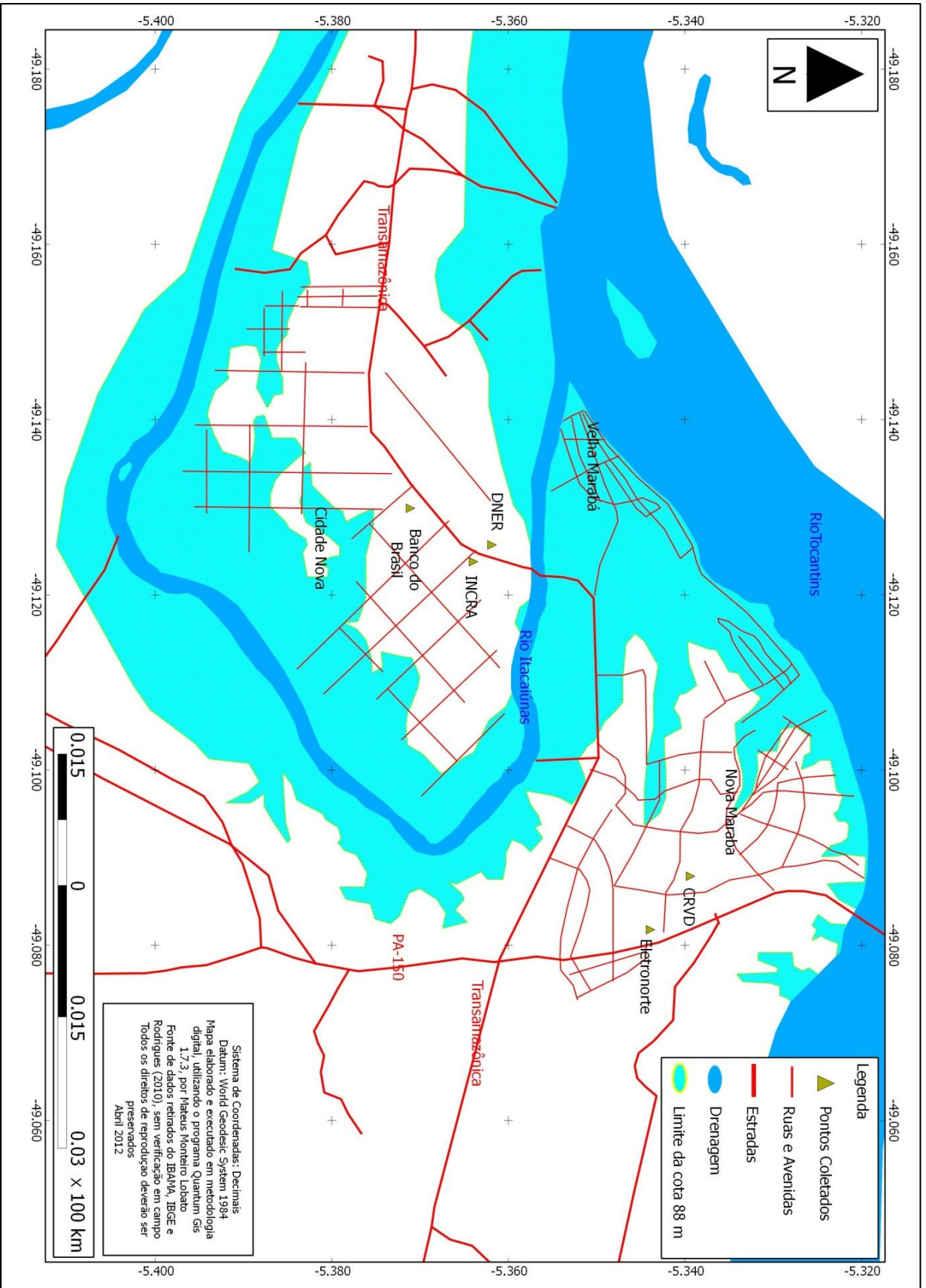
É importante notar que as construções que surgiram após a abertura da fronteira ao capital estão distantes das áreas ocupadas pelas águas dos rios nos períodos de inverno. São lojas de grande porte, firmas, escritórios e a rodoviária. São aquelas prédios em que devem estar nas áreas distantes dos alagamentos para funcionarem de forma ininterrupta.

No final da década de 1970 começou a o processo de ocupação dos terrenos da Nova Marabá. Tecnicamente, a desocupação do núcleo velho seria dada concomitante a essa fase. O que se pode ver é que não houve o esvaziamento do núcleo velho, vários motivos podem ser levantados para isso. A grande burocracia para a liberação dos lotes, a baixa disponibilidade de infraestrutura e a resistência dos moradores em deixarem as suas casas na cidade velha.

Essa implantação do novo núcleo urbano marcou uma diferenciação no modo de vida da cidade, bastante pautada na relação com o rio. A implantação do novo núcleo pode ser então entendida como uma tentativa de mudança das relações sociais para permitir que a reprodução do capital seja instalada. As redes dos rios ditavam o tempo do transporte e das relações de deslocamento e de troca com outros mercados, além de constituir-se em *locus* de reprodução do modo de vida ribeirinho (RODRIGUES, 2010, p. 83-84).

Ao longo da história da cidade, esses moradores estabeleceram uma complexa convivência entre eles mesmos, com os rios que lhes garantiam, em parte, a sobrevivência e praticamente o único meio de locomoção até a chegada das rodovias. Foi estabelecida uma forma particular de apropriação do espaço urbano em bairros como Cabelo Seco, sendo a rua praticamente uma extensão da casa, onde os deslocamentos são facilitados pelas distâncias curtas e associado a uma solidariedade informal entre os moradores que persiste até hoje (ALMEIDA, 2008, p. 204).

Mapa 10 - Localização de algumas construções importantes em Marabá.



Fonte: IBGE (2011)/IBAMA (2011)

Sistema de Coordenadas: Decimais
 Datum: World Geodesic System 1984
 Mapa elaborado e executado em metodologia digital, utilizando o programa Quantum Gis 1.7.3, por Mateus Monteiro Lobato.
 Fonte de dados retidos do IBAMA, IBGE e Rodrigues (2010), sem verificação em campo. Todos os direitos de reprodução deverão ser preservados.
 Abril 2012

Essa mudança procurava a todo custo invisibilizar as relações sociais presentes até então em Marabá. Baseado na recorrente ideia presente na Amazônia de atraso e depreciação cultural

[...] Considero que as décadas de 1970 e 1980 em Marabá foram de encontros de, pelo menos, duas ordens culturais: uma marcada pelos aportes culturais negros e outra mais próxima da ordem ocidental moderna. Esta última, através do discurso da exploração racional dos recursos tendeu-se a ocupar posição de superioridade técnica e cultural. Por isso, houve uma crescente estigmatização de expressões da cultura local anterior (recorrentemente denominada de “cabocla”) e de migrantes que traziam tradições inscritas num universo cultural negro, como os maranhenses. Desta forma, ocorreram deslocamentos, transformações, mas também uma crescente invisibilização de elementos e práticas do universo cultural negro e também indígena (SILVA, 2006, p. 98).

Mas essa mudança foi acompanhada de muita persistência da população marabaense. A população e até mesmo as elites regionais diziam que a cidade de Marabá acontecia no núcleo urbano, era lá que a vida e história deles tinha sido construída, e não nesse núcleo novo.

No limiar do século XX, no bojo desses diversos processos de modificação da fronteira, houve muitas transformações na configuração dos territórios, principalmente quando o foco está direcionado para Marabá, justamente por exercer papel proeminente dentro do contexto urbano da Amazônia (RODRIGUES, 2010).

Como já dito na primeira parte da dissertação, a conformação do território em Marabá está intimamente ligada com o processo de formação histórica. Pois, o signo dessa formação histórica marabaense são os frequentes fluxos migratórios que para lá convergiram. Esses fluxos migratórios frequentes na cidade de Marabá criaram uma cidade (uma realidade socioespacial) complexa do ponto de vista das trajetórias sociais, que chegaram e que foram construídas ao longo dessa formação.

A grande implicação, portanto, da mudança do perfil da fronteira e dos fluxos migratórios é o surgimento de novas questões sociais e recrudescimento de questões passadas. Claro exemplo é a discussão sobre reconfiguração territorial estadual. Uma discussão antiga, desde a época em que a cidade ainda era apenas uma colônia agrícola, já havia uma intenção separatista na região. Os habitantes de onde se encontra a região de Marabá conseguiram a emancipação reivindicando a anexação a outro estado (VELHO, 1978).

Com a redemocratização do país na metade da década de 1980 em diante, a discussão separatista entrou num novo estágio e ganhou novo impulso com a autonomia federativa

concedida pela Constituição Federal. No período de vigência dessa nova Constituição, ou seja, menos de 20 anos, foram criados 25 novos municípios (ver mapas 4 e 5). Alguns com pouca ou nenhuma viabilidade econômica, muito conseqüente de seu baixo contingente populacional, pois dependem dos repasses dados pela Companhia Vale do Rio Doce (COELHO, 1997) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (PALHETA DA SILVA, 2007).

A ampliação dessa discussão se projetou para a criação de dois novos estados: o Tapajós e o Carajás, este último seria no sul e sudeste paraense, justamente englobando a maioria dos novos municípios criados após a autonomia dada pela Constituição de 1988. Esse movimento separatista ganhou mais força por conta de duas variáveis: a migração e mais recentemente da economia.

Para Haesbaert (2004), tanto o processo de formação, quanto o de estruturação dos territórios está baseada numa perspectiva integradora, que conforma um recorte territorial a partir da política, da economia e da cultura, formando uma perspectiva integradora de entendimento e estruturação do território.

Destarte, nessa orientação na conformação do território a migração ganha então papel preponderante. Lembrando de Sayad (1998), a migração vai ser um elemento dinamizador das transformações do território, pois ela insere novas trajetórias sociais neste território. Logo, as várias trajetórias sociais fazem com que os migrantes alterem o território em suas várias manifestações. Alteram porque as experiências de cada um acumulados ao longo de suas trajetórias sociais, permitem lidar com a realidade estranha do local de destino de maneira diferenciada.

Silva (2006, p. 83-84) nos mostra indicativos dessa diferença:

[...] Além do contexto geral das diferenças culturais encontradas na região sudeste do Pará, devido à presença de migrantes de todas as partes do Brasil, a cidade de Marabá pode ser compreendida, especialmente, no entre-lugar cultura entre o Nordeste – predominantemente o Maranhão – e o Pará.

Então, este processo de miscigenação de trajetórias sociais instaurou uma perspectiva diferenciada em Marabá, em que os habitantes da cidade (e da região sul e sudeste paraense) se sentem diferentes, principalmente da população residente no nordeste paraense.

A entrevista com Rildo Brasil, o criador da bandeira adotada como o símbolo para o possível estado, concedida ao Jornal Correio do Tocantins, mostra essa tentativa de diferenciação:

Correio do Tocantins – Símbolos como o hino e a bandeira significam a unidade de um povo. Mesmo antes da emancipação, você acredita que existe essa identidade entre os habitantes do sul e sudeste do Pará, como carajaenses?

Rildo Brasil – Olha, vejo muitas discriminações pelo *povo genuinamente paraense*. Vou sempre a Belém do Pará e lá eles nos chamam de região violenta, chamam Marabá de ‘Marabala’, dizem que nós aqui do sul e sudeste não somos paraenses, inclusive quando vamos lá para torcer pelo Águia de Marabá, eles falam que só existem dois times no Pará: Remo e Paysandu. Com isso, você percebe que há muita discriminação da parte do povo da capital. Como é que agora eles não querem que nós andemos com nossas próprias pernas? É por isso que acho que esta bandeira, escudo e hino serão, sim, a nossa identidade, aí sim não teremos mais a obrigação de sermos paraenses, aí seremos carajaenses mesmo eu tendo nascido como paraense. (Correio do Tocantins, 2011a, não paginado, grifo nosso)

O próprio jornal demonstra sua posição frente ao plebiscito:

O filho cresce e chega a hora de se emancipar, tornando-se mais um braço forte para a família e continuando unido pelos laços de fraternidade. Essa é a principal ideia da campanha conjunta pela criação dos estados do Carajás e Tapajós [...] (Correio do Tocantins, 2011b, não paginado)

Essa diferença apontada por Rildo, e ratificada no momento das observações de campo, fazem parte de uma miscigenação de trajetórias sociais: goianos, tocantinenses, maranhenses, paulistas, baianos e outros, fundiram uma cultura em Marabá que destoa em vários aspectos do que encontramos próximo à capital. Músicas, comidas e o sotaque são apenas alguns indicativos dessas diferenças culturais forjadas pelos constantes fluxos migratórios aportados em Marabá ao longo de um século.

No que tange ao aspecto econômico, o entendimento dessas novas configurações, principalmente territoriais, deve acompanhar também a mudança na reprodução capitalista dentro do território (RODRIGUES, 2010). Dentro do espaço intra-urbano do município, por exemplo, vem ocorrendo:

[...] Uma lógica de estímulo à valorização e à competição, pelo uso do solo urbano, parece estar se manifestando nas paisagens urbanas da cidade, quando se leva em consideração a expansão do setor imobiliário na cidade de Marabá e a territorialização de assentamentos residenciais [...] (RODRIGUES, 2010, p. 126).

A modificação do perfil da fronteira (NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2008); (LOUREIRO, 2009), está criando um desenvolvimento, que pelo menos do ponto de vista

econômico não pode ser negado. As evidências desse crescimento econômico – para ser mais preciso – se apresentam na valorização do espaço urbano em Marabá.

A valorização urbana passa pela construção de condomínios e os empreendimentos de alto-padrão residencial, os *shoppings*, as indústrias e as obras que estão sendo construídas na cidade. Por outro lado, novas áreas de ocupação estão sendo abertas. No caso foi o terreno da Infraero, que foi ocupado em janeiro deste ano, como já abordado no capítulo anterior.

Essa dificuldade enfrentada pela população local é mais um dos argumentos que se remete a questão do reordenamento territorial, que ganhou bastante destaque até um tempo atrás, mas por questões jurídicas, não está mais totalmente em evidência.

O principal argumento a favor da criação do novo estado apontava para a valorização econômica e a distância física, social e política da capital estadual atual Belém. No quesito valorização econômica está evidente o crescimento econômico da região perante o resto do estado.

Na estatística do IDESP (2009), para os dez maiores PIBs estaduais, quatro municípios fazem parte da região separatista, são eles em ordem decrescente: Parauapebas (2°), Marabá (5°), Tucuruí (6) e Canaã dos Carajás (10°).

Para o total do PIB do futuro estado, estaria em torno de 19,5 bilhões de reais, bem menor que o que restaria ao Pará: 32 bilhões. Mas, o argumento do separatismo se centra no PIB per capita, que Carajás ficaria com 13,6 mil reais e o novo Pará com 6,9 mil (IPEA, 2012).

Essa divisão por pessoa é que alimentava os argumentos separatistas porque segundo o que foi bastante salientado em período de campanha eleitoral, principalmente da frente de criação do Estado do Carajás, é que as “riquezas geradas pelos municípios a partir da mineração principalmente, não são revertidas em melhorias na região”.

Mesmo com todo o discurso das elites de esquecimento da região pelo poder central para justificar o separatismo, não há nenhuma evidência concreta de que essas “riquezas” estão sendo de fato apropriadas pela região “central” do estado, pois a aplicação dos recursos públicos obedece a uma lógica populacional, então é passivelmente explicável, do ponto de vista da administração pública, o maior investimento do Estado na região nordeste por sua quantidade maior de habitantes.

Apesar de não parecer haver fundamento científico, os problemas são visíveis no município e na região. São problemas estruturais, sociais e econômicos principalmente. Problemas que merecem uma intervenção urgente e eficiente do poder público através de

políticas públicas setorizadas. Essas políticas públicas devem incidir nos elementos estruturantes para garantir um efeito multiplicador.

Nos últimos anos algumas iniciativas para intervir na realidade local e regional foram feitas pelo Estado. Primeiramente no sentido de interligar essa região e diminuir a “sensação” de distância com o resto do estado.

Posso destacar duas obras que apontaram para esse aspecto. A primeira é o programa de inclusão digital do Governo Estadual Navega Pará. Na definição do próprio governo o programa é um:

O projeto do Governo do Estado consiste na instalação de redes sem fio banda larga ou pequenas redes de fibra óptica, que baixarão, no interior do Estado, o sinal da rede da Eletronorte, viabilizando ações como telemedicina, tele-educação e segurança pública, além da interligação nos municípios atendidos, de todos os órgãos governamentais. As Cidades Digitais também vão possibilitar ao interior a chamada governança eletrônica (serviços públicos pela internet, como consultas sobre documentos e inscrição em concursos) (NAVEGA PARÁ, 2012, não paginado).

A cidade de Marabá faz parte desse programa e é uma das cidades digitais desde 05 de maio de 2009. São três pontos de acesso livre no espaço urbano: Praça da Folha 16 Nova Marabá, Orla Sebastião Miranda Marabá Pioneira e Praça São Francisco Cidade Nova, nos três núcleos urbanos centrais da cidade.

Nas visitas de campo pude constatar que de fato pode ser acessar a rede, porém a velocidade e a confiabilidade da conexão não são muito boas. Demora muito para abrir uma página normal e em vários momentos a conexão não é estabelecida.

A segunda iniciativa de interligação das regiões meridionais do Pará é a construção das eclusas do complexo hidroelétrico de Tucuruí. Segundo a Eletrobras (e sua subsidiária Eletronorte), responsável pela obra, as eclusas já foram concluídas e passaram por vários testes para avaliar o tempo de operação. Inclusive essa obra já foi até mesmo inaugurada pelo presidente da república na época, 30 de novembro de 2010. (ELETROBRÁS, 2012)

Essas eclusas são uma reivindicação histórica dos habitantes do sul e sudeste paraense porque a construção da barragem nas corredeiras do Itaboca em Tucuruí bloqueou a navegação de grande porte pelo rio Tocantins. Um percurso que era constantemente feito pelos carregamentos de caucho que saiam de Marabá para as casas aviadoras em Belém.

Apesar de toda a festa de inauguração das eclusas, parece que seu funcionamento ainda está longe de ser feito de forma regular. Isso quem conclui é o jornalista Lúcio Flávio:

Não me canso de me surpreender com a indiferença da opinião pública no Pará. De tão definhada, ela parece que desapareceu. Mesmo quando provocada para um assunto de grande relevância, mantém-se imóvel, muda, muda e surda. Como diante do destino a ser dado às eclusas de Tucuruí, obra de 1,6 bilhão de reais que permanece sem uso atual e sem definição de uso futuro (PINTO, 2011, não paginado).

Tanto o Navega Pará quanto as Eclusas de Tucuruí são políticas públicas que tiveram por objetivo justamente atuar num dos aspectos tão levantado pelos separatistas durante a campanha do plebiscito. Pela leitura inicial e superficial do problema regional, o que se nota é que essas ações não foram tão eficazes para resolver os desafios da integração regional.

A intervenção na realidade regional deve ser portanto um objetivo perseguido por iniciativas concretas, através de políticas públicas que sejam eficientes e que estejam em sintonia com a realidade local e regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o tempo de pesquisa, a experiência e o conhecimento adquirido através do contato com as fontes e a produção bibliográfica relacionadas a Marabá, além das observações feitas em campo, permitiram-me elaborar algumas reflexões a respeito da realidade marabaense e regional.

Procurei analisar indiretamente as transformações socioespaciais ocorridas em Marabá nesses últimos dez anos. Para processar essa análise, priorizei o enfoque das consequências da migração através do perfil dos migrantes durante esse período.

A elaboração dessas conclusões não indica o encerramento do conhecimento aqui constante, mas apenas um ponto final de um capítulo acadêmico. Ainda mais porque vários questionamentos surgidos nesse período impelem a continuar a busca por respostas.

O espaço geográfico é construído e reconstruído por relações sociais. E essas relações surgem a partir de um contexto histórico-geográfico definido. No período atual de globalização dos espaços e dos territórios, essas relações sociais ganham um dinamismo ainda não visto em tempos anteriores. O dinamismo está relacionado com a facilidade de essas relações transitarem pelas escalas geográficas, saindo da escala local para a mundial, voltando novamente para a local em questão de pouco tempo. Porém, esse movimento intraescalar não é feito de qualquer forma sem haver um centro de controle. Ele faz parte de um projeto de mundo maior, comandado pelos centros de decisão mundial, onde se define os rumos sociais para garantir que a reprodução do capital seja efetivada.

O vai e vem entre as escalas interfere diretamente também nos territórios, pois define e redefine as configurações que neles se manifestarão e os papéis exercidos por eles na Divisão Territorial do Trabalho. Esse processo mundial comumente denominando de globalização, está atuando nas diversas escalas geográficas e nos diferentes recantos do mundo. A dinâmica atuante está fazendo com que muitos elementos socioespaciais sejam claramente subordinados a esse movimento, definindo assim a configuração dos territórios conforme o que é decidido em instâncias maiores.

Para a Amazônia, os reflexos desse novo período podem ser identificados a partir das transformações ocorridas nos últimos anos nas bordas do domínio amazônico. Pois, é aí onde vemos um dos maiores dinamismos regionais, seja na economia, na política, na cultura ou no meio ambiente, ocorridos nos últimos anos. Recordes na produtividade mineral, reconfiguração territorial, diferenciação cultural e problemas ambientais são alguns exemplos de ocorrências nessa área. As transformações trazem consequências também para o

entendimento que formamos e consolidamos sobre a sociedade. Isso porque várias orientações indicam um arrefecimento da ocupação das bordas da Amazônia e que assim deixariam de ser fronteira. Principalmente se o entendimento do processo prioriza uma leitura linear e irreversível do processo de ocupação e redefinição socioespacial.

Mas, o que se nota é que a necessidade de garantir a reprodução do capital através da produção de *commodities* impõe novas funções a essa região, um novo papel dentro da Divisão Territorial do Trabalho, fazendo com que a dinâmica na fronteira ganhe novo impulso, modificando a forma de construção do espaço geográfico. A necessidade de garantir a reprodução do capital é, portanto, o elemento definidor das transformações ocorridas nos últimos anos na fronteira. Novas centralidades, novos fluxos migratórios, novas questões sociais e novas dinâmicas econômicas surgiram assim a partir dessa nova fase de ocupação da fronteira, que aliadas as antigas questões sociais, que resurgem com novas características, convergem para a estruturação do território.

Mas, essas transformações e suas consequências não ocorrem de maneira homogênea pelo território, elas obedecem a uma hierarquia urbana dentro da Amazônia. Hierarquia está definida historicamente pelas fases de ocupação da região desde a invasão dos europeus a partir do ano de 1500 até os dias atuais. Cidades que exercem maior influência dentro da rede urbana amazônica tendem a canalizar para sua área de influência a maioria dessas transformações e as consequências.

Dentro dessa rede urbana e dessa hierarquia da Amazônia, Marabá está em papel destacado, principalmente se for considerado apenas a fronteira, sua importância será ainda maior, fazendo com que seja canalizado para seu espaço intraurbano ou municipal as principais consequências das transformações na fronteira.

A cidade de Marabá se encontra situada numa área de forte dinamismo ao longo do tempo. As relações sociais ali encerradas permitem definir o espaço a partir de uma dualidade: novo x antigo. Por isso, através de um processo histórico, a formação econômica e social de Marabá construiu sua importância na rede urbana amazônica que a coloca como uma cidade destacada dentro do contexto da fronteira.

Dentro das diversas transformações pela qual passou e ainda está passando Marabá, a que foi mais abordada inclui a questão da migração. O fenômeno que justamente define a condição de fronteira a qual se insere a cidade. Um fenômeno que faz parte também da formação histórica de Marabá.

Ao longo da formação de Marabá, onde aconteceram várias fases de ocupação da Amazônia, a cidade viu chegarem nesse tempo vários fluxos migratórios. Cada fluxo migratório é marcado por características dessas fases de ocupação da fronteira.

Dessa feita, apesar da intensidade da migração em Marabá não ser como fora em outros períodos, com taxas de crescimento demográfico de mais de 5% em cada ano da década de 1970, por exemplo, atualmente ela ainda é ponto convergente de várias pessoas de vários destinos nacionais. Sendo assim, o período atual de nova Divisão Territorial do Trabalho define o perfil da migração em Marabá.

Além do mais, se a definição de fronteira não seguir uma linha cronológica de ocupação, onde o ponto de partida é um “espaço vazio”, e for priorizado um enfoque das relações sociais, essa atração populacional exercida por Marabá a coloca como dentro de um espaço de fronteira do ponto de vista das relações.

Partindo das consequências setorializadas dessas transformações recentes na fronteira, observei a tendência de crescimento, principalmente econômico (formal e informal) de Marabá. Um crescimento que conformou um ambiente de atração de fluxos migratórios. Fluxos esses que não se fazem apenas a partir de um modal de transporte, pois a inserção de Marabá nessa nova fase da Divisão Territorial do Trabalho ampliou as possibilidades de entrada e saída da cidade.

Ao longo dos vários períodos de ocupação e formação de Marabá, as principais origens, além das cidades do Pará, obedecem a uma lógica espacial. Simplificadamente, no primeiro momento de ocupação as origens principais são os estados do Maranhão, Goiás e Piauí. Pois esses estados tinham uma ligação direta com Marabá pelas redes de drenagem que convergiam para a cidade, que tinha uma dinâmica econômica muito intensa.

A partir da abertura e integração da região amazônica na década de 1950, as origens começaram a se diversificar. Estados como Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul começam a despontar como origem de pessoas. Apesar de registrar o crescimento de pessoas originárias desses pontos, os estados circunvizinhos ainda tem peso considerável na composição demográfica de Marabá.

Esses fluxos migratórios induzem o crescimento do espaço intraurbano da cidade a partir da produção do espaço destinado de modo diferenciado aos diferentes segmentos da população, que vão desde espaços mais bem dotados de infraestrutura urbana até aos espaços periféricos, onde as condições de infraestrutura são precárias.

Sendo ponto convergente de inúmeros fluxos migratórios durante sua formação, essa migração também forjou um ambiente cultural diferenciado dentro de Marabá. Esse ambiente foi construído a partir do encontro de várias trajetórias sociais dos migrantes que na cidade chegaram. A união dessas trajetórias sociais criou em Marabá uma “cultura” diferente daquela presente na capital, por exemplo. Os elementos culturais se aproximam mais daqueles vistos em outros espaços brasileiros, justamente aqueles espaços que forneceram a maioria das pessoas da composição demográfica da cidade, como maranhenses, tocantinenses, goianos e mineiros.

Mas, essas trajetórias sociais que formam um elemento diferenciador do ambiente cultural marabaense precisaram criar um clima tenso de desencontros das trajetórias sociais na cidade, pois é onde as trajetórias sociais entraram em conflito.

Essa diferenciação cultural forjada não só em Marabá, mas em vários pontos do sul e sudeste paraense, serviu como elemento unificador em defesa um território próprio. Essa diferença foi um dos elementos para construir a campanha eleitoral para a criação do novo estado. Diferenças entre a população do sul e sudeste paraense e o nordeste do estado.

É dessa maneira que vejo a cidade de Marabá como uma cidade em que as características da sociedade estão marcadamente diferentes do que se observa aqui na capital e no nordeste paraense. Além disso, Marabá se apresenta como uma cidade plural, em que a convergência de diversas trajetórias sociais construíram um mosaico cultural bastante peculiar.

Esses são os pontos da minha reflexão sobre a realidade marabaense levantados a partir do contato com a dinâmica urbana que gostaria de destacar.

Todavia, como já adiantado no início das considerações finais, essas conclusões aqui apresentadas não se apresentam como um conhecimento pronto e acabado do que é a realidade marabaense.

Por não ter caráter de atemporalidade e universalidade, essas conclusões são restritas por dois motivos: o direcionamento dado à pesquisa (migração) e o tempo. Logo, gostaria de elencar algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa e não puderam ser respondidas ou apenas indicam tendências.

Marabá é uma cidade que mantém a taxa de incremento demográfico acima da média da região, mas, até quando essa tendência ainda continuará se apresentando? Quais os problemas ambientais que surgiram ou surgirão na cidade em decorrência dessa taxa de crescimento demográfico elevado?

Com o projeto de criação do novo estado tendo sido derrotado no plebiscito elaborado para opinar sobre essa questão, como se comportará a sociedade regional frente a essa derrota? Quais as estratégias que serão usadas pelas elites regionais para recrudescer as discussões separatistas?

Pela sua forte centralidade exercida no contexto regional, quais os impactos exercidos pela dinâmica marabaense nos outros centros regionais? Quais as relações estabelecidas entre Marabá e os outros centros urbanos regionais do ponto de vista da origem de cada fluxo migratório?

Do ponto de vista dos migrantes, as reflexões apontam para como a cidade de Marabá é vista e percebida pelas pessoas que empreenderam ou empreenderão a migração? Existem redes sociais de acolhimento e suporte de migrantes em Marabá? Se existem, como essas redes atuam?

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3 ed. São Paulo: Ateliê, 2003, 159 p.

_____. **Amazônia: do discurso à práxis**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004, 319 p.

ALBAGLI, Sarita. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. **Parcerias estratégicas**. n. 12, p. 5-19, set. 2001.

ALMEIDA, José. Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. São Paulo, 2006. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História da FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, 314 p.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquia no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870**. Rio de Janeiro, 2004. 283 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da IFCS, UFRJ, 2004.

BEKCER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004, 172 p.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia, é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, p. 135 – 139.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37.

BORGES, Fabrício Quadros. **A cadeia produtiva de corte em Marabá**. Belém, 2001. 113 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**. vol. 20, nº 57, 2006, p. 221-236.

BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. v. 6, n. 2 – p. 5-38 dez. 2003.

CANADÁ. Governo. **Sobre o Canadá**. Disponível em: <<http://www.canada.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2011.

CASTIGLIONI, Aurélia. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luís Eduardo (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009, p. 39-57.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). **Pesquisa CNT de ferrovias**. Disponível em: <<http://www.antf.org.br/index.php/component/content/article/2779>>. Acesso em: 20 dez 2011.

COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e o processo de (re)estruturação e mudança na área de Carajás. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raimundo Garcia. (Org.). **10 anos da estrada de ferro de Carajás**. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 51-78.

CORREIO DO TOCANTINS. **Bandeira do Carajás foi concebida em Marabá**. Entrevista concedida por Rildo Brasil. Jornal Correio do Tocantins 2011a. Disponível em: <http://www.ctonline.com.br/noticias_leitura.php?id=2632&id_caderno=2>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Pró-Carajás e Tapajós ganha cara, som e emoção**. Jornal Correio do Tocantins 2011b. Disponível em: <http://ctonline.com.br/noticias_leitura.php?id=2256&id_caderno=6>. Acesso em: 30 jan. 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós**. Belém: UFPA, 1993. 180 p.

_____. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000, 355 p.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas regionais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. p. 12-45.

ELETROBRÁS. **Eclusas de Tucuruí têm as primeiras transposições**. Disponível em: <http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/modulos/noticia/noticia_0514.html>. Acesso em: 09 maio 2012.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA. **Estatística**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 08 jan 2012.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 187 p.

CHAGAS FILHO. Nagib Mutran Neto assume prefeitura. **O Diário do Pará**. Belém, 27 de jan 2011, Caderno Pará. A10.

FONTES, Edilza Joana Pereira. Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: o caso dos portugueses de Belém do Pará. In: ARAGÓN, Luís Eduardo (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009, p. 281-319.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: _____. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977. p. 185-211.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004, 313 p. v. 1.

_____. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. 303 p. v. 2.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras.** Belo Horizonte: UFMG, 2006. 316 p.

HOGAN, Daniel Joseph; D'ATONA, Álvaro; CARMO, Roberto Luiz do. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELA, Mateus; MORAN, Emílio; ALVES, Diógenes (Org.). **Amazônia:** natureza e sociedade em transformação. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 14-37.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A imigração japonesa na Amazônia (1929-2009): passado, presente e futuro. In: ARAGÓN, Luís Eduardo (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA, 2009, p. 321-336.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 ago 2011 (a).

_____. **Contagem da população 2007.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(b).

_____. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2011.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/estimativa.shtm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(c).

_____. **Mapa da Amazônia Legal:** fronteira agrícola 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm>. Acesso em: 20 nov 2011(d).

_____. **Resultados do Censo 1970.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_PA.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(e).

_____. **Resultados do Censo 1980.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_PA.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(f).

_____. **Resultados do Censo 1991.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_migracao_PA.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(g).

_____. **Resultados do Censo 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao_internet.shtm>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(h).

_____. **Resultados do Censo 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 20 de agosto de 2011(i).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Vínculo empregatício por setor econômico segundo Município – 2000.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/mercadoTrabalho.php#>>. Acesso em: 10 dez 2011a.

_____. **Vínculo empregatício por setor econômico segundo Município – 2010.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/mercadoTrabalho.php#>>. Acesso em: 10 dez 2011b.

_____. **Estabelecimentos com vínculo empregatício por setor econômico segundo Município – 2000.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/mercadoTrabalho.php#>>. Acesso em: 10 dez 2011c.

_____. **Estabelecimentos com vínculo empregatício por setor econômico segundo Município – 2010.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/mercadoTrabalho.php#>>. Acesso em: 10 dez 2011d.

_____. **Vínculos empregatícios por escolaridade - 2000.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/mercadoTrabalho.php#>>. Acesso em: 10 dez 2011e.

_____. **Vínculos empregatícios por escolaridade - 2010.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/mercadoTrabalho.php#>>. Acesso em: 10 dez 2011f.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Divisões estaduais:** aspectos relevantes de pesquisa e a experiência do plebiscito no Pará. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111220_comunicadoipea125.pdf>. Acesso em: 20 jan 2012.

LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá:** cidade do diamante e da castanha. São Paulo: Anhambi, 1958. 106 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1985. 315 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia:** estado, homem, natureza. Belém, CEJUP, 1992. 367 p. (Coleção Amazônia).

_____. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p.

MARGULIS, Sérgio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira.** Brasília, DF: Banco Mundial, 2003. 100 p. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/79104.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2011.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: o retorno a controvérsia do tempo da fronteira. In: _____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 145 – 203.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Evolução do emprego formal.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm>>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

MONBEING, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Tradução: Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984. 392 p.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009).** 2010. 346 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

NAVEGA PARÁ. **Cidades digitais.** Disponível em: <<http://www.cidadesdigitais.pa.gov.br/>>. Acesso em: 09 maio 2012.

NEPSTAD, Daniel Curtis; STICKLER, Claudia; ALMEIDA, Oriana Trindade de. A globalização das indústrias de soja e de gado na Amazônia: oportunidades para conservação. In: RIVERO, Sergio; JAYME JR, Frederico. (Org.). **As Amazônias do século XXI.** Belém: EDUFPA, 2008. p. 41-59.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. Perfil dos municípios paraenses. In: Rocha, Gilberto de Miranda (Org.). **Gestão ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará.** Belém: EDUFPA, 2007, p. 41-51.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados.** vol. 20, nº 57, 2006, p. 7-24.

PÁTIO Marabá. **Por que Marabá?** Disponível em: <<http://www.patiomaraba.com.br/>>. Acesso em: 20 dez 2011.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS Working Papers. nº 11, 2004. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>>. Acesso em: 01 jan 2012.

PINTO, Lúcio Flavio. **Siderúrgica em Marabá: agora o sertão vai crescer?.** Jornal Pessoal 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1271>>. Acesso em: 15 nov 2011.

_____. **Silêncio.** Jornal Pessoal 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1889>>. Acesso em: 09 maio 2012.

RAIOL, José de Andrade (Coord.). **Perspectiva para o meio ambiente urbano: GEO Marabá**. Belém: [s.n.], 2010. 140 p.

RELATÓRIO. **Políticas públicas coerentes para uma Amazônia sustentável**. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1996/FOE%20politicass%20publicas%20port.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste paraense**. São Paulo, 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia brasileira. In: ARAGÓN, Luis Eduardo. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005. p. 141-152.

_____. Vilas e cidades e a usina hidrelétrica de Tucuruí. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 283 – 307.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Migrações: o fim dos Paradigmas Clássicos. **Cidade Solidária**. Julho, 2007, p. 7-11.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá: centralidade de uma cidade média**. Belém, 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004. 433 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 176 p.

SAYAD, Abdelmalek. **A migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998, 304 p.

SCOPEL. **Delta Park residencial**. Disponível em: <http://www.scopel.com.br/deltapark_residencial>. Acesso em: 13 dez 2011.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 211-244.

SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste paraense: Marabá (1968-1988)**. Goiânia, 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002. 212 p.

SOUZA, Haroldo de. **A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense:** o assentamento Palmares II, Parauapebas/Pa. Belém, 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

TRANSBRASILIANA. **Consulte os horários.** Disponível em: <http://200.242.151.8/VENDA_VERSAO03.swf>. Acesso em: 01 dez. 2011.

VALE. **Estrada de Ferro Carajás.** Disponível em: <<http://www.vale.com/pt-br/o-que-fazemos/logistica/trens-de-passageiros/estrada-de-ferro-carajas/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração de uma área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 178 p.

WHITROW, G. J. **O que é tempo?:** uma visão clássica sobre a natureza do tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 207 p.

YOSHIOKA, Reimei. **Avaliação de implantação de núcleo urbano na Amazônia:** exemplo de Nova Marabá – Pa. São Paulo, 1986. 275 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

ZAIDAN, Assad. **Raizes libanesas no Pará.** Belém: Governo do Estado do Pará, 2001. 100 p.